

Projeto Pedagógico

Direito



UNIVEM

Centro Universitário Eurípides de Marília

SUMÁRIO

1. DADOS GERAIS DO CURSO.....	6
2. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	7
2.1. DA MANTENEDORA.....	7
2.1.1. Identificação.....	7
2.1.2. Dirigente Principal.....	7
2.1.3. Histórico.....	7
2.2. DA MANTIDA.....	9
2.2.1. Identificação.....	9
2.2.2. Dirigentes Principais.....	9
2.2.3. Atos Legais De Constituição.....	10
2.2.4. Histórico.....	10
2.3. BALIZADORES INSTITUCIONAIS.....	11
2.3.1. Princípios.....	11
2.3.2. Valores.....	12
2.3.3. Finalidade da Instituição.....	12
2.3.4. Visão de Futuro.....	13
2.3.5. Objetivos.....	13
2.3.5.1. Objetivo geral.....	13
2.3.5.2. Objetivos específicos.....	13
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	15
3.1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	15
3.2. MISSÃO.....	17
3.2.1. Da Instituição.....	17
3.2.2. Do Curso.....	17
3.3. CONCEPÇÃO.....	18
3.4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO CURSO.....	19
3.4.1 OBJETIVOS DO CURSO.....	20
3.4.1.1 Gerais.....	20
3.4.1.2 Específicos.....	20
3.5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	21
3.5.1. Atribuições no Mercado de Trabalho.....	22
3.6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	22
3.6.1. Coerência do currículo com a fundamentação teórico-metodológica do curso.....	22
3.6.2. Coerência do currículo com os objetivos do curso.....	22
3.6.3. Coerência do currículo com o perfil do egresso.....	23
3.6.4. Coerência Do Currículo Face Diretrizes Curriculares Nacionais.....	23
3.6.4.1. Libras – Língua Brasileira de Sinais.....	23
3.6.4.2. Relações étnico-raciais.....	23
3.6.4.3. Educação Ambiental.....	23
3.6.5. Adequação Da Metodologia De Ensino À Concepção Do Curso.....	24
3.6.6. Inter-relação das disciplinas na concepção e execução do currículo.....	24
3.6.7. Estrutura Curricular e dimensionamento da carga horária por período letivo.....	24
3.6.8. Trabalho Acadêmico Efetivo (TAEs).....	30
3.6.9. Atividades Complementares.....	31
3.6.10. Ementário e Bibliografia.....	31

3.6.10.1.	Adequação e atualização das ementas e programas	31
3.6.10.2.	Adequação, atualização e relevância da bibliografia	31
3.6.10.3.	Descrição do ementário e bibliografia do curso	32
3.7.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO/APRENDIZAGEM	80
3.7.1.	Coerência do sistema de avaliação	81
3.7.2.	Sistema de avaliação do projeto do curso	82
3.8.	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	84
3.8.1.	Coordenação do curso	84
3.8.1.1.	Titulação do coordenador	84
3.8.1.2.	Experiência (acadêmica, na área de formação) do coordenador	84
3.8.1.3.	Experiência profissional não acadêmica e administrativa	85
3.8.1.4.	Regime de trabalho do coordenador	85
3.8.1.5.	Dedicação do coordenador à administração do curso	85
3.8.1.6.	Atuação do coordenador	85
3.8.1.7.	Participação da coordenação do curso em órgãos colegiados acadêmicos da IES	86
3.8.1.8.	Participação do coordenador e dos docentes em colegiado de curso ou equivalente	86
3.8.1.9.	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	87
3.8.1.10.	Conselho do Curso	88
3.8.2.	Organização acadêmico-administrativa	90
3.8.2.1.	Apoio técnico-administrativo e didático-pedagógico aos docentes	91
3.8.3.	Atenção Aos Discentes	92
3.8.3.1.	Apoio à participação em eventos	93
3.8.3.2.	Apoio pedagógico	93
3.8.3.3.	Acompanhamento psicopedagógico	95
3.8.3.4.	Mecanismos de nivelamento	96
3.8.3.5.	Acompanhamento de egressos	99
3.8.3.6.	Meios de divulgação de trabalhos e produções de alunos	99
3.8.3.7.	Bolsas	100
3.9.	ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO	102
3.9.1.	Participação efetiva dos alunos em programa/projetos de Iniciação Científica ou em práticas de investigação	102
3.9.2.	Participação efetiva dos alunos em atividades de Extensão	103
3.9.3.	Participação efetiva em atividades complementares	104
3.9.4.	Participação efetiva dos alunos em atividades articuladas com o setor produtivo e/ou com o setor de serviços	104
3.10.	NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA (NPJ)	105
3.10.1.	Do Escritório de Assistência Jurídica	106
3.10.2.	Do Laboratório de Aplicação Prática	106
3.10.3.	Do Estágio Curricular Supervisionado	106
3.10.4.	Do Estágio Profissional	108
3.10.5.	Mecanismos de acompanhamento	108
3.10.6.	Relação aluno/professor	109
3.10.7.	Participação em atividades reais conveniadas	109
3.11.	TRABALHO DE CURSO (TCC)	109
3.11.1.	Relação aluno/professor na orientação de trabalho de conclusão de curso	110

3.11.2. Relação dos docentes orientadores e área de orientação.....	111
4. CORPO DOCENTE	114
4.1. FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL.....	114
4.1.1. RELAÇÃO NOMINAL DO CORPO DOCENTE	114
4.1.2. Titulação	114
4.2. CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	117
4.2.1. Regime de Trabalho	117
4.2.2. Política e Plano de Carreira	117
4.2.2.1. Critérios de admissão e de progressão na carreira.....	117
4.2.2.2. Sistema permanente de avaliação dos docentes.....	119
4.2.2.3. Ações de Capacitação	120
4.2.2.4. Plano de Cargos e Salários	121
4.2.3. Estímulos Profissionais.....	122
4.2.3.1. Apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural.....	122
4.2.3.2. Apoio à participação em eventos.	123
4.2.3.3. Incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes	124
4.2.4. Relação Alunos/Docente	128
4.2.4.1. Número médio de alunos por docente em disciplinas do curso	128
4.2.5. Relação Disciplinas/Docente	118
4.2.5.1. Número médio de disciplinas por docente	128
5. INSTALAÇÕES PARA O CURSO	129
5.1. ESPAÇO FÍSICO DO CURSO	129
5.1.1. Salas de Aula	129
5.1.2. Salas Especiais	131
5.1.3. Instalações administrativas.....	131
5.1.4. Instalações para docentes.....	134
5.1.5. Instalações para a Coordenação do curso	135
5.1.6. Auditórios e Salas de Conferência.....	135
5.1.7. Instalações sanitárias	136
5.1.8. Condições de acesso- pessoas com necessidades especiais	138
5.1.9. Infra-estrutura de segurança	138
5.1.10. Condições de salubridade das instalações acadêmicas.....	138
5.2. EQUIPAMENTOS.....	139
5.2.1. Acesso a equipamentos de informática pelos docentes	139
5.2.2. Acesso a equipamentos de informática pelos alunos	139
5.2.3. Recursos audiovisuais e multimídia.....	140
5.2.4. Existência da rede de comunicação científica	141
5.3. SERVIÇO	141
5.3.1. Manutenção das instalações físicas	141
5.3.2. Manutenção dos equipamentos.....	141
5.4. BIBLIOTECA	142
5.4.1. Apresentação	142
5.4.2. Espaço Físico	143
5.4.2.1. Instalações para o acervo	145
5.4.2.2. Instalações para estudos individuais.....	145
5.4.2.3. Instalações para estudos em grupos	145
5.4.2.4. Instalações para Administração da Biblioteca.....	145
5.4.3. Acervo	146
5.4.3.1. Geral	146

5.4.3.2.	Acervo Específico	147
5.4.3.3.	Base de Dados.....	153
5.4.3.4.	Informatização.....	156
5.4.3.5.	Política de aquisição, expansão e atualização.....	157
5.4.4.	Serviços.....	157
5.4.4.1.	Horário de funcionamento.....	158
5.4.4.2.	Serviço de acesso ao acervo	159
5.4.4.3.	Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos	159
5.5.	LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	160
5.5.1.	Espaço Físico	161
5.5.2.	Iluminação, ventilação e limpeza	161
5.5.3.	Política de conservação do espaço físico	161
5.5.2.	Equipamentos e Mobiliário	162
5.5.2.1.	Política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos	162
5.5.3.	Serviços.....	162
5.5.3.1.	Áreas Acadêmicas atendidas.....	162
5.5.3.2.	Normas de Segurança	163

DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do Curso:	Direito				
Habilitação:					
Modalidade:	Bacharelado				
Endereço De Oferta Do Curso:	Av Hygino Muzzi Filho, 529 – Campus Universitário				
Turno De Funcionamento:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
Nº. De Vagas Anuais Oferecidas:		80		210	290
Regime De Matrícula:	Semestral				
Dimensão Das Turmas:	Teóricas		Práticas		
	70				
Duração Do Curso:	Tempo Mínimo		Tempo Máximo		
	5 anos		8 anos		

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

2.1 DA MANTENEDORA

2.1.1. IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora	FUNDAÇÃO DE ENSINO EURÍPIDES SOARES DA ROCHA		
CNPJ:	52.059.573/0001-94		
End.:	Avenida Hygino Muzy Filho n529		
Bairro:	Campus Universitário	Cidade:	MARÍLIA
	CEP:	17527-150	
Fone:	(0xx14) 2105-0833	FAX.:(0xx14)	
		2105-2516	
E-mail:	fundação@univem.edu.br		

2.1.2. DIRIGENTE PRINCIPAL

Nome:	Luiz Carlos de Macedo Soares		
CPF:	221.853.058-91		
End.:	Rua Joaquim Nabuco , 763		
Bairro:	Jardim América	Cidade:	Marília
		:CEP	175060-000
Fone:	(0xx14) 2105-0858	Fax:	
E-mail:	soares@univem.edu.br		

2.1.3. HISTÓRICO DA MANTENEDORA

A Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha foi instituída pelo Educandário Dr. Bezerra de Menezes, de Marília, SP, por meio de escritura pública de instituição, dotação e organização lavrada no dia 8 de agosto de 1967, nas notas do Cartório do 1º Ofício de Marília, Livro n. 570, fls. 8/13, e registrada no 1º Serviço de Registro de Imóveis e Anexos de Marília, SP, sob número 123, no Livro A n. 1 de Registro de Pessoas Jurídicas, no dia 21 de agosto de 1967, fis. 125, como entidade jurídica de direito privado, regida por este estatuto e pelas leis a ela aplicáveis.

O idealismo da sua criação nasceu de um grupo de cidadãos, liderados pelo Sr. Hygino Muzy Filho, membros da comunidade espírita mariliense, que até então se dedicavam à direção do Educandário "Dr. Bezerra de Menezes", que passou a ser o instituidor da nova Entidade, custodiado pelo Instituto Assistencial Espírita de Marília.

O grupo que se dedicava à direção do Educandário "Dr. Bezerra de Menezes", encabeçado por Hygino Muzy Filho, entusiasmado pelo incentivo do Dr. Antonio de Carvalho Brandão, então Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca e professor da Faculdade de Direito de Bauru, vislumbrou a criação, em Marília, das Faculdades de Direito, Ciências Contábeis e Administração de Empresas e assim o reconhecimento deu-se pelo Decreto n. 53.957/1974, publicado no Diário Oficial da União em 19/4/1974.

Tendo conhecimento das exigências do Conselho Federal de Educação para pleitear a abertura de uma Instituição de Ensino Superior, os idealizadores trataram de criar uma Fundação para tal fim. Devidamente instituída levou o nome do cidadão, já falecido, Eurípides Soares da Rocha, por todos os títulos, merecedor daquela homenagem póstuma. A Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha foi instituída em 8 de agosto de 1967.

Como instituidor da Fundação figurava o Educandário "Dr. Bezerra de Menezes", custodiado pelo Instituto Assistencial Espírita de Marília. Na ocasião, o instituidor reservou e doou um terreno, com 8.400 metros quadrados, ao lado do Educandário, para a construção dos prédios das Faculdades.

Quando Prefeito, o Sr. Octávio Barreto Prado adquiriu do espólio de José Alfredo de Almeida, uma área de 167.291 m², correspondente a 6,91 alqueires, à margem da Rodovia Marília-Assis. Esta área foi doada à Fundação, via Escritura lavrada em 20/10/1971. No local doado se executou o original projeto do Arquiteto Gines Velanga, para os primeiros prédios da Instituição.

A aprovação das Faculdades, pelo Conselho Federal de Educação, se efetivou nos Decretos Federais de Autorização n. 66.140/70 e 66.390/70, e foram publicados no Diário Oficial da União, respectivamente, em 2 de fevereiro e 30 de março de 1970.

O processo de reconhecimento das Faculdades deu-se pelo Decreto n. 53.957/1974, publicado no Diário Oficial da União em 9/04/1974.

A Fundação de Ensino "Eurípides Soares da Rocha" conta hoje com 47 anos de experiência no ensino, na pesquisa e na extensão de serviços à comunidade. Desses 47 anos, 34 anos foram voltados exclusivamente para o

ensino na área de Direito e Administração. Em 1998, avançou com a implantação de cursos novos: habilitações em Comércio Exterior, Marketing e Análise de Sistemas, na área de Administração; bacharelado em Ciência da Computação; e bacharelado em Tradutor.

A Instituição conta atualmente com Programa de Mestrado autorizado pela CAPES na área de Direito.

Em 2002, a Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha solicitou ao Ministério da Educação o credenciamento como **Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM** e com o credenciamento tem procurado promover a integração das atividades de ensino a um programa de extensão universitária.

Na linha pedagógica, a busca pela formação mais ampla possível, proporciona a Fundação, desde 1984, por meio de seu Centro de Pós-Graduação oferecer cursos de *lato-sensu*, nas áreas de Direito, Administração e Contábeis com regularidade. Consolidados que foram pela sua qualidade, e com uma demanda crescente de cursos, em 2001, criou-se o Centro de Educação Continuada, com estrutura específica para atender aos Programas de “Lato-Sensu”, corporativos e de curta duração.

A inserção na área de graduação tecnológica se deu em 2004, com a criação do IST - Instituto Superior de Tecnologia.

2.2.DA MANTIDA

2.2.1.IDENTIFICAÇÃO

Nome	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURIPIDES DE MARÍLIA		
CNPJ:	52.059.573/0001-94		
End.:	Avenida Hygino Muzy Filho, 529		
Cidade:	Marília	UF:SP	CEP:17525-901
Fone:	(0xx14) 2105-0833	fax:(0xx14) 2105-2516	
E-mail:	fundação@univem.edu.br		

2.2.2. DIRIGENTES PRINCIPAIS

Cargo:	REITOR						
Nome:	LUIZ CARLOS DE MACEDO SOARES						
CPF:	221.853.058-91						
End.:	Rua Joaquim Nabuco, 763						
Bairro:	São Miguel	Cidade:	Marília	UF:	SP	CEP:	17506-200

Fone:	(0xx14)3433-8297	Fax:	(0xx14) 2105-2516
E-mail:	reitor@univem.edu.br		

2.2.3. ATOS LEGAIS DE CONSTITUIÇÃO

Dados de Credenciamento:	
Documento/Nº:	Portaria MEC n. 2.026
Data Documento:	22 de julho de 2003
Data da Publicação:	24 de julho de 2003

2.2.4. HISTÓRICO.

No início a atual Mantida, denominava-se Faculdade de Direito de Marília e Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração de Marília, abrigando três cursos: Direito, Administração de Empresas e Ciências Contábeis. A aprovação se deu pelo Conselho Federal de Educação, efetivada nos Decretos Federais de Autorização n. 66.140/70 e 66.390/70, publicados no Diário Oficial da União, respectivamente, em 2 de fevereiro e 30 de março de 1970. O reconhecimento deu-se pelo Decreto n. 53.957/1974, publicado no Diário Oficial da União em 9/04/1974.

Destaca-se que em 1998, a Instituição avançou com a implantação de cursos novos, ou seja, as habilitações em Comércio Exterior, Marketing e Análise de Sistemas na área de Administração, o curso bacharelado em Ciência da Computação e o curso bacharelado em Tradutor. Esta nova configuração introduziu a Instituição na área de Exatas e Tecnologia e na área de Comunicação e Letras.

A experiência acumulada ao longo de sua trajetória foi consolidando o perfil vocacional da Instituição. Na área de Direito, a pesquisa passou a ser direcionada para o tema dos Direitos Humanos e da Cidadania, na área de Administração ganharam espaço os múltiplos desdobramentos da gestão empresarial, da competitividade e da regionalidade e na área de computação as tecnologias inovadoras de informática ligadas com a Realidade Virtual, com Arquitetura de Sistemas Computacionais e a Engenharia de Software.

Toda esta nova configuração possibilitou a implantação de dois Programas de Mestrado autorizados pela CAPES, sendo um na área de Direito e outro na área de Ciência da Computação.

Em 2002, a Instituição solicitou ao Ministério da Educação o credenciamento como Centro Universitário, via transformação da Faculdade de Direito de Marília, Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração de Marília, Faculdade de Informática de Marília e Faculdade de Letras de Marília, sendo credenciada pela Portaria MEC n. 2.026, de 22 de julho de 2003, que em seu artigo 1º destacou:

“Credenciar, pelo prazo de três anos, a Faculdade de Direito de Marília, a Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração de Marília, a Faculdade de Informática e a Faculdade de Letras, como Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM, com sede no município de Marília, no Estado de São Paulo, mantido pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, com sede no município de Marília, no Estado de São Paulo”.

Posteriormente ao credenciamento, em 2004 a Instituição passou a oferecer cursos na área de graduação tecnológica, mais precisamente na área de gestão, design e informática. Foi criado o IST - Instituto Superior de Tecnologia como objetivo de abrigar os cursos superiores de tecnologia que por sua vez visa a formação superior de qualidade, integrado com as exigências atuais do mercado e legalmente constituído de acordo com as Diretrizes Curriculares do MEC.

A criação destes cursos proporcionou a Marília e região uma nova modalidade em cursos de graduação, uma nova concepção em ensino superior, promovendo a formação profissional, em curto espaço de tempo. Constituiu-se como uma real oportunidade para a classe trabalhadora, para os profissionais que necessitam de formação específica atualizada, para aqueles que querem ampliar suas possibilidades de atuação profissional, formando profissionais para o mercado de trabalho, sobretudo, para os setores do comércio, indústria e de prestação de serviços.

Em toda sua caminhada a Instituição mantém o compromisso em desenvolver a visão estratégica, a cultura empreendedora, a capacitação técnica e a educação continuada.

2.3. BALIZADORES INSTITUCIONAIS

Os princípios e valores estabelecidos pelo Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM foram pensados de forma a balizar o processo decisório e as atitudes comportamentais da Instituição no cumprimento de sua Missão. Neste sentido, se propõe a expressar as convicções e a conduta da Instituição, de seus gestores e colaboradores em relação à comunidade externa e interna.

2.3.1.Princípios

1. **Autonomia:** liberdade com responsabilidade no exercício de sua missão.
2. **Empreendedorismo:** espírito de liderança, iniciativa e compromisso social.
3. **Qualidade:** criar e disponibilizar oportunidades de aprendizado para o desenvolvimento cultural, político, social e profissional do aluno.
4. **Comunicação:** transmissão de informações de maneira clara, objetiva e transparente.

5. **Conhecimento como construção:** o conhecimento é processo em constante evolução.
6. **Respeito às pessoas:** respeitar e conhecer a comunidade interna e externa, desenvolvendo relações cooperativas e duradouras.
7. **Ética:** compromisso alicerçado no mútuo respeito social e profissional.
8. **Flexibilidade:** preparo para atender e definir habilidades necessárias para o cidadão do futuro, capaz de transformar a informação em conhecimento.

2.3.2. Valores

Para o desenvolvimento da missão institucional e operacionalização das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão foram definidas os seguintes valores institucionais:

1. Assistência e Promoção Humana
2. Compromisso e Coresponsabilidade
3. Engajamento Social
4. Pró-Atividade
5. Qualidade e Produtividade
6. Respeitabilidade, Pluralidade e Diversidade
7. Cidadania e Responsabilidade com o Meio Ambiente
8. Sustentabilidade Econômico-Financeira

2.3.3. Finalidade da Instituição

O Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM tem como finalidades:

1. Promover e divulgar o Ensino - em todos os graus e ciclos, visando ao progresso cultural e social de Marília e do Brasil.
2. Manter, provendo com os recursos necessários, de qualquer ordem, os cursos e demais atividades que instale, administre ou dirija, propiciando bolsas de estudo a estudantes.
3. Patrocinar estudos e soluções dos problemas de Ensino, em todos os graus e ciclos, sempre com o atendimento das prescrições legais.
4. Oferecer cursos de graduação, nas modalidades de bacharelado, licenciatura e superiores de tecnologia abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, e também, a portadores de diploma de nível superior, que tenham sido classificados em processo seletivo.

5. Oferecer cursos sequenciais de formação específica e de complementação de estudos, conforme a viabilidade e demanda regional.
6. Oferecer programas de Pós-graduação, compreendendo programa *lato* e *stricto sensu*, ou seja, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências do processo seletivo.
7. Desenvolver a extensão universitária, aberta a toda a comunidade interna e externa, de forma a atender aos requisitos estabelecidos em programa e mediante aprovação do Conselho Universitário e demais instâncias acadêmicas.
8. Produzir a pesquisa e a investigação sistematizada da realidade social do cenário local, regional e nacional, visando a ampliação, sistematização, atualização, aprofundamento e disseminação do conhecimento acadêmico. A pesquisa se constitui numa das principais fontes do ensino e das demais atividades desenvolvidas pelo corpo docente e discente.

2.3.4. Visão de Futuro

A Instituição definiu como Visão de Futuro o que segue:

“Tornar-se pólo gerador e disseminador de conhecimentos, com inserção nacional e internacional, promovendo a evolução do ensino e a inclusão social, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional”.

2.3.5 Objetivos

2.3.5.1. Objetivo Geral

Promover qualificação pessoal e capacitação profissional de excelência, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade no atendimento diferenciado da sua clientela, abrindo espaços de inclusão e de transformação social.

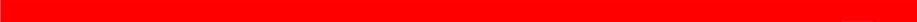
2.3.5.2. Objetivos Específicos

Foram definidos ainda os seguintes objetivos específicos:

1. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, propiciando condições de educação ao homem, como sujeito e agente de seu processo educativo e de sua história, pelo cultivo do saber, em suas diferentes vertentes, formas e modalidades.
2. contribuir para a formação de pessoas aptas para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.

3. incentivar o trabalho de pesquisa científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura.
4. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.
5. atuar permanentemente no sentido do aperfeiçoamento cultural e profissional, integrando os conhecimentos de forma articulada, multi e interdisciplinarmente.
6. possibilitar o conhecimento dos problemas do mundo, em particular os nacionais, regionais e locais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade.
7. promover a extensão, aberta à participação da comunidade, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
8. promover, no exercício de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento harmônico e integrado de sua comunidade, com vista ao bem-estar social, econômico, político e espiritual do homem.
9. Preservar os valores éticos, morais, cívicos e cristãos, contribuindo para aperfeiçoar a sociedade, na busca do equilíbrio e bem-estar do homem.
10. Desenvolver ações que contribuam para a formação da consciência planetária, visando ao equilíbrio ambiental e a preservação dos direitos humanos.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA



3.1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Em 11 de agosto de 1967 é publicado, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, extrato da Ata de Constituição da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”. Instituída pelos membros do Educandário Dr. Bezerra de Menezes e custeada, inicialmente, pelo Instituto Assistencial Espírita de Marília, a Fundação nasce com o objetivo de criar cursos de ensino superior, sendo um deles a faculdade de Direito, denominada Faculdade de Direito de Marília, hoje Curso de Direito do UNIVEM.

Sua missão volta-se para o engrandecimento do processo cultural e social do Brasil, provendo por meio dos seus próprios recursos as atividades no campo de ensino a serem instalados, conferindo à comunidade carente bolsa de estudo. Tal perfil de filantropia consta expressamente nos objetivos propostos por seus fundadores.

Em 1970 a Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha” consegue autorização de funcionamento do Curso de Direito por meio do Decreto n.º 66.390.

Dá-se início a uma *pioneira atividade de ensino jurídico* na cidade e região de Marília, Estado de São Paulo, sedimentando-se em 1974 com o Decreto n.º 73.957, de 18 de abril do corrente ano, em que dá reconhecimento legal ao curso e em 1981, por meio do Decreto n.º 85.752, de 24 de fevereiro é declarada Instituição de Utilidade Pública.

Em 22 de julho de 2003, a Fundação dá um novo salto qualitativo na área do ensino ao conseguir credenciamento junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), Portaria n.º 2016/03, transformando as Faculdades isoladas em um Centro Universitário, que denominou UNIVEM – Centro Universitário Eurípides de Marília, cuja mantenedora continuou sendo a Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”.

Com isto inicia-se, então, o processo de integralização dos seus projetos pedagógicos de modo a alcançar os objetivos propostos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do UNIVEM - Centro Universitário Eurípides de Marília.

O Curso de Direito alcança em 2003, com divulgação em janeiro de 2004, o selo de qualidade conferido pela OAB Brasil, ficando entre os 28% dos melhores cursos do país e entre os 12 melhores cursos de direito do Estado de São Paulo

Em 2011, 2012, 2013 e 2014, o Guia do Estudante da Editora Abril, fez publicar os resultados das pesquisas que coloca o Curso de Direito do UNIVEM entre os melhores cursos jurídicos do Estado de São Paulo, conferindo-lhe quatro estrelas de qualidade.

O Ministério da Educação, por meio do INEP, ao publicar o resultado do ENADE 2012, conferiu nota quatro, possibilitando a análise comparativa com as demais Instituições, onde o curso de Direito ficou na Sétima classificação com nota 4; b) nona do Estado de São Paulo; b) Décima sexta na classificação nacional entre as privadas e c) Quinquagésima segunda na classificação nacional, entre públicas e privadas.

Resultando na consolidação do Curso no cenário regional e nacional.

NECESSIDADES E CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO:

ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DE MARÍLIA E REGIÃO

Centro geográfico e sócio econômico de vasta área do oeste paulista, com influência no norte paranaense e no Mato Grosso do Sul, além de exercer atração sobre populações mais distantes, a cidade de Marília, elevada à condição de município em 1929, impõe-se no contexto nacional como uma das regiões mais promissoras do Estado de São Paulo, no início do século XXI. Estudos oficiais de entidades particulares e governamentais revelam características da pujança do seu comércio, indústria e agricultura, principalmente, além do setor educacional.

O setor agropecuário, compreendidos os municípios de proximidade imediata (Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Fernão, Gália, Garça, Lupércio, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompéia, Quintana e Vera Cruz), tem destaque setorializado. Cerca de 1.227 propriedades rurais particulares, num total perto de 110.000 hectares de terra compõem a força da produção agrícola, com predominância de propriedades com área menor que 100 hectares, numa proporção de 74%, predominando as lavouras de café e milho, e, na pecuária, a criação de gado da raça Nelore para corte, e de outras para a produção leiteira.

O parque industrial, entretanto, ocupa importância maior, com suas mais de 500 indústrias voltadas para variados ramos de produção, permitindo cerca de 12.000 empregos, com destaque para os segmentos da alimentação e da metalurgia, responsáveis por pouco mais de 50% das vagas. A construção civil dá uma ideia do crescimento da economia local, ocupando o terceiro posto em estabelecimentos e mercado de trabalho. Setenta e oito fábricas de artigos alimentares respondem por 65% da composição econômica municipal, enquanto produzem dois bilhões de quilos de alimentos/ano, índice que, dentre outros reconhecimentos, confere à cidade o título de *Capital Nacional do Alimento* (Marília, 1998).

O ramo metalúrgico compreende 105 empresas e fornece cerca de 3000 empregos, reservando boa parte da sua produção, assim como o setor de alimentos, para exportação. O comércio mariliense também é destaque, contando

com cerca de 5.000 estabelecimentos entre atacado e varejo, respondendo por 6000 empregos diretos em média.

Na área educacional, 23 estabelecimentos de ensino médio abrigam capacidade para 10.600 matrículas/ano, absorvidas 8.000 por quinze escola públicas estaduais e 2500, por oito escolas particulares, empregando quase 700 docentes. Duas universidades e duas fundações educacionais oferecem mais de 40 cursos superiores ocupados por aproximadamente 20.000 alunos, nas mais diversas áreas do conhecimento. Enquanto duas universidades (Unimar e Unesp) empregam 139 docentes, e a Fundação mantenedora da Faculdade de Medicina 26 docentes, o Centro Universitário Eurípides de Marília - Univem, mantido pela Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha” dispõe, em 2014 de professores especializados, atendendo a mais de 4.000 alunos matriculados nos diversos cursos de graduação, além das especializações *lato sensu* e do Mestrado em Direito.

O desenvolvimento que se faz evidente nos setores agrícola, comercial, industrial e educacional, em Marília e a partir dela, na região lindeira encontra vias de consolidação no feliz entroncamento rodoviário em que se encrava a cidade, outrora chamada *A Capital da Alta Paulista*¹

3.2.MISSÃO

3.2.1.DA INSTITUIÇÃO

Promover o desenvolvimento integral de cidadãos, por meio de formação humanista, científica e tecnológica, com visão reflexiva e crítica, capacitando-os a atuar profissionalmente na construção de uma sociedade qualitativamente melhor e socialmente justa.

3.2.2 Do Curso

O Curso de Direito do Centro Universitário Eurípides de Marília, mantido pela Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, objetiva oferecer condições para que o futuro profissional consiga enfrentar as constantes mudanças que o mercado de trabalho globalizado exige, atender as carências jurídicas geopolíticas regionais, com elas interagindo e, conectadas a dimensão do Direito, possibilitando a aquisição da consciência não somente técnica, mas também reflexiva, no âmbito jurídico nacional e internacional.

Neste contexto, passa a oferecer atividades complementares como um meio de proporcionar ao aluno um melhor aproveitamento nas disciplinas, além de vincular o ensino com a pesquisa e extensão.

¹ O município de Marília por meio do Decreto Estadual n.º 52.576, de 12 de dezembro de 1970, passa a ser sede da 11.ª Região Administrativa Estadual, compreendendo os municípios de Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Fernão, Gália, Garça, Lupércio, Marília, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompéia, Quintana e Vera Cruz.

Desta forma o futuro profissional estará preparado para exercer atividades em qualquer carreira jurídica ou mesmo ingressar na carreira acadêmica, com formação ética e uma preocupação humanista, voltadas para o desenvolvimento da cidadania.

3.3.CONCEPÇÃO

No mundo contemporâneo verificamos uma sociedade em aparente crise, impossibilitando o homem de enfrentar eficazmente os desafios que lhe são impostos, fazendo-o refletir sobre a necessidade de aliar conhecimentos técnicos a uma orientação acadêmica capaz de assegurar o pleno desenvolvimento das suas potencialidades, garantindo-lhe um leque de opções na vida profissional.

Assim, a formação acadêmica nas Instituições vinculadas ao estudo do Direito solicita uma formação diferenciada, de modo que o aluno concilie informações técnicas com uma orientação pragmática e hábil a provocar o surgimento de um novo profissional. Um profissional ciente de que os fatos são dinâmicos e, por isso mesmo, em transformação, exigindo-lhe o permanente exercício de tarefa reflexiva que o capacite à síntese dos instrumentos conceituais, técnicos, metodológicos e práticos compatíveis com a função pública e social que o profissional do direito desempenha na comunidade.

Em razão disso e ciente do seu papel, as instituições de ensino superior devem reavaliar constantemente a sua capacidade de formar, no campo científico-profissional, os profissionais que irão atuar nessa sociedade. O currículo do curso de Direito atualmente, há de integrar habilidades diferenciadas, oferecendo uma formação aberta e, portanto, flexível, assegurando ao futuro profissional a autonomia concedida a qualquer cidadão, bem como a possibilidade de adaptação e atuação em contextos variados, além de desenvolver-lhe múltiplas competências que o possibilitem transitar em todas as áreas próximas do conhecimento.

Desse modo, priorizou-se a construção de um Projeto Pedagógico balizador para o fazer universitário e, por consequência, que expresse a prática pedagógica da instituição e do curso, dando direção à gestão e às atividades educacionais. É um projeto elaborado de forma participativa e colaborativa, originado no seio da coletividade docente, discente e administrativa.

O processo é desenvolvido em espiral, num crescente dinamismo de construção, avaliação, reelaboração. É também reflexão contínua sobre a educação superior, o Curso e sua função social, sobre o curso, sobre o ensino, sobre a pesquisa e sua relação com o ensino, sobre a extensão e sua relação com o currículo, sobre a relação teoria e prática.

Assim compreendido o Projeto Pedagógico, chegou-se a conclusão de que o currículo do ensino jurídico deveria abandonar a natureza de mero programa, passando a ser um percurso, durante o qual o próprio aluno irá, gradativamente, traçando o seu desenho, a sua rota e direção, consciente da interpenetração dos vários e diferenciados campos da área de conhecimento que elegeu. No mundo de hoje, o processo curricular só pode ser compreendido e apreendido sob esta

ótica, porque o conhecimento humano não ocorre de forma linear. Sempre poderá ser ampliado e difundido, na medida em que os dados concretos da vida vão surgindo e reivindicando soluções, afastando a preocupação direcionada com a quantidade de conteúdo, pois incapaz de assegurar uma atuação profissional adequada e eficaz.

O princípio da interdisciplinaridade desempenha a função de integrar as matérias constantes do currículo, evitando a esterilidade dos estudos compartimentados, numa época histórica que reclama a comunicação entre as várias formas de conhecimento e, no Direito, especificamente, entre o conhecimento dogmático, mais próximo das exigências profissionalizantes, e o ensino fundamental, de natureza reflexiva, despertadora da consciência crítica.

Com a introdução de novos estudos, considerando a transformação apresentada pelo direito, não se pretendeu apenas modernizar o currículo, para atender a novas exigências do mercado profissional, mas, sim, primordialmente, criar instrumentos voltados para o atendimento ao perfil do profissional estabelecido pelo novo projeto pedagógico do curso: um profissional preparado para os desafios contemporâneos de uma atividade globalizada, sobretudo um profissional eticamente comprometido e tecnicamente capacitado para participar de um amplo projeto de transformação da sociedade, flagelada por índices intoleráveis de desigualdades.

Atenta às normas fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20.12.96), a Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, preocupou-se em criar um Projeto Acadêmico atual e ajustado às atuais exigências legais, fixando em seu âmbito o incentivo ao espírito científico, a reflexão crítica e a consciência dos vários papéis que o direito, como elemento transformador, deve desempenhar na sociedade.

O Projeto Pedagógico incorpora, também, preocupação relativa ao corpo docente, cuja qualificação deve ser sempre desenvolvida e aprimorada, sendo relevante ressaltar a participação democrática dos alunos no processo de avaliação periódica dos seus membros.

3.4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO CURSO

Outra preocupação do projeto refere-se à constante melhoria da infra estrutura e das políticas institucionais traçadas para o ensino de graduação do Curso de Direito contemplam as seguintes diretrizes:

- promover a educação e a formação integral humana numa perspectiva ética e de responsabilidade, visando ao desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo, do conhecimento científico e do aperfeiçoamento cultural e profissional;
- propiciar condições para que teoria e prática sejam ações constantes, objetivando a formação integral dos discentes;
- formar profissionais nas diferentes áreas técnicas e do conhecimento, possibilitando ao acadêmico participar, produzir e intervir no desenvolvimento da comunidade regional e da sociedade brasileira;

- incentivar o trabalho de pesquisa, visando à propagação da ciência e da tecnologia e à divulgação dos saberes culturais, científicos e tecnológicos;
- promover a extensão, aberta à participação da comunidade, visando à difusão do conhecimento resultante do ensino, da pesquisa científica e tecnológica praticada na Instituição;
- ampliar estruturas e condições que permitam otimizar o trabalho docente e discente, possibilitando investir mais tempo no processo ensino-aprendizagem;
- promover a formação política, social e econômica de cidadãos capazes de interagir na sociedade;
- flexibilizar os currículos, de forma a proporcionar ao aluno a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;
- manter permanentemente atualizados os projetos pedagógicos, respeitando-se as Diretrizes Curriculares e as demandas socioeconômicas e culturais regionais;
- discutir frequentemente, em nível de Pró-Reitorias, coordenação de curso, órgãos colegiados, corpo docente e representação discente, a qualidade do ensino;
- incentivar o investimento do corpo docente em técnicas pedagógicas e processos avaliativos inovadores;
- qualificar permanente o corpo docente no que se refere à titulação acadêmica. - estrutura da unidade, tanto em seus aspectos físicos quanto nos serviços de biblioteca, do laboratório de informática e do núcleo de prática jurídica.

Por fim, foi estabelecido um plano periódico de avaliação para todos os aspectos relacionados com a vida acadêmica da instituição e do Curso de Direito, tanto nos aspectos curriculares quanto institucionais.

3.4.1.OBJETIVOS DO CURSO

3.4.1.1.Gerais

Dotar os egressos de conhecimentos que os habilitem ao exercício inerente aos operadores do Direito, pautado no ideal de Justiça, num contexto social em processo constante de transformação da ordem sócio política e técnico-jurídica, tendo sempre em conta a realidade, tanto no contexto da região de Marília, quando nos âmbitos nacional e internacional, com grande sensibilidade às mudanças globais.

3.4.1.2.Específicos

Dotar os seus egressos de uma formação jurídica que os habilitem a constatar e entender as necessidades e demandas regionais, por meio de uma proposta de ensino interdisciplinar, com a efetiva colaboração entre as disciplinas /ou setores heterogêneos, pelas interações e mecanismos comuns,

partindo-se da premissa de que o Direito é um fenômeno fundamentalmente conectado e interligado com outros fenômenos sócio, econômico, político e culturais, visando sempre o aprimoramento da ordem jurídica.

Buscar o desenvolvimento de habilidades práticas a partir da integração de conceitos e teorias das diversas disciplinas, impondo aos alunos uma visão global do Direito, promovendo o aprimoramento de técnicas forenses.

Promover, por meio da pesquisa, a produção do conhecimento, possibilitando o avanço além de seu tempo e espaço, criando, desta forma, condições para os progressos teóricos e tecnológicos, imprescindíveis às transformações jurídico-sociais da comunidade.

Possibilitar uma formação humanista, de forma a criar condições concretas para o desenvolvimento de uma atuação profissional pautada pelo caráter social de seu trabalho.

Em síntese:

1. Desenvolver competências/habilidades específicas do profissional de Direito.
2. Desenvolver a capacitação de comunicação e expressão forense, indispensável em qualquer atuação profissional.
3. Saber interpretar a norma e fundamentar teses num contexto de inter-relação da teoria com a prática.
4. Aplicar conhecimentos de forma independente e inovadora, acompanhando a evolução da área e contribuindo para a busca de soluções de conflitos em diferentes setores.
5. Capacitar e estimular o aluno ao pensamento crítico sobre direito positivo, bem como ao desenvolvimento de caminhos mais adequados às necessidades do povo brasileiro e às condições sócio-econômicas, bem como estrutura dos órgãos envolvidos na administração e distribuição da Justiça.
6. Compreender o valor da busca científica como ação promotora da sua aprendizagem e estimulá-lo à pesquisa científica.
7. Ser participante e saber trabalhar em equipe e/ou em todos os setores, enquanto exigência básica atual do mercado de trabalho na área jurídica.

3.5.PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Ao bacharel do Curso de Direito do UNIVEM será oportunizado desenvolver competências técnico-científicas jurídicas, aliadas à fundamentação humanística, de modo que lhe seja possível atuar com segurança no mercado profissional, seja ele local e/ou global.

O egresso do UNIVEM será, também, habilitado ao exercício nos diversos campos de atividades jurídicas, dos serviços públicos, às empresas particulares, dentre outros contextos, agindo na prevenção de lides judiciais ou extrajudiciais,

bem como em soluções de conflitos de interesses (juízos arbitrais e juizados especiais).

Outrossim, será capacitado para a boa convivência com os demais profissionais do direito, inclusive observando a necessária ética nessa relação.

Enfim, a preocupação do Curso volta-se para o preparo do aluno, no sentido de o levar a entender a situação jurídica e as possibilidades de solucioná-la, o que impõe conhecimento de técnicas de interpretação e o uso de linguagem adequada à cultura e à formação educacional daquele.

3.5.1. ATRIBUIÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

Além de possuir uma visão institucional, o Curso de Direito do UNIVEM, atento às orientações traçadas nas Resoluções do MEC e respectivas Diretrizes Curriculares, executa suas atividades visando oportunizar ao aluno uma sólida formação geral e humanística, com a capacidade de análise e articulação dos conceitos e argumentos, de interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania.

3.6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.6.1. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO CURSO

A metodologia de ensino adotada pelos docentes visa observar a concepção do curso, o projeto do curso, especialmente para atingir os objetivos estabelecidos e formar alunos que atendam ao perfil do egresso desejado.

3.6.2. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM OS OBJETIVOS DO CURSO

O currículo atual foi elaborado observando-se a necessária harmonia que deve existir entre a formação que se pretende ofertar ao aluno e os objetivos do curso, especialmente o de preparar Bacharéis em Direito com uma sólida formação fundamental e profissional, aptos a exercer as profissões jurídicas e enfrentar os desafios contemporâneos.

3.6.3.COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM O PERFIL DO EGRESSO

Na fixação do currículo, buscou-se uma congruência com o perfil desejado do egresso, especialmente para oferecer-lhe uma sólida formação geral, humanística e profissional, teórica e prática.

3.6.4.COERÊNCIA DO CURRÍCULO FACE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Não obstante os diversos problemas, surgidos recentemente, vinculados à implantação das diretrizes curriculares do curso de graduação em Direito, verifica-se que o currículo da IES se encontra em perfeita consonância com as orientações do MEC, cuja concepção didático-pedagógica representa, no nosso entender, a contribuição mais relevante do processo de construção de qualidade dos cursos jurídicos que vem sendo implementado a partir da década de noventa do século passado.

3.6.4.1.Libras – Língua Brasileira de Sinais

O curso de Direito do Centro Universitário Eurípides de Marília, oferece aos alunos a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, bem como o Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, instituem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina obrigatória – para os cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seu nível médio e superior – e optativa – para os demais cursos de graduação.

Reconhecida pela citada legislação como a segunda Língua oficial do Brasil, a Libras é compreendida como uma forma de comunicação e expressão, um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituindo um sistema de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil, conforme Art. 1º.

Por outro lado, ao regulamentar a citada lei, o Decreto nº. 5.626/05, no que tange o sistema educacional superior brasileiro, estabelece, em seu Art. 3º, § 2º, que “A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.”

3.6.4.2.Relações étnico-raciais

Em atendimento à Lei 11.645 de 10 de março de 2008 e Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de julho de 2004, Parecer CNE/CP N°03/2004 e Portaria Normativa nº 21 de 28 de Agosto de 2013, que orienta às IES sobre a introdução das temáticas que versam sobre as relações étnicos raciais e do ensino de

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, seus conteúdos serão ministrados na disciplina de **Direito Constitucional II**, constando em sua Ementa e Plano de Ensino.

3.6.4.3 Educação Ambiental

Tendo em vista a nova realidade das empresas e a necessidade de adequação à Lei N°12.305, de 02 de Agosto de 2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos e de legislação de preservação do meio ambiente, o conteúdo respectivo será aplicado na disciplina de **Direito Ambiental**, sendo contemplado em sua respectiva Ementa e Plano de Ensino. De modo geral, dada a importância da sustentabilidade no mundo atual, as demais disciplinas contextualizam acerca do tema.

3.6.5. ADEQUAÇÃO DA METODOLOGIA DE ENSINO À CONCEPÇÃO DO CURSO

A distribuição da carga horária das disciplinas, tendo em vista a carga horária total do curso, foi elaborada para atender adequadamente o conjunto das disciplinas previstas na matriz de e, e possibilitar o alcance dos objetivos, a formação de pessoal adequado ao perfil desejado do egresso, e para atender à metodologia de ensino, isto é, aos procedimentos que devem ser adotados pelo corpo para atingir os propósitos do curso.

3.6.6. INTER-RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS NA CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DO CURRÍCULO

Um dos objetivos do curso é desenvolver um conteúdo curricular que concilie as informações técnico-jurídicas e pragmáticas, observando a interdisciplinaridade, a integração das atividades acadêmicas teóricas e práticas e a integração das disciplinas. Esse objetivo está efetivamente estruturado na matriz curricular e é observado na execução, na implementação do currículo.

3.6.7. ESTRUTURA CURRICULAR E DIMENSIONAMENTO DA CARGA HORÁRIA POR PERÍODO LETIVO

A atual, matriz curricular consignada foi trabalhada a partir de discussões pertinentes ao presente Projeto Pedagógico, resultando na elaboração e implantação de uma nova matriz curricular tendo em vista as novas Diretrizes Curriculares, devidamente homologadas pelo MEC, estando em vigor, atualmente.

1º Semestre	C/H
Direito Civil I	80
Introdução ao Estudo do Direito	40
Teoria do Crime	80
Ciência Política	40
Antropologia e Sociologia Geral	40
Economia	40
Comunicação Jurídica	40
Subtotal	360
2º Semestre	C/H
Direito Civil II	80
História do Direito	40
Teoria da Pena e Criminologia	80
Teorias do Estado	40
Sociologia Jurídica	40
Direito Econômico	40
Metodologia do Trabalho Científico I	40
Subtotal	360
3º Semestre	
Direito Civil III	80
Direito Penal I	40
Direito Constitucional I	40
Direito de Empresa I	40
Direito Processual Civil I	80
Filosofia do Direito I	40
Biodireito	40

Subtotal	360
4º Semestre	
Direito Civil IV	80
Direito Penal II	40
Direito Constitucional II	40
Direito de Empresa II	40
Direito Processual Civil II	80
Filosofia do Direito II	40
Redação Jurídica	40
Subtotal	360
5º Semestre	
Direito Civil V	40
Direito Penal III	40
Direito Constitucional III	40
Direito Administrativo I	40
Direito de Empresa III	40
Direito Processual Civil III	40
Direito Processual Penal I	40
Conciliação, Mediação e Arbitragem	40
Estágio e Prática Processual Civil I	40
TOTAL	360
6º Semestre	
Direito Civil VI	40
Direito Penal IV	40
Direito Constitucional IV	40
Direito Administrativo II	40
Direito de Empresa IV	40

Direito Processual Civil IV	40
Direito Processual Penal II	40
Psicologia Forense	40
Estágio e Prática Processual Civil II	40
TOTAL	360

7º Semestre	
Direito Civil VII	40
Direito do Trabalho I	80
Direito Previdenciário I	40
Direito Processual Civil V	40
Direito Processual do Trabalho I	40
Direito Processual Penal III	40
Metodologia do Trabalho Científico II	40
Estágio e Prática Processual Civil III	40
TOTAL	360

8º Semestre	
Direito Civil VIII	40
Direito do Trabalho II	80
Direito Previdenciário II	40
Direito Processual Civil VI	40
Direito Processual do Trabalho II	40
Direito Processual Penal IV	40
Direitos Difusos e Coletivos	40
Estágio e Prática Processual Civil IV	40
TOTAL	360

9º Semestre	
Direito do Consumidor	40
Direito Internacional	40
Ciência das Finanças e Direito Financeiro	80
Legislação Penal e Processual. Penal Especial I	40
Ética Geral e Profissional	40
Direito Processual Constitucional I	40
Estágio e Prática Processual do Trabalho	40
Estágio e Prática Processual Penal I	40
TOTAL	360
10º Semestre	
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	40
Direito Internacional dos Direitos Humanos	40
Direito Tributário	80
Legislação Penal e Processual Penal Especial II	40
Direito Ambiental	40
Direito Processual Constitucional II	40
Estágio e Prática Processual do Trabalho	40
Estágio e Prática Processual Penal II	40
Trabalho de Conclusão	80
TOTAL	440
RESUMO	
Total Geral das Disciplinas	3680
Atividade Complementar	260
Total	3940
*LIBRAS	40

O currículo atual foi elaborado observando-se a necessária harmonia que deve existir entre a formação que se pretende ofertar ao aluno e os objetivos do curso, especialmente o de preparar Bacharéis em Direito com uma sólida formação fundamental e profissional, aptos a exercer as profissões jurídicas e enfrentar os desafios contemporâneos.

Observou-se ainda, na fixação do currículo, uma congruência com o perfil desejado do egresso, especialmente para oferecer-lhe uma sólida formação geral, humanística e profissional, teórica e prática.

Não obstante os diversos problemas, surgidos recentemente, vinculados à implantação das diretrizes curriculares do curso de graduação em Direito, verifica-se que o currículo da instituição se encontra em perfeita consonância com as atuais Diretrizes Curriculares do MEC.

Conforme exposto anteriormente, um dos objetivos do curso é desenvolver um conteúdo curricular que concilie as informações técnico-jurídicas e pragmáticas, observando a interdisciplinaridade, a integração das atividades acadêmicas teóricas e práticas e a integração das disciplinas. Esse objetivo está efetivamente estruturado na matriz curricular e é observado na execução, na implementação do currículo.

A distribuição da carga horária das disciplinas, tendo em vista a carga horária total do curso, foi elaborada para atender adequadamente o conjunto das disciplinas previstas na matriz, e possibilitar o alcance dos objetivos, a formação de pessoal adequado ao perfil desejado do egresso, e para atender à metodologia de ensino, isto é, aos procedimentos que devem ser adotados pelo corpo docente para atingir os propósitos do Curso.

De acordo com os termos da Resolução CNE/CES nº. 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, “A definição quantitativa em minutos do que consiste a hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos” (Art. 1º, § 2º).

Ainda especificando o tema da carga horária e continuando na referida legislação que, em seu Art. 3º, reitera a informação de que a hora-aula deva ter sua mensuração delimitada em 60 (sessenta) minutos, condiz também relevar o Art. 2º, onde se resolve que “(...) cabe às Instituições de Educação Superior, respeitados o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá: I – preleções e aulas expositivas; II – atividades práticas supervisionadas”.

Por outro lado, moderando-se, enfim, pela Lei de Diretrizes e Bases, a LDB 9.394/96, que, por seu turno, igualmente não fixa a duração da hora-aula para a Educação Superior, é que o Centro Universitário UNIVEM, em consonância com o disposto na mencionada Resolução, bem como pelo caráter de flexibilização possibilitado pela LDB, institui sua hora-aula em 50 (cinquenta) minutos (atendendo questões de natureza trabalhista), ao mesmo tempo em que respeita o ano letivo regular de 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo.

Assim, em atenção à necessidade de se cumprir a carga horária mínima para sua integralização, o curso de Direito efetiva suas horas acadêmicas sob diferentes formas de trabalho discente efetivo, sendo que, no tocante ao Trabalho Acadêmico Efetivo Supervisionado (TAEs), e especificamente a ele, busca estimular as ações direcionadas para além da sala de aula (e que devem ser contabilizadas como trabalho discente efetivo), incluindo práticas em laboratórios, visitas técnicas, bibliotecas ou pesquisas de campo; trabalhos individuais e em grupos; elaboração de relatórios; leituras complementares; resolução de listas de exercícios; dentre alternativas extraclasse, que, por sua vez, proporcionam aos educandos o cumprimento de atividades relacionadas a ensino, pesquisa e extensão, conforme as exigências curriculares previstas neste Projeto Pedagógico; a formação cultural consistente que favoreça seu desenvolvimento como ser humano; e a aquisição da consciência de seus direitos e deveres como cidadãos brasileiros, provendo-os de recursos e habilidades que os qualifiquem para a atividade profissional futura.

Considerando-se, portanto, que a carga horária mínima dos cursos superiores deva ser mensurada em horas-relógio (isto é, com 60 (sessenta) minutos) e que o UNIVEM pratica horas-aulas de 50 (cinquenta) minutos de duração, o TAEs faculta complementar os 20% (vinte por cento) divergentes em atividades acadêmicas necessárias para a totalização das horas de formação.

3.6.8. TRABALHO ACADÊMICO EFETIVO (TAES)

O Trabalho Acadêmico Efetivo Supervisionado – TAEs, engloba atividades relacionadas a ensino, pesquisa e extensão, que garantam a formação dos acadêmicos conforme as exigências curriculares.

A atividade acadêmica ou trabalho discente efetivo é toda a atividade *desenvolvida no âmbito de disciplina* do currículo do curso, que compreende aulas e atividades práticas supervisionadas.

Atividades práticas supervisionadas são atividades para além da sala de aula, como atividade em laboratórios, em bibliotecas, visitas técnicas e outras, orientada e supervisionada por cada disciplina curricular. Correspondem a 20% da carga horária da disciplina.

O TAEs pode ser realizado durante o período letivo, respeitando peculiaridades dos componentes curriculares a que estiver vinculado.

Por fim, é importante considerar que o registro(e a efetivação) do trabalho acadêmico efetivo supervisionado segue normatização própria aprovada pelo Conselho Universitário denominado: **REGULAMENTO DO TRABALHO ACADÊMICO EFETIVO SUPERVISIONADO (TAES)** – Aprovado na reunião conjunta do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 31/08/2011.

3.6.9.ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares constam obrigatoriamente do histórico escolar dos alunos, totalizando carga horária de **260 horas**. São integradas por atividades de ensino, pesquisa e extensão, preferencialmente multidisciplinares ou referentes a disciplinas não previstas na matriz curricular. Possibilitam o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante em atividades curriculares e extracurriculares, de interesse para sua formação pessoal e profissional.

As atividades complementares deverão ser desenvolvidas ao longo do curso, não podendo ser realizadas integralmente em um único período letivo.

As atividades complementares contam com Regulamento específico, denominado de Regulamento das Atividades Complementares (RAC).

3.6.10.EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

3.6.10.1.Adequação e atualização das ementas e programa das disciplinas

As ementas das disciplinas, elaboradas de acordo com a concepção do curso, são reavaliadas anualmente, antes do início de cada ano letivo, pelo professor, inicialmente, e depois pelo conjunto de professores que ministram a mesma disciplina ou disciplinas que integram a mesma matéria (por exemplo, Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual Civil etc.). Posteriormente, os planos de ensino são analisados pelo Conselho do Curso de Direito, que apresenta o seu parecer, e encaminhados para a Pró-Reitoria de Graduação para uma análise final. Havendo mudanças são as mesmas analisadas pelos docentes, e implantadas imediatamente na execução do plano de ensino.

3.6.10.2.Adequação, atualização e relevância da bibliografia

O plano de ensino procura propor uma bibliografia adequada e atualizada ao conteúdo da disciplina, relevante quanto à qualidade do material doutrinário e a importância do autor escolhido., sempre considerando a disponibilidade do livro na biblioteca, na proporção de títulos da bibliografia básica que contenham, ao menos, 1 exemplar para cada conjunto de 10 alunos e a indicação de bibliografia complementar, sendo ao menos 5 exemplar para os livros indicados na bibliografia complementar.

3.6.10.3.Descrição do ementário e bibliografia do curso

ETAPA 1

Disciplina: Antropologia e Sociologia Geral

EMENTA

Classificação das Ciências. Enquadramento científico da Antropologia e da Sociologia neste contexto. Noções introdutórias ao estudo da Antropologia. O papel do homem na sociedade. A Sociologia e seu objeto de estudo. Estruturas Sociais Contemporâneas. Aspectos reflexivos acerca do nascimento do Direito.

Bibliografia Básica

ASSIS, Olney Queiroz; KÜMPEL, Vitor Frederico. Manual de antropologia jurídica: De acordo com o provimento n. 136/2009. São Paulo: 2014.

MACHADO NETO, A.L.. Sociologia jurídica. 6ª ed. São Paulo: 2008.

ROSA, Felipe Augusto de Miranda. Sociologia do direito O fenômeno jurídico como fato social. 18ª ed. Rio de Janeiro: 2009.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. Pesquisa em ciências sociais Métodos e técnicas. São Paulo: Pearson, 2004.

EHRlich, Eugen. Fundamentos da sociologia do direito . Brasília: UnB- Universidade de Brasília, 1986.

FALCÃO, Joaquim; SOUTO, Cláudio. Sociologia e direito : textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica . 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

LAKATOS, Eva Maria. Sociologia geral . 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Disciplina: Ciência Política

EMENTA

Introdução a ciência política. Compreensão da evolução, objeto, método e implicações. Análise das diferenças entre Ciência Política e Teorias do Estado. Investigação sobre os diversos tipos de poder. Busca e compreensão do processo de formação do Estado, conceito e fins. Reflexão sobre o Estado Absolutista e Liberal, bem como seus elementos constitutivos.

Bibliografia Básica

BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 18ª ed. Rio de Janeiro: 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 30ª ed. São Paulo: 2011.

FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de teoria geral do estado e ciência política. 7ª ed. Rio de Janeiro: 2009.

Bibliografia Complementar

AZAMBUJA, Darcy. Introdução à ciência política. 10ª ed. São Paulo: 1996.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de; QUINTANEIRO, Tania. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber. 2ª ed. Belo Horizonte: 2003.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de teoria do estado e ciência política. 3ª ed. São Paulo: 1995.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 9ª ed. Rio de Janeiro: 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. 22ª ed. Rio de Janeiro: 2000.

Disciplina: Comunicação Jurídica

EMENTA

Morfologia e Semântica. Ortografia. Vícios de linguagem. Elementos da Teoria da Comunicação e da Teoria da Significação. Paráfrase e Resumo. Interpretação de textos de diferentes estilos.

Bibliografia Básica

BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 21ª ed. São Paulo: 2005.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48ª ed. São Paulo: 2010.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. Curso de português jurídico. 11ª ed. São Paulo: 2010.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida; HENRIQUES, Antonio. Língua portuguesa Noções básicas para cursos superiores. 9ª ed. São Paulo: 2010.

CAMARA JR., J. Mattoso. Manual de expressão oral e escrita. 14ª ed. Petrópolis: 1997.

GARCIA, Othom M.. Comunicação em pr osa moderna aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 24ª ed. Rio de Janeiro: 2004.

NADÓLSKIS, Hêndricas. Normas de comunicação em língua portuguesa. 25ª ed. São Paulo: 2009

XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no direito: linguagem forense. 15ª ed. Rio de Janeiro: 2005.

Disciplina: Direito Civil I

EMENTA

Noções preliminares de direito. Estudo das Pessoas Naturais. As Pessoas Jurídicas de Direito Privado na atualidade. Individualização da pessoa. Visão humanista dos Direitos da personalidade.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 31ª ed. São Paulo: vol. 1. 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito ci vil. 16ª ed. São Paulo: vol. 1. 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. 12ª ed. São Paulo: vol. 1. 2014.

Bibliografia Complementar

LÔBO, Paulo. Direito civil Parte geral. 2ª ed. São Paulo: 2010.

MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. Curso de direito civil. 39ª ed. São Paulo: vol. 1. 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. 19ª ed. Rio de Janeiro: vol. 1. 2001.

RODRIGUES, Silvio. Direito civil. 34ª ed. São Paulo: vol. 1. 2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. 11ª ed. São Paulo: vol. 1. 2011.

Disciplina: Economia

EMENTA

Conceitos econômicos fundamentais aplicados ao Direito. Sistemas Econômicos. Economia Clássica: Adam Smith e David Ricardo. Economia Keynesiana com análise da política econômica brasileira. WelfareState. Análise das principais categorias Marxistas aplicadas à economia. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Economia e meio ambiente. Projeto de sustentabilidade econômica a as interfaces com o Direito.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do pensamento econômico Uma abordagem introdutória. São Paulo: 2010.

HUNT, E. K.. História do pensamento econômico Uma perspectiva crítica. 28ª ed. Rio de Janeiro: 2002.

MORCILLO, Francisco Mochón; TROSTER, Roberto Luis. Introdução à economia. São Paulo: 2004.

Bibliografia Complementar

ALVES, Denisard Cnéio de Oliveira; et al. Manual de economia. 5ª ed. São Paulo: 2011.

CARDOSO, Eliana A.. Economia brasileira ao alcance de todos. 12ª ed. São Paulo: 1991.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio : contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: 1982.

NUSDEO, Fábio. Curso de economia: introdução ao direito econômico. São Paulo: 2014.

SANDRONI, Paulo. Traduzindo o economês : para entender a economia brasileira na época da globalização. 2ª ed. São Paulo: 2000.

Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito

EMENTA

Compreensão da relevância e da influência para o direito, na atualidade, das teorias, dos institutos, dos paradigmas e das práticas. Compreensão dos conceitos de Direito. Estudo dos conceitos de Justiça. Análise do Sistema de Normas. Estudo a respeito da Interpretação do Direito. Abordagem sobre Direitos Humanos e fundamentais e os desafios do Séc. XXI. Conhecimento da questão do direito e sua interferência no cotidiano.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do pensamento econômico Uma abordagem introdutória. São Paulo: 2010.

HUNT, E. K.. História do pensamento econômico Uma perspectiva crítica. 28ª ed. Rio de Janeiro: 2002.

MORCILLO, Francisco Mochón; TROSTER, Roberto Luis. Introdução à economia. São Paulo: 2004.

Bibliografia Complementar

ALVES, Denisard Cnéio de Oliveira; et al. Manual de economia. 5ª ed. São Paulo: 2011.

CARDOSO, Eliana A.. Economia brasileira ao alcance de todos. 12ª ed. São Paulo: 1991.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio : contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: 1982.

NUSDEO, Fábio. Curso de economia: introdução ao direito econômico. São Paulo: 2014.

SANDRONI, Paulo. Traduzindo o economês : para entender a economia brasileira na época da globalização. 2ª ed. São Paulo: 2000.

Disciplina: Teoria do Crime

EMENTA

Introdução crítica ao Direito Penal e sua função de controle social do intolerável. Estudo reflexivo do conceito, princípios fundamentais, classificação, escolas penais, e hermenêutica jurídico-penal. Definição das fontes do direito penal. A lei penal, sua interpretação, integração e aplicação. Análise da Teoria do Crime. Enfrentamento dos conceitos de crime e elementos estruturais: a pretensão de ofensividade e a conduta criminosa. A pretensão da ilicitude, a pretensão de reprovação e as teorias relacionadas. Causas excludentes e o concurso de crimes.

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. 10ª ed. São Paulo: vol. 1. 2006.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal. 32ª ed. São Paulo: vol. 1. 2011.

PIERANGELLI, José Henrique; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Manual de direito penal brasileiro. 9ª ed. São Paulo: vol. 1. 2011.

Bibliografia Complementar

BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 10ª ed. Rio de Janeiro: 2005.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de direito penal. 14ª ed. Rio de Janeiro: 1993.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal. 13ª ed. Rio de Janeiro: vol. 1. 2011.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal. 30ª ed. São Paulo: vol. 1. 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 10ª ed. São Paulo: 2010.

FABBRINI, Renato N.;

ETAPA 2

Disciplina: Direito Civil II

EMENTA

Compreensão dos Bens. Aplicação da Prescrição nos dias atuais e suas distinções. Fatos Jurídicos: noções sobre aquisição, modificação, proteção e extinção de direitos; Fatos naturais, humanos, atos ilícitos, atos jurídicos em sentido estrito e negócio jurídico. Negócio Jurídico, seus elementos constitutivos, defeitos e invalidade.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro . 31ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil . 16ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro . 12ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. Curso de direito civil . 39ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2003.

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito . 36ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil . 19ª ed. 1º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

RODRIGUES, Silvio. Direito civil . 32ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil . 11ª ed. 1º vol. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: Direito Econômico

EMENTA

Conceito e objeto do Direito Econômico. Modalidades de intervenção do Estado na Economia e o Direito Positivo. Ordem Econômica Constitucional - princípios e fundamentos. Agências regulatórias. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. O novo papel do Estado. Globalização e Aspectos da Ordem Econômica Internacional.

Bibliografia Básica

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito econômico . 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MORCILLO, Francisco Mochón; TROSTER, Roberto Luis. Introdução à economia . São Paulo: Makron Books, 2004.

SQUIZZATO, Ana Carolina. Direito financeiro e econômico . São Paulo: Método, 2013.

Bibliografia Complementar

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na constituição de 1988 . 16ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A crise do Estado : ensaios sobre a economia brasileira . São Paulo: Nobel, 1992.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Direito concorrencial: as condutas. São Paulo:

Malheiros, 2003.

SANDRONI, Paulo. Traduzindo o economês : para entender a economia brasileira na época da globalização . 2ª ed. São Paulo: Best-Seller, 2000.

STIGLITZ, Joseph E.. Globalização: como dar certo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Disciplina: História do Direito

EMENTA

Análise da relevância e a influência para o direito, na atualidade, dos institutos, dos paradigmas e das práticas verificadas em sua história. Conhecimento do Direito nas sociedades arcaicas. Estudo do direito na Grécia. Análise do Direito Romano. Exame do Direito na Idade Média. Investigação da história do Direito no Brasil.

Bibliografia Básica

LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito na história Lições introdutórias. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2002.

NASCIMENTO, Walter Vieira do. Lições de história do direito . 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

WOLKMER, Antonio Carlos. História do direito no Brasil . 5ª ed. São Paulo: Forense, 2011.

Bibliografia Complementar

BRETONE, Mario. História do direito romano . Lisboa: Estampa, 1998.

ESTEVÃO, Roberto da Freiria. A retórica no direito A lógica da argumentação jurídica e o uso da retórica na interpretação. São Paulo: Letras Jurídicas, 2010.

GILISSEN, John. Introdução histórica ao direito . 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito . 36ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

WOLKMER, Antonio Carlos. Fundamentos de história do direito . 6ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico I

EMENTA

Estudo da Metodologia do Trabalho Científico. Análise dos conteúdos e condições teóricas e práticas. Compreensão e elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos. Comparação dos diferentes métodos de abordagem e de procedimentos utilizados na construção do saber científico e das formas de apresentação gráfica. Levantamento das normas da ABNT.

Bibliografia Básica

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da. Metodologia científica . 6ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito . 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. Pesquisa em ciências sociais Métodos e técnicas. São Paulo: Pearson, 2004.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. A construção do saber Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica . 5ª ed. Porto Alegre, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Disciplina: Sociologia Jurídica

EMENTA

Demonstração do Direito como instrumento de controle social. Aspectos reflexivos do fenômeno jurídico como fato social. Direito como fato na sociedade pós-moderna. Normas de conduta. Noções atuais de Direito como condicionante da realidade social.

Bibliografia Básica

CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. Sociologia do direito . 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MACHADO NETO, A.L.. Sociologia jurídica . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ROSA, Felipe Augusto de Miranda. Sociologia do direito O fenômeno jurídico como fato social. 18ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. Pesquisa em ciências sociais Métodos e técnicas. São Paulo: Pearson, 2004.

FALCÃO, Joaquim; SOUTO, Cláudio. Sociologia e direito : textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica . 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

IHERING, Rudolf Von. A luta pelo direito . 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SCURO NETO, Pedro. Manual de sociologia geral e jurídica . 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

Disciplina: Teoria da Pena e Criminologia

EMENTA

Estudo dos aspectos básicos e fundamentais da Criminologia. Reflexões sobre as teorias criminológicas e ciências correlatas: penologia, vitimologia e política criminal. Análise sobre os fundamentos discursivos do castigo. Consequência jurídica do delito e a sanção penal, em seus diversos aspectos e funções. Análise das espécies de pena existentes no Brasil, a fixação da pena e seu cumprimento. Abordagem do concurso de crimes, suspensão condicional da execução da pena, livramento condicional e efeitos da condenação. Extinção da punibilidade.

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal . 20ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal . 35ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

PIERANGELLI, José Henrique; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Manual de direito penal brasileiro . 9ª ed. 1º vol. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Bibliografia Complementar

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.

FABBRINI, Renato N.; MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal . 30ª ed. 1º vol. São Paulo: Atlas, 2014.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal . 13ª ed. 1º vol. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado . 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas : a perda de legitimidade do sistema penal . 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

Disciplina: Teorias do Estado

EMENTA

Estudo introdutório da Teoria Geral do Estado. Análise das teorias Social, Política e Jurídica do Estado. Aplicação face outras ciências. Fontes da Teoria Geral do Estado (Diretas e Indiretas). Reflexões acerca da Sociedade e Estado. Elementos e Formas de Estado. Exame de questões sobre o Estado e Direito. Teorias. Origem, poderes e finalidade do Estado. Conceito e classificação de Governo. Formas e sistemas de Governo. Regimes Políticos. Estado Democrático de Direito. Os Poderes Constituídos. Abordagem reflexiva da condição atual brasileira. Estado Democrático de Direito Social. Limite entre Direito e Deveres. Direito e Justiça.

Bibliografia Básica

BONAVIDES, Paulo. Ciência política . 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado . 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de teoria geral do estado e ciência política . 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2009.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de; QUINTANEIRO, Tania. Um toque de clássicos : Durkheim, Marx e Weber . Belo Horizonte: UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de teoria do estado e ciência política . 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel , a política e o Estado moderno . 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MALUF, Sahid. Teoria geral do estado . 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe . 22ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ETAPA 3

Disciplina: Biodireito

EMENTA

Análise da bioética e do biodireito. Relação de interdisciplinaridade para o estudo do Biodireito em face dos direitos fundamentais: dignidade humana, vida, liberdade e igualdade. Enfrentamento dos limites práticos que o biodireito deve impor sobre os avanços tecnológicos. Inseminação artificial. Clonagem. Meio-ambiente e engenharia genética ambiental. Reflexões sobre as dimensões do biopoder.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito . 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LOUREIRO, Claudia Regina de Oliveira Magalhães da Silva. Introdução ao biodireito . São Paulo: Saraiva, 2009.

MALUF, Adriana Caldas de Rego Freitas Dabus. Curso de bioética e biodireito . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar

ALONSO, Ricardo Pinha; KAZMIERCZACK, Luiz Fernando. Estudos contemporâneos de bioética e biodireito . 1ª ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2013.

CONRADO, Marcelo; CORRÊA, Elídia Aparecida de Andrade; GIACÓIA, Gilberto. Biodireito e dignidade da pessoa humana: diálogo entre a ciência e o direito. Curitiba: Juruá, 2012.

HOGEMANN, Edna Raquel. Conflitos bioéticos: clonagem humana. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MORGATO, Melissa Cabrini. Bioética e direito Limites ético-jurídicos na manipulação do material genético humano. São Paulo: Letras Jurídicas, 2012.

NAMBA, Edison Tetsuzo. Manual de bioética e biodireito . São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: Direito Civil III

EMENTA

Estudos introdutórios sobre a teoria geral das obrigações. Análise das modalidades das obrigações. Noções sobre adimplemento e extinção das obrigações. Estudo sobre o inadimplemento das obrigações. Características da transmissão das obrigações. Atualidades e casos reais.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro . 29ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

.MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. Curso de direito civil . 32ª ed. 4º vol. São Paulo: Saraiva, 2003.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil . 11ª ed. 2º vol. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral das obrigações: responsabilidade civil . 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Coleção Sinopses Jurídicas : direito das obrigações : parte geral . 6ª ed. 5º vol. São Paulo: Saraiva, 2004.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro . 6ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2009.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil . 19ª ed. 2º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

RODRIGUES, Silvio. Direito civil . 30ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2002.

Disciplina: Direito Constitucional I

EMENTA

Introdução a Teoria Geral da Constituição. Interface do movimento do Constitucionalismo com o Constitucionalismo na atualidade. Análise da supremacia constitucional: Poderes Constituintes e Poder de Reforma. Conceito e classificação das Constituições. Panorama da formação e evolução constitucional do Brasil. As Normas Constitucionais na pós-modernidade.

Bibliografia Básica

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional . 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional . 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

Bibliografia Complementar

BARCHET, Gustavo; MOTTA, Sylvio. Curso de direito constitucional . 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional . 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

CAPEZ, Fernando; et al. Curso de direito constitucional . 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado . 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais : teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil doutrina e jurisprudência . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Disciplina: Direito de Empresa I

EMENTA

Do Direito Comercial ao Direito Empresarial: Evolução histórica. Teoria dos Atos de Comércio e Teoria da Empresa. Elementos da Empresarialidade: Empresa, Empresário e Estabelecimento Empresarial. O Empresário Individual e a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI. Bens Integrantes da Propriedade Industrial: Invenção, Modelo de Utilidade, Desenho Industrial, Marca e Patentes. Concorrência Desleal. Atualidades do direito empresarial.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial . 10ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2006.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa . 8ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial . 30ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial Direito de empresa. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CRETELLA JÚNIOR, J.; CRETELLA NETO, José. 1000 perguntas e respostas de direito comercial . 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. Manual de direito comercial . 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAZZAFERA, Luiz Braz. Curso básico de direito empresarial . 2ª ed. Bauru: EDIPRO, 2007.

TOMAZETTE, Marlon. Direito societário . 2ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

Disciplina: Direito Penal I

EMENTA

Integração da Parte Geral e da Parte Especial do Código Penal e a técnica jurídica da aplicação da norma penal incriminadora. Estudo dos crimes contra a vida e seu julgamento perante o Tribunal do Júri. Crimes contra a integridade física e moral e os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana. Crimes contra a honra, suas peculiaridades, características e os preconceitos que permeiam a sociedade.

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal . 11ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

FABBRINI, Renato N.; MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal . 22ª ed. 2º vol. São Paulo: Atlas, 2004.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal . 27ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal . 10ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal . 13ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2009.

DELMANTO JUNIOR, Roberto; DELMANTO, Celso; DELMANTO, Roberto. Código penal comentado . 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado . 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro . 2ª ed. 2º vol. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

Disciplina: Direito Processual Civil I

EMENTA

Breve história do direito processual. O direito processual brasileiro na atualidade. Reflexões sobre o acesso a justiça. Importância e aplicação dos Princípios fundamentais do direito processual. Jurisdição. Órgãos e competência do Poder Judiciário. O juiz. O ministério público. Ação. Processo. Sujeitos da relação jurídica processual: as partes e os procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros.

Bibliografia Básica

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil . 4ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil . 8ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 46ª ed. 2º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Bibliografia Complementar

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de processo civil . 3ª ed. 3º vol. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar; GOUVÊA, José Roberto Ferreira; NEGRÃO, Theotonio. Código de processo civil e legislação processual em vigor . 43ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça . 1ª ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido R.; GRINOVER, Ada Pellegrini. Teoria geral do processo . 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do processo civil na constituição federal Processo civil, penal e administrativo. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Disciplina: Filosofia do Direito I

EMENTA

Análise do panorama histórico da Filosofia do Direito. Reflexão a respeito das Teorias da Argumentação. Análise da questão do Direito e da Justiça. Exame das relações entre Direito e Moral. Estudo do Direito e as questões éticas.

Bibliografia Básica

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do direito . 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NADER, Paulo. Filosofia do direito . 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

REALE, Miguel. Filosofia do direito . 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar

ADEODATO, João Maurício. Filosofia do direito : uma crítica à verdade na ética e na ciência (através de um exame da ontologia de Nicolai Hartmann) . São Paulo: Saraiva, 1996.

CRETELLA JÚNIOR, J.. Curso de filosofia do direito . 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

DEL VECCHIO, Giorgio. Lições de filosofia do direito . 5ª ed. Coimbra : 1979.

ESTEVIÃO, Roberto da Freiria. A retórica no direito A lógica da argumentação jurídica e o uso da retórica na interpretação. São Paulo: Letras Jurídicas, 2010.
PERELMAN, Chaïm. Ética e direito . São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ETAPA 4

Disciplina: Direito Civil IV

EMENTA

Princípios gerais do direito contratual. Estudo sobre a classificação dos contratos. Elementos, formação e conclusão dos contratos. Pesquisa sobre a responsabilidade contratual e a responsabilização na fase anterior ao contrato, e, após sua execução. Extinção dos contratos. Análise sobre os contratos em espécie.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro . 30ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro . 11ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil . 11ª ed. 2º vol. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

GOMES, Orlando. Contratos . 24ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. Curso de direito civil . 34ª ed. 5º vol. São Paulo: Saraiva, 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil . 12ª ed. 3º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil . 30ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil . 9ª ed. 3º vol. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: Direito Penal II

EMENTA

Estudo dos crimes contra o patrimônio e sua influência no cotidiano e no comportamento social. Análise dos crimes contra a dignidade sexual e sua repercussão no âmbito familiar e comportamental. O tráfico interno e internacional de pessoas para fins sexuais e sua implicação no estado de miserabilidade social.

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de direito penal . 14ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

FABBRINI, Renato N.; MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal . 31ª ed. 2º vol. São Paulo: Atlas, 2014.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal . 27ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar

BITENCOURT, Cezar Roberto. Código penal comentado . 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DELMANTO, Celso. Código penal : acompanhado da lei das contravenções

penais, lei de introdução, legislação complementar, exposições de motivos, súmulas do STFem matéria penal e correlata e índice geral alfabético-remissivo . 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NORONHA, E. Magalhães. Direito penal . 33ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado . 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro . 2ª ed. 2º vol. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

Disciplina: Direito Constitucional II

EMENTA

Normas Constitucionais: aspectos acerca da interpretação, aplicação e eficácia das normas constitucionais. Caracterização dos Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição Brasileira. Os novos direitos no Brasil. Direitos das Minorias: exame de questões sobre Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-brasileira. Organização do Estado Brasileiro. Intervenção Federal.

Bibliografia Básica

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado . 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional . 29ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional . 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006

BARCHET, Gustavo; MOTTA, Sylvio. Curso de direito constitucional . 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional . 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

CAPEZ, Fernando; et al. Curso de direito constitucional . 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais : teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil doutrina e jurisprudência . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Disciplina: Direito Empresa II

EMENTA

Direito Societário. Sociedades não Personificadas. Sociedade em Comum e Sociedade em Conta de Participação. Sociedades Personificadas. Sociedade Simples e Sociedades Empresárias. Sociedade em Nome Coletivo. Sociedade em Comandita Simples. Sociedade Limitada. Sociedade em Comandita por Ações e Sociedade Anônima. Operações Societárias. Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial . 15ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa . 8ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial . 30ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de falência e recuperação de empresa De acordo com a Lei n.11.101/2005. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial Direito de empresa. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. Manual de direito comercial . 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAZZAFERA, Luiz Braz. Curso básico de direito empresarial . 2ª ed. Bauru: EDIPRO, 2007.

TOMAZETTE, Marlon. Direito societário . 2ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

Disciplina: Direito Processual Civil II

EMENTA

Estudo dos atos processuais e suas implicações. Detalhamento da formação, suspensão e extinção do processo civil na atualidade. Interface entre Processo e procedimento. Descrição e exame de questões sobre o Procedimento sumário.

Bibliografia Básica

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil . 4ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil . 6ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 43ª ed. 3º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Bibliografia Complementar

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido R.; GRINOVER, Ada Pellegrini. Teoria geral do processo . 19ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do processo civil na constituição federal Processo civil, penal e administrativo. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil . 23ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2004.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Curso de processo civil . 7ª ed. 1º vol. São Paulo: Forense, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 52ª ed. 1º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Disciplina: Filosofia do Direito II

EMENTA

Análise das Teorias do Direito e as Escolas de Interpretação. Abordagem a respeito da visão crítica do Direito. Reflexão sobre a Filosofia do Direito no Brasil. Estudo a respeito da Filosofia do Direito aplicada ao Direito Processual. Análise da Filosofia do Direito aplicada à Teoria da Constituição. Compreensão sobre a função promocional do Direito.

Bibliografia Básica

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do direito . 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NADER, Paulo. Filosofia do direito . 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

REALE, Miguel. Filosofia do direito . 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar

ADEODATO, João Maurício. Filosofia do direito : uma crítica à verdade na ética e na ciência (através de um exame da ontologia de Nicolai Hartmann) . São Paulo: Saraiva, 1996.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia . 13ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

CRETELLA JÚNIOR, J.. Curso de filosofia do direito . 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

ESTEVÃO, Roberto da Freiria. A retórica no direito A lógica da argumentação jurídica e o uso da retórica na interpretação. São Paulo: Letras Jurídicas, 2010.

GALLO, Sílvio. Ética e cidadania : caminhos da filosofia . 20ª ed. São Paulo: Papyrus, 2013.

Disciplina: Redação Jurídica

EMENTA

Aspectos importantes da redação; elementos da linguagem forense; deslizos e ambigüidades na linguagem forense; técnicas de codificação de redação oficial e forense; linguagem figurada; e revisão dos principais conteúdos gramaticais.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria Margarida; HENRIQUES, Antonio. Língua portuguesa Noções básicas para cursos superiores. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. Curso de português jurídico . 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. Linguagem forense: a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro . 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar

CAMARA JR., J. Mattoso. Manual de expressão oral e escrita . 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa . 48ª ed. São Paulo: Nacional, 2010.

GARCIA, Othom M.. Comunicação em prosa moderna aprenda a escrever, aprendendo a pensar . 24ª ed. Rio de Janeiro: FGV - Fundação Getulio Vargas, 2004.

NADÓLSKIS, Hêndricas. Normas de comunicação em língua portuguesa . 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no direito: linguagem forense . 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ETAPA 5

Disciplina: Direito Civil V **EMENTA**

Análise do instituto da Responsabilidade Civil no Direito brasileiro. Considerações sobre a Teoria Geral. Relevância das excludentes de responsabilidade. Exame de questões sobre a responsabilidade pelo fato de terceiro, pelo fato da coisa ou animal, a responsabilidade de médicos e advogados. Discussão sobre a responsabilidade do Estado.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro . 28ª ed. 7º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro . 9ª ed. 4º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil . 9ª ed. 4º vol. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral das obrigações: responsabilidade civil . 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CARVALHO NETO, Inacio de. Responsabilidade civil no direito de família . 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2011.

KFOURI NETO, Miguel. Responsabilidade civil do médico . 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

RODRIGUES, Silvío. Direito civil . 19ª ed. 4º vol. São Paulo: Saraiva, 2002.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil . 12ª ed. 3º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

Disciplina: Direito Penal III **EMENTA**

Estudo sobre o crime de associação criminosa. Análise da questão nas comunidades carentes. Estudo sobre os crimes de falsidade e a fé pública. Reflexões sobre a indispensabilidade nas relações jurídicas de toda ordem.

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de direito penal . 14ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

FABBRINI, Renato N.; MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal . 13ª ed. 3º vol. São Paulo: Atlas, 1999.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal . 15ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de direito penal . 10ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

BITENCOURT, Cezar Roberto; PRADO, Luiz Regis. Código penal anotado e legislação complementar . São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

COSTA JR., Paulo José da. Comentários ao código penal . 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DELMANTO, Celso. Código penal : acompanhado da lei das contravenções penais, lei de introdução, legislação complementar, exposições de motivos, súmulas do STF em matéria penal e correlata e índice geral alfabético-remissivo . 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado . 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

Disciplina: Direito Constitucional III

EMENTA

O papel dos Poderes constituídos do Estado, suas Funções e estrutura organizacional na Constituição Federal. A efetividade da realização dos princípios constitucionais por meio das funções essenciais à administração da Justiça.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando; et al. Curso de direito constitucional . 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional . 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional . 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional . 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. O espírito das leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo . 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais . 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

Disciplina: Direito Administrativo I

EMENTA

Noções preliminares do Estado. O estudo do Direito Administrativo e o regime jurídico. Administração Pública e órgãos públicos (teorias, conceito, capacidade processual e classificação). Agentes Públicos. Poderes Administrativos. Serviços Públicos (concessões e permissões e seus regimes jurídicos). Responsabilidade Civil do Estado. Improbidade Administrativa.

Bibliografia Básica

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro . 37ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de direito administrativo . 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo . 21ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009

CRETELLA JÚNIOR, J.. Curso de direito administrativo . 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo . São Paulo: Saraiva, 1989.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo . 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Disciplina: Direito de Empresa III

EMENTA

Considerações sobre Títulos de Crédito. Conceito, princípios gerais do direito cambiário e classificação dos títulos de crédito. Títulos de Crédito na atualidade e em espécie: Letra de Câmbio, Nota Promissória, Cheque e Duplicata. Títulos de Créditos Impróprios e Títulos de Créditos Eletrônicos. Atos Cambiários: Saque, Aceite, Aval, Endosso, Vencimento, Protesto, Pagamento e Ações Cambiais. Análise de situações reais.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial . 10ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2006.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa . 8ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial . 30ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

BOITEUX, Fernando Netto. Títulos de crédito (em conformidade com o novo código civil) . São Paulo: Dialética, 2002.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial Direito de empresa. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

.MAZZAFERA, Luiz Braz. Curso básico de direito empresarial . 2ª ed. Bauru: EDIPRO, 2007.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. Manual de direito comercial . 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TOMAZETTE, Marlon. Direito societário . 2ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004

Disciplina: Direito Processual Civil III

EMENTA

Estudos iniciais sobre o procedimento comum ordinário. Relações entre os demais procedimentos. Análise das fases do procedimento comum ordinário. Detalhamento dos institutos. Compreensão da fase postulatória. Reflexão crítica dos institutos com o exame de questões envolvendo a petição inicial. Citação. Contestação. Introdução ao direito probatório e espécies. Provas. Pesquisa sobre a fase decisória. Análise da sentença judicial com ou sem julgamento de mérito.

Bibliografia Básica

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil . 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil . 6ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 46ª ed. 2º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Bibliografia Complementar

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. Manual do processo de conhecimento : a tutela jurisdicional através do processo de conhecimento . 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

BERMUDES, Sergio. Introdução ao processo civil . Rio de Janeiro: Forense, 1996.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil . 20ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 1999.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Curso de processo civil . 7ª ed. 1º vol. São Paulo: Forense, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 52ª ed. 1º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Disciplina: Direito Processual Penal I

EMENTA

Delimitação do fundamento e das funções do Direito Processual Penal. Compreensão da relação com a ordem constitucional, com ênfase nos princípios processuais explícitos e implícitos na Lei Maior, e do ordenamento infraconstitucional. Estudo e reflexões acerca da norma processual penal e investigação criminal.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal . 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal . 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal . 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de processo penal . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional . 6ª ed. São

Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de processo penal anotado . 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de processo penal interpretado . 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Disciplina: Estágio e Prática Processual Civil I

EMENTA

Reflexões teóricas sobre a importância da procuração para o desenvolvimento do processo judicial. Elaboração de Procuração e da Petição inicial do procedimento ordinário. Apresentação de casos práticos na área de contratos e responsabilidade civil. Petição inicial de rito sumário com o desenvolvimento de casos práticos. Comparação com a inicial de rito ordinário. A defesa do réu. Contestações no procedimento ordinário e sumário. Reconvenção. Estudos de casos práticos análogos buscando a compreensão de todos os institutos jurídicos estudados.

Bibliografia Básica

ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil . 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil . 8ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

NEGRÃO, Theotônio. Código de processo civil e legislação processual em vigor . 43ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Bibliografia Complementar

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. Manual do processo de conhecimento : a tutela jurisdicional através do processo de conhecimento . 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. Curso de português jurídico . 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUZ, Valdemar P. da. Manual do advogado . 23ª ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 46ª ed. 2º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 52ª ed. 1º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Disciplina: Conciliação, Mediação e Arbitragem

EMENTA

Evolução da arbitragem no Brasil. Estudo sobre a eficácia do processo e os métodos alternativos de solução de disputas. Reflexões sobre negociação e justiça arbitral. Implicações processuais da convenção de arbitragem. Compreensão da arbitragem e princípios jurídicos fundamentais. Justiça célere - mediação e a conciliação como forma para desafogar o judiciário. Arbitragem nos conflitos de trabalho, nos conflitos coletivos. Técnicas e práticas de conciliação.

Bibliografia Básica

BACELLAR, Roberto Portugal. Mediação e arbitragem . São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição !. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas . 3ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

Bibliografia Complementar

BERALDO, Leonardo de Faria. Curso de arbitragem nos termos da lei nº 9.307/96 . São Paulo: Atlas, 2014.

CALMON, Petrônio. Fundamentos da mediação e da conciliação . 2ª ed. Brasília: Gazeta jurídica, 2013.

MELLO, José Carlos Martins F. de. Negociação baseada em estratégia . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis . 1ª ed. São Paulo: Método, 2008.

VOESE, Ingo. Mediação dos conflitos como negociação de sentidos . Curitiba:.

ETAPA 6

Disciplina: Direito Civil VI

EMENTA

Análise de institutos de Direito das Coisas. Considerações sobre o instituto da Posse e da propriedade. Desenvolvimento de temas sobre direitos de Vizinhança. Análise e compreensão dos principais direitos reais do Código Civil. Reflexões sobre temas atuais e casos concretos.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro . 28ª ed. 7º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro . 9ª ed. 4º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil . 9ª ed. 4º vol. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral das obrigações: responsabilidade civil . 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CARVALHO NETO, Inacio de. Responsabilidade civil no direito de família . 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2011.

KFOURI NETO, Miguel. Responsabilidade civil do médico . 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

RODRIGUES, Silvio. Direito civil . 19ª ed. 4º vol. São Paulo: Saraiva, 2002.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil . 12ª ed. 3º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

Disciplina: Direito Penal IV

EMENTA

Análise e compreensão dos crimes contra a administração pública e suas consequências no erário. Repercussão na capacidade ou incapacidade investidora do Poder Público.

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de direito penal . 14ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

FABBRINI, Renato N.; MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal . 13ª ed. 3º vol. São Paulo: Atlas, 1999.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal . 15ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de direito penal . 10ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

BITENCOURT, Cezar Roberto; PRADO, Luiz Regis. Código penal anotado e legislação complementar . São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

COSTA JR., Paulo José da. Comentários ao código penal . 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DELMANTO, Celso. Código penal : acompanhado da lei das contravenções penais, lei de introdução, legislação complementar, exposições de motivos, súmulas do STF em matéria penal e correlata e índice geral alfabético-remissivo . 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado . 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

Disciplina: Direito Constitucional IV

EMENTA

A supremacia da Constituição como regra base para o ordenamento infraconstitucional por meio do controle da constitucionalidade. A garantia da ordem democrática, interna e externa, por meio da Defesa do Estado e de suas Instituições.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando; et al. Curso de direito constitucional . 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional . 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional . 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional . 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo . 6ª ed. São

Paulo: Saraiva, 2007.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. O espírito das leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo . 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais . 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

Disciplina: Direito Administrativo II

EMENTA

Teoria dos atos administrativos. Licitação. Contratos Administrativos. Controle da Administração Pública. Bens públicos. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação. Atuação do Estado no Domínio Econômico.

Bibliografia Básica

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro . 37ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de direito administrativo . 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo . 21ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009

CRETELLA JÚNIOR, J.. Curso de direito administrativo . 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo . São Paulo: Saraiva, 1989.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo . 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Disciplina: Direito de Empresa IV

EMENTA

Lei 11.101/2005 – Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência. Teoria Geral do Direito Falimentar. Processo Falimentar. Pessoa e Patrimônio do Falido. Regime Jurídico dos Atos, Contratos e dos Credores do Falido. Instituto da Recuperação Judicial e Extrajudicial: Viabilidade; Meios de Recuperação. Órgãos da Recuperação. Processo da Recuperação e Convolação em Falência. Espécies de Contratos Mercantis. Estudo de casos reais.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial . 10ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2006.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa . 8ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial . 30ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

BOITEUX, Fernando Netto. Títulos de crédito (em conformidade com o novo código civil) . São Paulo: Dialética, 2002.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial Direito de empresa. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

.MAZZAFERA, Luiz Braz. Curso básico de direito empresarial . 2ª ed. Bauru: EDIPRO, 2007.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. Manual de direito comercial . 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TOMAZETTE, Marlon. Direito societário . 2ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004

Disciplina: Direito Processual Civil IV

EMENTA

Estudos sobre a coisa julgada formal e coisa julgada material. Comparação entre as mesmas e sua aplicação prática no contexto do Direito Processual Civil. Reflexão sobre os recursos de segunda instância com a análise de seus conceitos. Aplicação prática junto aos tribunais superiores. Descrição e análise dos procedimentos dos recursos de segunda instância. Confrontação e aprofundamento dos conceitos e características principais.

Bibliografia Básica

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil . 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil . 6ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 46ª ed. 2º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Bibliografia Complementar

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. Manual do processo de conhecimento : a tutela jurisdicional através do processo de conhecimento . 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

BERMUDES, Sergio. Introdução ao processo civil . Rio de Janeiro: Forense, 1996.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil . 20ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 1999.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Curso de processo civil . 7ª ed. 1º vol. São Paulo: Forense, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 52ª ed. 1º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Disciplina: Direito Processual Penal II

EMENTA

Estudo das prisões processuais e medidas cautelares em confronto com os princípios constitucionais. Desenvolvimento da ação penal e método para estabelecer o juízo competente, observando-se os critérios em razão da matéria, prerrogativa de função e lugar da infração.

Bibliografia Básica

- CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal . 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal . 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal . 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

- BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de processo penal . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional . 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
JESUS, Damásio Evangelista de. Código de processo penal anotado . 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de processo penal interpretado . 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Disciplina: Estágio e Prática Processual Civil II

EMENTA

Estudo da exceção de incompetência relativa, impedimento e suspeição. Peças práticas. Orientação sobre conteúdo, pertinência e requisitos. Reflexão crítica sobre os institutos. Elaboração de petição inicial de ações possessórias. Reflexões sobre casos práticos. Elaboração de petição inicial das ações petitórias. Reflexões sobre casos reais. Recurso de Apelação. Embargos de declaração. Agravo de Instrumento Elaboração de peças práticas. Aprofundando da discussão prática dos temas na doutrina e na jurisprudência pátria.

Bibliografia Básica

- ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil . 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil . 8ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.
NEGRÃO, Theotonio. Código de processo civil e legislação processual em vigor . 43ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Bibliografia Complementar

- ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. Manual do processo de conhecimento : a tutela jurisdicional através do processo de conhecimento . 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. Curso de português jurídico . 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
LUZ, Valdemar P. da. Manual do advogado . 23ª ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2011.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 46ª ed. 2º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 52ª ed. 1º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Disciplina: Psicologia Forense

EMENTA

Histórico e definição da Psicologia Forense. Função na atualidade. Perícia Psicológica Forense e Base Legal da Perícia Psicológica. Prática Pericial. O papel do Psicólogo Forense, do Perito e do Assistente Técnico. Questões Éticas. Análise do Comportamento e do Discurso. Reflexão crítica sobre a Medida de Segurança. Comportamento Violento. Dano Psicológico. Avaliação da Competência Parental. Avaliação da Criança e do Adolescente no contexto jurídico e social brasileiro.

Bibliografia Básica

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. Psicologia jurídica . 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina legal . 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

CROCE JÚNIOR, Delton; CROCE, Delton. Manual de medicina legal . 7ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ferreira de; OLIVEIRA E COSTA JÚNIOR, J. B. de. Lições de medicina legal . 22ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

ALMEIDA, Marcos de; et al. Compêndio de medicina legal . São Paulo: Saraiva, 1987.

GALVÃO, Luis Carlos Cavalcante. Medicina legal . São Paulo: Santos, 2008.

MARQUES, Luiz Guilherme. A psicologia do juiz O judiciário do século XXI. São Paulo: Letras Jurídicas, 2010.

MIRA Y LÓPEZ, Emílio. Manual de psicologia jurídica . 2ª ed. São Paulo: LZN, 2005.

ETAPA 7

Disciplina: Direito Civil VII

EMENTA

Direito de família e sua ótica constitucional e processual. Famílias: pluralidade conceitual. Princípios. Reflexões sobre afeto e eudemonismo. Casamento. Regimes de bens. Divórcio. União Estável. Parentesco. Filiação. Socioafetividade e pluriparentalidade. Adoção. Poder familiar. Guarda. Alimentos. Questões atuais das novas formações de família na pós-modernidade.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro . 28ª ed. 6º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro . 9ª ed. 5º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. Curso de direito civil . 38ª ed. 6º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

CARVALHO NETO, Inacio de. Responsabilidade civil no direito de família . 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Coleção Sinopses Jurídicas : direito de família . 14ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2010.

NADER, Paulo. Curso de direito civil . 5ª ed. 5º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011

RODRIGUES, Silvio. Direito civil . 28ª ed. 5º vol. São Paulo: Saraiva, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil . 9ª ed. 7º vol. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: Direito do Trabalho I

EMENTA

Estudo dos fundamentos do Direito do Trabalho. Reflexões acerca dos Princípios de Direito do Trabalho. Análise do Direito do Trabalho no cenário Internacional. Discussão do Direito Individual do Trabalho e as relações de trabalho contemporâneas. Estudo do Contrato de Trabalho e suas espécies. Descrição crítica dos elementos que caracterizam os sujeitos do contrato de trabalho. Exame de questões atuais acerca da sistemática de Remuneração no Ordenamento Jurídico Trabalhista

Bibliografia Básica

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 11ª ed. São Paulo: LTr, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. 38ª ed. São Paulo: LTr, 2013.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Valéria de Cássia; et al. Direito do trabalho. São Paulo: Letras Jurídicas, 2012.

BAYLOS, Antonio; et al. Princípios de direito e processo do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BAYLOS, Antonio; et al. Princípios de direito e processo do trabalho. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

CLARO, Sonia Regina da S.; et al. Consolidação das leis do trabalho. 41ª ed. São Paulo: LTr, vol. 2. 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VANCONCELOS JUNIOR, Antonio. A flexibilização do direito do trabalho à luz da Constituição Federal. Birigui: Boreal, 2009.

Disciplina: Direito Previdenciário I

EMENTA

Estudo acerca dos fundamentos da Seguridade Social na atualidade. Reflexões sobre a Seguridade Social sob a ótica constitucional. Introdução aos fundamentos do Direito Previdenciário moderno. Análise crítica da legislação previdenciária atual. Estudo das espécies de regimes de Previdência Social. Diretrizes constitucionais sobre o plano de financiamento da previdência social. Estudo detalhado sobre a sistemática do plano de custeio da Previdência Social.

Bibliografia Básica

HORVATH JUNIOR, Miguel. Direito previdenciário . 8ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário . 3ª ed. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social . 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

JULIÃO, Pedro Augusto Musa. Curso básico de Direito Previdenciário . Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. A seguridade social na constituição federal . 2ª ed. São Paulo: LTr, 1992.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de direito previdenciário . 3ª ed. São Paulo: LTr, 1995.

OLIVEIRA, Aristeu de. Prática do direito trabalhista e previdenciário fundamentado nos artigos de seguridade social da constituição. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

OLIVEIRA, Aristeu de. Previdência social : legislação . 4ª ed. São Paulo: Atlas.

Disciplina: Direito Processual Civil V

EMENTA

Introdução à execução. Reflexão sobre os princípios envolvendo a execução de títulos judiciais e extrajudiciais. Cumprimento de sentença. Análise do sincretismo processual e execução de sentença. Estudo dos institutos processuais da execução e interface com seus efeitos. Reflexos da expropriação de bens no patrimônio do executado. Investigação da execução de títulos extrajudiciais. Procedimento e comparação com a fase de cumprimento de sentença. Introdução ao processo cautelar. Confronto entre as tutelas de urgência.

Bibliografia Básica

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil . 4ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil . 4ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 46ª ed. 2º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Bibliografia Complementar

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. Manual do processo de conhecimento : a tutela jurisdicional através do processo de conhecimento . 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil . 10ª ed. 3º vol. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de processo civil interpretado artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NEGRÃO, Theotonio. Código de processo civil e legislação processual em vigor . 43ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 43ª ed. 3º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Disciplina: Direito Processual do Trabalho I

EMENTA

Estudo dos fundamentos do Direito Processual do Trabalho. Análise da organização e da competência da Justiça do Trabalho sob a ótica constitucional contemporânea. Definição de processo e dos procedimentos. Fase postulatória, definição de atos, termos e prazos processuais no atual processo judicial eletrônico. Análise das figuras processuais. Conciliação na Justiça do Trabalho. Resposta do réu. Análise e processamento das audiências trabalhistas na ordem processual moderna. Fase probatória, decisória e da construção crítica das decisões trabalhistas.

Bibliografia Básica

CORRÊA, Claudia Giglio Veltri; GIGLIO, Wagner D.. Direito processual do trabalho . 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho Doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho . 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

BAYLOS, Antonio; et al. Princípios de direito e processo do trabalho Questões atuais. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho . 9ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

MARANHÃO, Délio; et al. Instituições de direito do trabalho . 18ª ed. 2º vol. São Paulo: LTr, 1999.

OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de prática trabalhista . 22ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Disciplina: Direito Processual Penal III

EMENTA

Análise dos papéis dos sujeitos na relação jurídica processual. Exame de questões sobre o chamamento ao processo. Ênfase na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Enfrentamento da teoria geral da prova e meios de produção. Desenvolvimento crítico e reflexivo dos procedimentos comum e do Tribunal do Júri.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal . 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal . 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal . 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

BONFIM, Edilson Mougenot. Curso de processo penal . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional . 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de processo penal anotado . 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de processo penal interpretado . 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Disciplina: Estágio e Prática Processual Civil III

EMENTA

Estudos introdutórios sobre o processo civil. Elaboração de petição de ações cíveis. Produção de petições sobre ação de indenização por danos morais. Análise sobre a ação monitória. Discussão sobre o tema e elaboração de petição inicial de ação monitória. Defesa do requerido na ação monitória. Confecção de petição de embargos à ação monitória. Análise sobre a resposta do réu no processo de conhecimento. Contestação e Reconvenção. Definição de temas e elaboração de processo simulado. Aprofundamento dos estudos práticos dos institutos processuais.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil . 4ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho . 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 43ª ed. 3º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Bibliografia Complementar

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil . 4ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil . 10ª ed. 3º vol. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho . 9ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho Doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 32ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo processo civil brasileiro . 28ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico II

EMENTA

Estudo dos métodos e técnicas de pesquisa. Compreensão da escolha do tema. Prática de elaboração e entrega do projeto de pesquisa. Exame de questões sobre o Trabalho de Conclusão e suas fases de planejamento. Processamento da investigação, sistematização e divulgação. Estrutura do trabalho de conclusão: resumo, sumário, introdução, desenvolvimento, conclusão e referências. Atualização das normas da ABNT para artigos científicos. Experimentação.

Bibliografia Básica

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da. Metodologia científica . 6ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

.MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito . 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. Pesquisa em ciências sociais Métodos e técnicas. São Paulo: Pearson, 2004.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. A construção do saber Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica . 5ª ed. Porto Alegre, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ETAPA 8

Disciplina: Direito Civil VIII

EMENTA

Direito das sucessões e sua ótica constitucional e processual. Sucessões. Herdeiros: necessários e facultativos. Herança. Vocações hereditária e legitimidade sucessória. Aceitação e renúncia da herança. Exclusão da sucessão: indignidade e deserdação. Sucessão legítima. Direito de representação. Sucessão testamentária.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro . 28ª ed. 6º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro . 9ª ed. 5º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. Curso de direito civil . 38ª ed. 6º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

CARVALHO NETO, Inacio de. Responsabilidade civil no direito de família . 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Coleção Sinopses Jurídicas : direito de família . 14ª ed. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 2010.

NADER, Paulo. Curso de direito civil . 5ª ed. 5º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011

RODRIGUES, Silvio. Direito civil . 28ª ed. 5º vol. São Paulo: Saraiva, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil . 9ª ed. 7º vol. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: Direito do Trabalho II

EMENTA

Reflexões sobre a Duração do Trabalho sob a ótica Constitucional. Descrição das formas de Alteração, Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho e seus efeitos na relação de emprego. Discussões acerca das formas de Rescisão do Contrato de Trabalho e do instituto das estabilidades no emprego. Diretrizes acerca da saúde, medicina, segurança e fiscalização do trabalho. Análise crítica do Direito Coletivo do Trabalho contemporâneo.

Bibliografia Básica

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 11ª ed. São Paulo: LTr, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. 38ª ed. São Paulo: LTr, 2013.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Valéria de Cássia; et al. Direito do trabalho. São Paulo: Letras Jurídicas, 2012.

BAYLOS, Antonio; et al. Princípios de direito e processo do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BAYLOS, Antonio; et al. Princípios de direito e processo do trabalho. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

CLARO, Sonia Regina da S.; et al. Consolidação das leis do trabalho. 41ª ed. São Paulo: LTr, vol. 2. 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VANCONCELOS JUNIOR, Antonio. A flexibilização do direito do trabalho à luz da Constituição Federal. Birigui: Boreal, 2009.

Disciplina: Direito Previdenciário II

EMENTA

Descrição crítica dos fundamentos do plano de benefícios da previdência social. Estudo detalhado dos benefícios previdenciários em espécie. Discussões acerca das lides previdenciárias e o processo administrativo previdenciário. Análise crítica das lides previdenciárias e o processo judicial previdenciário. Exame de questões atuais acerca da sistemática dos regimes de previdência complementar.

Bibliografia Básica

HORVATH JUNIOR, Miguel. Direito previdenciário . 8ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário . 3ª ed. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social . 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

JULIÃO, Pedro Augusto Musa. Curso básico de Direito Previdenciário . Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. A seguridade social na constituição federal . 2ª ed. São Paulo: LTr, 1992.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de direito previdenciário . 3ª ed. São Paulo: LTr, 1995.

OLIVEIRA, Aristeu de. Prática do direito trabalhista e previdenciário fundamentado nos artigos de seguridade social da constituição. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

OLIVEIRA, Aristeu de. Previdência social : legislação . 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Disciplina: Direito Processual Civil VI

EMENTA

Estudo dos procedimentos especiais. Compreensão do confronto entre o direito material a ser tutelado pelos procedimentos da legislação processual. Análise dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Reflexão crítica dos procedimentos e aplicação prática. Juizados Especiais Cíveis: Princípios e competência. Procedimento dos recursos nos Juizados Especiais Cíveis. Execução das decisões proferidas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Bibliografia Básica

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil . 4ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil . 4ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 46ª ed. 2º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Bibliografia Complementar

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. Manual do processo de conhecimento : a tutela jurisdicional através do processo de conhecimento . 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil . 10ª ed. 3º vol. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de processo civil interpretado artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
NEGRÃO, Theotonio. Código de processo civil e legislação processual em vigor . 43ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 43ª ed. 3º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Disciplina: Direito Processual do Trabalho II

EMENTA

Introdução a Teoria Geral dos Recursos no Processo do Trabalho. Análise crítica da atual sistemática dos recursos em espécie no processo do trabalho moderno. Exame de questões relativas à execução no processo do trabalho em face das diretrizes do Direito Processual Civil. Estudo das ações cautelares e das tutelas de urgência. Procedimentos Especiais. Reflexões acerca das ações de tutela coletiva. Aplicação da conciliação, mediação e arbitragem.

Bibliografia Básica

CORRÊA, Claudia Giglio Veltri; GIGLIO, Wagner D.. Direito processual do trabalho . 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho Doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho . 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
BAYLOS, Antonio; et al. Princípios de direito e processo do trabalho Questões atuais. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho . 9ª ed. São Paulo: LTr, 2011.
MARANHÃO, Délio; et al. Instituições de direito do trabalho . 18ª ed. 2º vol. São Paulo: LTr, 1999.
OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de prática trabalhista . 22ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Disciplina: Direito Processual Penal IV

EMENTA

Detalhamento e estudo dos atos decisórios e a dimensão da coisa julgada. Enfrentamento das nulidades e seus reflexos no processo penal. A análise e compreensão da Teoria Geral dos Recursos, com ênfase nos pressupostos recursais objetivos e subjetivos.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal . 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal . 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal . 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de processo penal . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional . 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
JESUS, Damásio Evangelista de. Código de processo penal anotado . 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de processo penal interpretado . 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Disciplina: Estágio e Prática Processual Civil IV

EMENTA

Análise do sistema recursal. Recurso de apelação e elaboração de apelação cível. Compreensão do instituto do recurso adesivo e elaboração de petição. Análise do recurso de agravo, espécies. Elaboração de recurso de agravo de instrumento e na forma retida. Recurso de embargos de declaração. Estudos introdutórios sobre execução. Embargos à execução. Diferenciação entre os procedimentos cautelares típicos e atípicos e elaboração de petição de arresto, sequestro e cautelar inominada. Audiências simuladas e prática de atuação jurídica oral.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil . 4ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho . 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . 43ª ed. 3º vol. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Bibliografia Complementar

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil . 4ª ed. 3º vol. São Paulo: Saraiva, 2011.
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil . 10ª ed. 3º vol. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho . 9ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho Doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 32ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo processo civil brasileiro . 28ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

Disciplina: Direitos Difusos e Coletivos

EMENTA

Estudo da evolução dos Interesses Jurídicos e do Direito. Análise da Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos na Constituição Federal brasileira. Definições de interesses metaindividuais e sua normatização. Defesa dos interesses difusos e coletivos em juízo pelos entes legitimados. Principais Interesses Difusos Normatizados. Discussão de questões atuais e situações reais.

Bibliografia Básica

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Os sindicatos e a defesa dos interesses difusos no direito processual civil brasileiro . São Paulo, Revista dos Tribunais, 142p. 1995. (Estudos de direito de processo Enrico Tullio Liebman)

LEYSER, Maria Fátima Vaquero Ramalho. Ações coletivas e direitos difusos . Campinas, Apta, 110p. 2004.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

Câmara dos Deputados; Comissão de Defesa do Consumidor; Coordenação de Publicações. Consumidor, defenda-se. Guia prático de orientação aos consumidores . Brasília, 2006

Código de defesa do consumidor Lei n. 8.078/90 Campo Grande, Contemplar, 75p. 2011.

DINIZ, Carlos Augusto de Oliveira. Reflexos do capitalismo no processo civil e suas implicações na efetivação do direito fundamental de proteção do consumidor . Curitiba, CRV, 151p. 2012. –

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Direitos difusos e coletivos . São Paulo, Revista dos Tribunais, 45p. 1989.

GAMA, Hélio Zaghetto. Curso de direito do consumidor . 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 265p. 2006.

GLÓRIA, Daniel Firmato de Almeida. A livre concorrência como garantia do consumidor . Belo Horizonte, Del Rey, 212p. 2003.

ETAPA 9

Disciplina: Direito do Consumidor

EMENTA

Análise do Código de Defesa do Consumidor. Prescrição. Prazos. Aspectos gerais da entrega, do vício, da relação de consumo. Consumidor e Fornecedor. Reflexões acerca da garantia dos direitos básicos e da informação adequada. Crítica à publicidade abusiva. Proteção contratual. Indenização e Defesa Judicial. Prevenção e reparação de danos. Das Responsabilidades. Aspectos gerais do defeito, do vício e práticas abusivas. Publicidade Enganosa e Abusiva. Órgãos Públicos, entidades civis. Poder regulamentar e fiscalizatório. Processo Administrativo e Judicial.

Bibliografia Básica

BENJAMIN, Antonio Herman; et al. Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007.

FILOMENO, José Geraldo Brito. Curso fundamental de direito do consumidor. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação civil pública em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e dos consumidores. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001

Bibliografia Complementar

Câmara dos Deputados; Comissão de Defesa do Consumidor; Coordenação de Publicações. Consumidor, defenda-se. Guia prático de orientação aos consumidores. Brasília, 2006

Código de defesa do consumidor Lei n. 8.078/90 Campo Grande, Contemplar, 75p. 2011.

DINIZ, Carlos Augusto de Oliveira. Reflexos do capitalismo no processo civil e suas implicações na efetivação do direito fundamental de proteção do consumidor. Curitiba, CRV, 151p. 2012. –

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Direitos difusos e coletivos. São Paulo, Revista dos Tribunais, 45p. 1989.

GAMA, Hélio Zaghetto. Curso de direito do consumidor. 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 265p. 2006.

GLÓRIA, Daniel Firmato de Almeida. A livre concorrência como garantia do consumidor. Belo Horizonte, Del Rey, 212p. 2003.

Disciplina: Direito Internacional

EMENTA

Origem e formação da Sociedade Internacional e do Direito Internacional. Atualidades. Pessoas de Direito Internacional Público. Introdução ao estudo das Organizações Internacionais. Detalhamento da Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, Organização Mundial do Comércio. Tribunal Penal Internacional. Direito Internacional de Navegação Aérea e Marítima. Introdução ao estudo do Direito Internacional Privado. Elementos de Conexão na LINDB.

Bibliografia Básica

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de direito internacional público . 14ª ed. 2º vol. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

NEVES, Gustavo Bregalda. Direito internacional público e direito internacional privado . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TEIXEIRA, Carla Noura. Direito internacional Público, privado e dos direitos humanos. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia Complementar

ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional público . 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. Curso de direito internacional público . Rio de Janeiro: Forense, 2002.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional . 14ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2014.

REZEK, J. F.. Direito internacional público : curso elementar . 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DOLINGER, Jacob. Direito internacional privado: (parte geral) . 6ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

Disciplina: Ciência das Finanças e Direito Financeiro

EMENTA

Estudo da atividade financeira do Estado com vistas ao conhecimento, à compreensão e à sistematização das leis especulativas e jurídicas, respectivamente, que regem a realização da receita, da despesa, do crédito e orçamento públicos: princípios doutrinários e constitucionais informadores, leis complementares à Constituição Federal em matéria de normas gerais, análise crítica e reflexiva dos aspectos político, econômico e jurídico, relativos a essa atividade estatal.

Bibliografia Básica

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro . 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BALEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro . 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário . 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito financeiro e de direito tributário . 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário . 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CORAÍNI JÚNIOR, Mário. Finanças públicas e direito financeiro . São Paulo: Letras Jurídicas, 2012.

ICHIHARA, Yoshiaki. Direito tributário na nova constituição . 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário . 12ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

Disciplina: Legislação Penal e Processual Penal Especial I

EMENTA

Contextualização da Lei das Contravenções Penais no direito penal brasileiro. Estudo e reflexão sobre as condutas criminosas ao volante. O controle e a punição da produção, comércio e circulação de armas de fogo e das drogas. A tortura e seus reflexos no âmbito penal. A proteção penal da criança e do adolescente. A hediondez de alguns delitos e suas consequências.

Bibliografia Básica

- ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Legislação penal especial . 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MORAES, Alexandre de; SMANIO, Gianpaolo Poggio. Legislação penal especial . 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas . 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

Bibliografia Complementar

- CURY, Munir; MENDEZ, Emílio García; SILVA, Antônio Fernando do Amaral e. Estatuto da criança e do adolescente comentado Comentários jurídicos e sociais. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro . 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal do desarmamento: anotações à parte criminal da lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento) . 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal . 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- PINHEIRO, Geraldo de Faria Lemos; RIBEIRO, Dorival. Código de Trânsito Brasileiro Interpretado . 2ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

Disciplina: Ética Geral e Profissional

EMENTA

Ética e moral. Análise do contexto histórico e atual. Reflexões sobre o convívio em sociedade. Convívio em grupo profissional. Compreensão do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Código de Ética Profissional. Direitos, Deveres e Sanções por descumprimento. Discussão de situações reais.

Bibliografia Básica

- BARBOSA, Avamor Berlanga e BERLANGA, Tayon Soffener. Ética Geral e Profissional. 1ª ed. 1º vol. Arte & Ciência, 1999.
- BITTAR, Eduardo C. B.. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional . 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- NALINI, José Renato. Ética geral e profissional . 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Bibliografia Complementar

- FOUREZ, Gérard. A construção das ciências Introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.
- PERELMAN, Chaïm. Ética e direito . São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional . 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. Ética profissional da advocacia: 10 anos de pareceres (1994-2003) Tribunal de Ética e Disciplina OAB/SP. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.
- VALLS, Álvaro L. M.. O que é ética . 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

Disciplina: Direito Processual Constitucional I

EMENTA

Direito constitucional processual e Direito processual constitucional. Direito constitucional da ação e o princípio da inafastabilidade. Ações para o controle de constitucionalidade dos atos normativos do poder público. Habeas-corporus. Habeas-data. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de Injunção. Ação de impugnação de mandato.

Bibliografia Básica

- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Processo constitucional . Rio de Janeiro, Forense, 408p. 1984.
- GUERRA FILHO, Willis Santiago. Processo constitucional e direitos fundamentais . São Paulo, Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 172p. 1999.
- SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Bibliografia Complementar

- ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional . 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional . 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- ROSAS, Roberto. Direito processual constitucional : princípios constitucionais do processo civil . 2ª ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 205p. 1997.
- SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais . 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

Disciplina: Estágio e Prática Processual do Trabalho I

EMENTA

Análise técnica da elaboração de peças práticas e trabalhos simulados em face do processo judicial eletrônico. Estudo acerca da elaboração simulada de peças jurídicas trabalhistas na fase postulatória. Análise da técnica forense para a elaboração simulada das formas de respostas do réu. Descrição e processamento simulado das audiências. Discussão acerca da fase probatória e dos meios de prova. Estudo da fase decisória e elaboração crítica das decisões trabalhistas. Construção e debate de processos simulados. Diretrizes sobre a Atuação Jurídica Oral.

Bibliografia Básica

CORRÊA, Claudia Giglio Veltri; GIGLIO, Wagner D.. Direito processual do trabalho . 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho Doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho . 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

BAYLOS, Antonio; et al. Princípios de direito e processo do trabalho Questões atuais. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho . 9ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

MARANHÃO, Délio; et al. Instituições de direito do trabalho . 18ª ed. 2º vol. São Paulo: LTr, 1999.

OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de prática trabalhista . 22ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Disciplina: Estágio e Prática Processual Penal I

EMENTA

Estudo da primeira fase da persecução penal com ênfase às formas de instauração dos procedimentos investigativos. Aprofundamento sobre as espécies de prisões, liberdade provisória e desenvolvimento das peças atinentes. Busca e compreensão do *habeas corpus*, principalmente hipóteses de cabimento e organização da peça escrita. Exame da persecução penal – fase processual - notadamente os requisitos das iniciais, denúncia e queixa-crime. Discussão sobre os diferentes procedimentos penais – comuns e especiais. Desenvolvimento das respostas, defesas, exceções, alegações finais orais e por memoriais, sentença.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal . 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal . 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal . 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de processo penal . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FABBRINI, Renato N.; MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal . 30ª ed. 1º vol. São Paulo: Atlas, 2014.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal . 13ª ed. 1º vol. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal . 35ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. Prática forense penal . 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ETAPA 10

Disciplina: Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

EMENTA

Fundamentos para o estatuto da criança e do adolescente. Família natural e substituta. Guarda. Tutela. Adoção. Adoção internacional. Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Prevenção. Medidas de Proteção. Direitos individuais. Medidas sócio-educativas. O papel legal e social do Conselho Tutelar. Poder familiar. Destituição. Ministério Público.. Questões reflexivas socioeconômicas.

Bibliografia Básica

CURY, Munir; MENDEZ, Emílio García; SILVA, Antônio Fernando do Amaral e. Estatuto da criança e do adolescente comentado Comentários jurídicos e sociais. 11ª ed. São Paulo, Malheiros, 1211p. 2010.

ISHIDA, Válter Kenji. Estatuto da criança e do adolescente. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Estatuto da criança e do adolescente comentado lei n.8069 , de 13 de julho de 1990. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 418p. 1996.

Bibliografia Complementar

GÊNOVA, Jairo José; NAHAS, Thereza Christina; SILVA, Nelson Finotti. ECA efetividade e aplicação Análise sob a ótica dos direitos humanos e fundamentais: construindo o saber jurídico. São Paulo, LTr, 181p. 2012. (UNIVEM).

LIBERATI, Wilson Donizeti. Direito da criança e do adolescente . 5ª ed. São Paulo, Rideel, 264p. 2011. (Coleção de Direito Rideel.

_____ Comentários ao estatuto da criança e do adolescente . 7ª ed. São Paulo, Malheiros, 286p. 2003.

SÊDA, Edson. XYZ do conselho tutelar : providências para mudanças de usos, hábitos e costumes da família, sociedade e estado, quanto a crianças e adolescentes no Brasil . São Paulo, 59p. 1997.

TOMASZEWSKI, Adauto de Almeida. Separação, violência e danos morais : a tutela da personalidade dos filhos . São Paulo, Paulistanajur, 317p. 2004.

Disciplina: Direitos Humanos Internacionais

EMENTA

Origens históricas e formação do DIDH. Teoria geral dos tratados internacionais. Incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro. Estrutura normativa do sistema global de proteção internacional dos direitos humanos. Estrutura normativa do sistema regional de proteção dos direitos humanos. Sistema interamericano.

BIBLIOGRAFIA Básica

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. 6ed. São Paulo: Saraiva, 2004

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 2ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Direitos Humanos: normativa internacional. São Paulo: Max Limonad, 2001.

Bibliografia Complementar

DI LORENZO, Carlos Alberto. Direito internacional público e privado. 2ª ed. São Paulo: Rideel, 2010.

DOLINGER, Jacob. Direito internacional privado: (parte geral). 6ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

REZEK, J. F.. Direito internacional público : curso elementar. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

TEIXEIRA, Carla Noura. Direito internacional. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 Os direitos humanos e o direito internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

Disciplina: Direito Tributário

EMENTA

Os tributos no Sistema Tributário Nacional: princípios fundamentais, discriminação constitucional de rendas e competências tributárias. Leis complementares em matéria tributária. Relações jurídico-tributárias: fontes e elementos constitutivos. Institutos de direito tributário. Fiscalização Tributária, Contencioso tributário administrativo e judicial. Direito Tributário Penal e Direito Penal Tributário. Análise crítica, reflexiva e técnico-jurídica do Sistema Tributário Nacional.

Bibliografia Básica

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro . 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro . 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário . 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito financeiro e de direito tributário . 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário . 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CORAÍNI JÚNIOR, Mário. Finanças públicas e direito financeiro . São Paulo: Letras Jurídicas, 2012.

ICHIHARA, Yoshiaki. Direito tributário na nova constituição . 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário . 12ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

Disciplina: Legislação Penal e Processual Penal Especial II

EMENTA

Estudo da proteção penal do ambiente. Reflexão sobre os abusos das autoridades e suas conseqüências. A disciplina penal e processual das infrações de menor potencialidade lesiva. A execução da pena e seus incidentes. A violência contra a mulher no âmbito doméstico. Reflexão sobre as ações de impugnação. Condutas atentatórias à soberania popular.

Bibliografia Básica

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Legislação penal especial . 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre de; SMANIO, Gianpaolo Poggio. Legislação penal especial . 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas . 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

Bibliografia Complementar

CURY, Munir; MENDEZ, Emílio García; SILVA, Antônio Fernando do Amaral e. Estatuto da criança e do adolescente comentado Comentários jurídicos e sociais. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro . 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal do desarmamento: anotações à parte criminal da lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento) . 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal . 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PINHEIRO, Geraldo de Faria Lemos; RIBEIRO, Dorival. Código de Trânsito Brasileiro Interpretado . 2ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

Disciplina: Direito Ambiental

EMENTA

Estudos reflexivos acerca do Meio Ambiente para o Direito. Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural. Meio Ambiente do Trabalho. Conceito de Direito Ambiental. Recursos Naturais e Bens Ambientais. Princípios. Competência em Matéria Ambiental. O Meio Ambiente na Constituição Federal Brasileira. A Política Nacional e seus Instrumentos. Políticas de Educação Ambiental. Composição do SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente. Responsabilidade Civil na Política Nacional. Legislação Ordinária.

Bibliografia Básica

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação civil pública em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e dos consumidores. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PADILHA, Norma Sueli. Fundamentos constitucionais do direito ambiental brasileiro. Rio de Janeiro: Campus Jurídico, 2010.

SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, Paulo Roberto Moraes de. Biossegurança e transgenia . 2ª ed. Brasília, 120p. 2011. (Ambiental, 5).

BALDO, Iumar Junior; CUSTÓDIO, André Viana. Meio ambiente, constituição & políticas públicas . Curitiba, Multidéia, 197p. 2011.

CARVALHO, Carlos Gomes de. Legislação ambiental brasileira : (contribuição para um código nacional do ambiente) . Leme, LED, 1-1121p. 1999. – volume 1 - 06 exemplares; volume 2 - 06 exemplares;

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MIRANDA, Robinson Nicácio de. Direito ambiental . 2ª ed. São Paulo, Rideel, 176p. 2010. (Coleção de Direito Rideel).

Disciplina: Direito Processual Constitucional II

EMENTA

O processo administrativo e judicial. A defesa judicial em face do poder estatal de tributar. Ação anulatória de lançamento tributário, Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica, Embargos à Execução. Exceção de pré-executividade. Mandado de Segurança em matéria tributária. A repetição do indébito e a ação apropriada. A consignação em pagamento. Outras medidas judiciais.

Bibliografia Básica

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Processo constitucional . Rio de Janeiro, Forense, 408p. 1984.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Processo constitucional e direitos fundamentais . São Paulo, Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 172p. 1999.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional . 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional . 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

ROSAS, Roberto. Direito processual constitucional : princípios constitucionais do processo civil . 2ª ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 205p. 1997.

SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais . 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

Disciplina: Estágio e Prática Processual do Trabalho II

EMENTA

Análise técnica da elaboração de peças práticas e trabalhos simulados em face do processo judicial eletrônico. Estudo e técnicas forenses acerca da elaboração de recursos trabalhistas em espécie e peças na fase recursal. Exame de peças relativas à execução. Estudo e elaboração de peças jurídicas simuladas no processo cautelar e nas tutelas de urgência. Construção técnica das peças práticas de tutela coletiva. Diretrizes e debates de casos práticos relacionados ao instituto da conciliação, mediação e arbitragem no processo do trabalho contemporâneo.

Bibliografia Básica

CORRÊA, Claudia Giglio Veltri; GIGLIO, Wagner D.. Direito processual do trabalho . 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho Doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho . 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

BAYLOS, Antonio; et al. Princípios de direito e processo do trabalho Questões atuais. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho . 9ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

MARANHÃO, Délio; et al. Instituições de direito do trabalho . 18ª ed. 2º vol. São Paulo: LTr, 1999.

OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de prática trabalhista . 22ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Disciplina: Estágio e Prática Processual Penal II

EMENTA

Estudo da teoria geral dos recursos. Aprofundamento sobre as espécies de recursos, apelação, recurso em sentido estrito, embargos infringentes, de nulidade e de declaração, bem como desenvolvimento das peças atinentes. Busca e compreensão do agravo em execução e recurso ordinário constitucional, principalmente hipóteses de cabimento e organização das peças escritas. Construção da peça processual e discussão sobre as hipóteses de cabimento da revisão criminal.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal . 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal . 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal . 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de processo penal . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FABBRINI, Renato N.; MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal . 30ª ed. 1º vol. São Paulo: Atlas, 2014.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal . 13ª ed. 1º vol. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal . 35ª ed. 1º vol. São Paulo: Saraiva, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. Prática forense penal . 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Disciplina: Libras

EMENTA

Histórico dos surdos e das línguas de sinais. Legalização da língua de sinais no Brasil. Inclusão do surdo na sociedade. O uso e a importância das expressões faciais e corporais na comunicação em Libras. Aspectos linguísticos da Libras (noções básicas). Sinais básicos da Libras.

Bibliografia Básica

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. (ed.) Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue, língua de sinais brasileira. 2º Ed. São Paulo, Edusp, 2001. 2 vol.

PIMENTA, N; QUADROS, R.M. Curso de Libras. 3ª. ed. Vol1. 2008.

QUADROS, R. M., KARNOPP, L.B. Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre, Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei n.º 10436, de 24 de abril de 2002. Legislação de LIBRAS. Brasília, DF, 24 abr. 2002. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf> >

BRASIL. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília, DF, 22 de dez. 2005. Disponível em <

http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004_2006/2005/decreto/D5626.htm >

CARVALHO, Orlene Lúcia; et al. Ensino de língua portuguesa para surdos : caminhos para a prática pedagógica. Brasília: vol. 2. 2004.

FERNANDES, Eulalia; et al. Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: 2005

3.7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O UNIVEM tem assumido a posição teórica de que a avaliação é uma operação descritiva e informativa (segundo os meios que são empregados), mas formativa, se analisada a intenção que lhe preside. De todo modo, de âmbito mais vasto e conteúdo mais rico, a avaliação constitui uma operação indispensável em qualquer sistema escolar.

Havendo sempre, no processo de ensino-aprendizagem, um caminho a seguir entre um ponto de partida e um ponto de chegada, naturalmente é necessário verificar se o aprendiz está caminhando em direção à meta, se alguns pararam por não saberem o caminho ou por terem enveredado por um desvios equivocados.

Tal compreensão é necessária ao professor para procurar meios e estratégias que possam ajudar os alunos a resolver essas dificuldades, sendo, igualmente, necessária aos alunos para se precaverem em relação a tais questões e tentarem ultrapassá-las com a ajuda do professor e com o próprio esforço, pois, em geral, não costumam identificar, claramente, suas próprias dificuldades num campo que desconhecem. Daí a intenção formativa da avaliação.

A avaliação proporciona, também, o apoio a um processo, contribuindo para a obtenção de produtos ou resultados de aprendizagem. A avaliação, aqui apresentada, enquadra-se em três grandes características: avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

Um sistema de avaliação, como qualquer outro sistema, se assenta em determinados pressupostos que, por um lado, o justificam e, por outro, o tornam exequível. No contexto de ensino-aprendizagem, não tem sentido falar de avaliação de resultados se não for assumido um planejamento de todo o processo.

Por intermédio dessa operação de planejamento, identifica-se o que se pretende atingir (os objetivos de aprendizagem), concebe-se o processo de chegar até determinado propósito (os métodos, meios e materiais) e, finalmente, saber se foi atingido, ou não, o pretendido (tipos e instrumentos de avaliação).

Em tais condições, o professor tem de estabelecer prioridades para efeitos de avaliação de aprendizagem, salientando certos comportamentos e conteúdos e planejando, assim, cuidadosamente, a avaliação dos objetivos selecionados.

Assim, na avaliação de resultados é difícil dizer se quem está mais em foco é o professor ou são os alunos, sendo certo que, sejam os resultados bons ou maus, se refletem tanto sobre um como sobre os outros.

O sistema de avaliação adotado pelo UNIVEM e seus docentes deve, portanto, atender aos seguintes pressupostos gerais: contribuir para uma aprendizagem mais rica, na quantidade de aptidões adquiridas e no grau de proficiência com que cada uma é denominada; fornecer indicadores que levem a um ensino de maior qualidade e eficácia; proporcionar informações que possam construir uma base para a apreciação do trabalho do aluno, para a atribuição de

classificações (quando tal é necessário) e para a tomada de decisões relativas à promoção para a série seguinte.

Embora considerando aspectos quali e quantitativos, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem empreendido no UNIVEM visa a privilegiar o processo e não o produto, caracterizando-se como prática integrante do ensino-aprendizagem. A avaliação, assim entendida, implica, então, por parte do professor, análise e reflexão sobre sua própria atuação, no sentido de permitir ao aluno aprender mais e mais significativamente.

Na tarefa de re(construção) da prática avaliativa, é imprescindível que o professor assuma uma postura de reflexão tanto sobre sua prática pedagógica quanto a respeito do acompanhamento do aluno na sua caminhada de construção do conhecimento.

Logo, quanto mais diversificados forem os meios de avaliar, maiores e melhores condições terá o professor de conhecer seus alunos e, até mesmo, determinar a natureza e as causas do possível desajuste do aluno à situação de aprendizagem. Partindo do conhecimento das causas dos problemas, o professor deve adequar seu ensino aos resultados do diagnóstico, procurando fazer a aprendizagem mais efetiva, por meio da correção dos desvios constatados. Por isso, os professores devem construir instrumentos que favoreçam bons hábitos de estudo e que exijam do aluno não apenas informação, mas também compreensão do tema.

É importante reconhecer que, se os indivíduos aprendem de formas diferentes, complexa e valiosamente, existirá um modo de aprendizagem mais favorável para cada indivíduo; e, uma vez reconhecido isso, é extremamente necessário, portanto, a oferta de uma variedade de atividades de aprendizagem e de avaliação.

3.7.1 COERÊNCIA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação e projeto pedagógico são processos interligados na busca da qualidade para os cursos. Não há como abrir mão da avaliação, pois ela é parte significativa da ação inteligente e, conseqüentemente, permite intervenções corretivas, porém não punitivas, sem interrupções; é uma oportunidade de desvendamento da realidade acadêmica, descobrindo os pontos fortes e fracos da instituição para, com segurança, propor intervenções e mudanças onde se fizer necessário.

A avaliação torna-se eficiente na medida em que os próprios executores das ações tornam-se os agentes de transformação, realizando um processo participativo de práticas educativas, merecedora do apoio da comunidade universitária e de sua administração.

Por ser prática educativa, a avaliação contribui poderosamente para a valorização dos recursos humanos na medida em que participa da capacitação/instrumentação dos docentes e na melhoria de desempenho na prática pedagógica. Suas implicações pedagógicas extrapolam os aspectos técnicos e metodológicos e atingem aspectos sociais, éticos e psicológicos

importantes. Daí a importância da clareza do significado do processo de avaliação para dirigentes, coordenadores, professores e alunos.

Outro aspecto fundamental para que o processo de avaliação cumpra seus propósitos é a elaboração coerente do plano de ensino e da formulação dos objetivos. A avaliação deverá ser realizada em função dos objetivos previstos, pois do contrário o professor obterá dados isolados e de pouco valor para compreensão da aprendizagem real do aluno. São os objetivos, previamente estabelecidos, que nortearão o processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, a avaliação. Pode-se dizer que o processo de avaliação começa com a definição dos objetivos.

Convém ressaltar aqui, que os objetivos de ensino não são os conteúdos de ensino, mas sim os mediadores do conhecimento e da competência do educando para compreender o mundo, pois, mais importante que o estudante saber responder uma questão da dogmática jurídica, por exemplo, dominando as regras gramaticais da língua portuguesa, é ele ser capaz de, por meio do aprendizado do Direito e da Língua, entender o processo de construção do social humano e desenvolver sua competência linguística para expressá-lo. Essa expressão permitirá explicitar sua visão de mundo, seu crescimento moral e intelectual, crítico, político e profissional.

Todo esse processo de avaliação do curso está pautado nos pilares teóricos de uma avaliação continuada e formativa, que proporciona acompanhamento efetivo do desenvolvimento do aprendizado dos alunos. Os próprios agentes do processo, docentes e discentes, compreenderam a avaliação continuada como mais adequada, pois proporciona maiores reflexões sobre a prática educativa e a construção dos conhecimentos, sendo assim merecedora do apoio da comunidade universitária e de sua administração.

De acordo com a regulamentação expressa no Regimento do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, a avaliação do rendimento acadêmico deve incidir sobre a frequência e o aproveitamento, resguardadas as especificidades da graduação e da pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, proporcionando aos docentes instrumentos de diagnóstico e, conseqüentemente, de melhoria da prática pedagógica. As implicações pedagógicas da avaliação extrapolam os aspectos técnicos e metodológicos e atingem aspectos sociais, éticos e psicológicos, proporcionando ao educando a construção de competências para compreender o mundo.

Para o estudante, além de saber posicionar-se sobre processos técnicos e pertinentes à cada área do conhecimento, propondo caminhos e soluções de problemas, é preciso também que ele seja capaz de, por meio do aprendizado, conhecer e respeitar os princípios éticos que regem a sociedade.

3.7.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM acredita que a Avaliação Institucional é uma ferramenta de suma importância para que possa orientar suas ações no sentido de cumprir, da melhor maneira possível, suas

principais funções no Ensino, na Pesquisa, na Extensão e no atendimento à comunidade na qual está inserida. Sob essa ótica, o processo deve impulsionar a comunidade universitária a se autoavaliar como parte de uma totalidade social/educacional, analisando criticamente a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e de gestão, para verificar a consonância do seu projeto e de suas ações com relação às demandas científicas, tecnológicas e sociais do Brasil, da sociedade globalizada.

A Avaliação Institucional realizada por meio da autoavaliação de seus cursos, é uma prática consolidada na Instituição pela ampliação de sua abrangência, tanto nos setores avaliados como nos setores participativos. É compreendida como a grande impulsionadora de mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimento, que se concretiza na formação de cidadãos e profissionais e no desenvolvimento de atividades de Pesquisa e de Extensão.

Neste sentido, contribui para a formulação de caminhos para o aperfeiçoamento ou, até, a transformação do modelo de Ensino, evidenciando seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e solidária e, portanto, mais democrática e menos excludente.

Assim como em nível nacional, também no âmbito do UNIVEM vêm ocorrendo iniciativas de autoavaliação desde 1998. Na perspectiva adotada, a avaliação apresenta-se com um caráter pedagógico e imprescindível no processo de desenvolvimento da instituição como um todo e de cada curso em particular.

As avaliações empreendidas no âmbito do Curso de Direito são referendadas pelo programa institucional e têm uma função predominantemente diagnóstico/formativa, representando a possibilidade de ampliar o autoconhecimento sobre o curso, corrigindo os rumos e os meios para atingir os objetivos propostos. Isso significa investir na prevenção de ocorrência de problemas e na busca contínua por melhoria da qualidade de desenvolvimento do curso.

Com a participação de alunos e professores, ocorrem, periodicamente, avaliações das condições de desenvolvimento das habilidades e competências previstas nos objetivos do curso e de outros aspectos pedagógicos, bem como das condições de infraestrutura necessária ao ensino e respectivo questionamento sobre as condições de vida acadêmica na Instituição, dentre outros fatores.

A avaliação do projeto do é um processo de controle do sistema que verifica continuamente a realização dos objetivos previstos no projeto. Tem o papel de correção de rumos. O Núcleo Docente Estruturante é responsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do curso de Direito. O projeto pedagógico é avaliado regularmente pelo *Núcleo Docente Estruturante* (NDE) e pelo *Conselho de Curso*, órgãos deliberativos de natureza normativa e didático-pedagógica para assuntos relacionados ao curso. Atuam na concepção e execução do Projeto Pedagógico, observam a implantação do currículo, os resultados obtidos e tomam medidas corretivas.

O Conselho de Curso é responsável pela execução do projeto pedagógico, por acompanhar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Delibera

sobre planos de ensino, projetos de pesquisa, programas de extensão, indicação, seleção e avaliação de docentes, aproveitamentos de estudo e adaptações de alunos transferidos. *Propõe medidas para o aperfeiçoamento e melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão.* O conselho se reúne ordinariamente uma vez por bimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo Coordenador do Curso.

A avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão são feitas institucionalmente pela *Comissão Própria de Avaliação - CPA*, subordinada à Reitoria. Os resultados são publicados e utilizados pelo Conselho de Curso e NDE na avaliação da execução do curso.

O desempenho dos professores é avaliado pelo *Programa de Avaliação Institucional*, por meio de questionário preenchido pelos alunos.

3.8 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

3.8.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso é exercida pelo Professor Doutor Edinilson Donisete Machado.

3.8.1.1 Titulação do coordenador

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Marília em 1987, mestre pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP-Franca/SP, em 2001 e doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, em 2006.

3.8.1.2 Experiência (acadêmica, na área de formação) do coordenador.

Professor universitário desde março de 1991, nas cadeiras de Direito Processual Civil, Tributário e Direito Constitucional, atuando na Graduação e Mestrado, no Centro Universitário Eurípides de Marília e Centro Universitário Toledo em Araçatuba/SP.

Chefe de Departamento Público no período de 1996 a 1998, da Faculdade de Direito de Marília.

Coordenador de Curso no período de 1998 a 2000 da Faculdade de Direito de Marília.

Diretor de Faculdade no período no período de 2000 a 2003 da Faculdade de Direito de Marília.

Membro da Comissão Institucional para criação do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM no período de 2000 a 2002.

Membro atual dos Conselhos Universitário e Conselho de Curso de Direito do UNIVEM.

Membro do NDE do Curso de Direito, desde 2010 do UNIVEM

Vice-Coordenador do Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário Toledo de 2007 a 2010.

3.8.1.3 Experiência profissional não acadêmica e administrativa

Advogado militante na Comarca de Marília, desde 1987, compondo o Tribunal de Ética e Disciplina -TED XIII, em Marília, na função de instrutor.

Procurador Geral do Departamento de Água e Esgoto de Marília, de janeiro de 2009 a junho de 2010.

Procurador-Seccional da União em Marília, no período de setembro de 1993 a março de 2003, no cargo em comissão, responsável pela instalação e consolidação da Advocacia Geral da União na região de Marília.

3.8.1.4 Regime de trabalho do coordenador

Regime de trabalho em tempo integral, com 40 horas semanais.

3.8.1.5 Dedicção do coordenador à administração do curso

O Coordenador do Curso disponibiliza 20 horas semanais à administração do Curso, atendendo a discentes, docentes e direção, no período matutino das 9h às 12h. Para atender as demandas oriundas das turmas do Curso noturno, permanece na instituição disponível para atendimento a discentes, docentes e direção, também no período noturno das 19h às 22h.

3.8.1.6 Atuação do coordenador

De acordo com o Estatuto do Centro Universitário, “Das Coordenadorias de Curso”, o Coordenador e seu suplente serão escolhidos e designados pelo Reitor, para um mandato de dois anos, passíveis de recondução, sendo de competência do Coordenador, em termos gerais:

- I- acompanhar, controlar e avaliar as atividades de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do curso sob sua coordenação;
- II- articular-se com os outros cursos;
- III- executar e fazer cumprir as decisões emanadas de órgãos superiores;
- IV- manter-se atualizado sobre as normas legais pertinentes;
- V- participar da elaboração do currículo pleno do curso;
- VI- participar do processo de avaliação do curso;
- VII- convocar e presidir reuniões do Conselho;
- VIII- adotar providências indispensáveis ao funcionamento regular do curso;
- IX- fornecer subsídios para elaboração do calendário acadêmico;

- X- promover e articulação vertical e horizontal da execução curricular do curso;
- XI- selecionar e admitir o corpo docente do curso;
- XII- propor medidas de correção de falhas ou omissões na execução curricular;
- XIII- encaminhar matéria a ser apreciada pelos órgãos superiores;
- XIV- apresentar relatório de atividades do curso;
- XV- zelar pela observância do regime acadêmico e cumprimento dos planos de ensino;
- XVI- exercer outras atribuições delegadas;
promover a avaliação periódicas atividades de ensino;
- XVII- assinar diplomas e certificados expedidos pelo curso;
- XVIII- designar secretário para as reuniões;
- XIX- aprovar a demissão de monitores e a indicação de supervisores para estagiários;
- XX- exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência;
- XXI- exercer as demais funções previstas em lei, no Estatuto, no Regimento Geral ou nas normas editadas pelos órgãos colegiados ou executivos superiores do UNIVEM.

3.8.1.7 Participação da coordenação do curso em órgãos colegiados acadêmicos da IES

A participação da coordenação nos órgãos colegiados está prevista nos artigos 8º, inciso VII, 11, inciso VII e 30, inciso I, dos Estatutos do UNIVEM. A participação efetiva pode ser constatada nas atas de reunião do CONSU - Conselho Universitário do UNIVEM e Conselho do Curso de Direito, no qual o Coordenador do Curso é o Presidente.

3.8.1.8 Participação do coordenador e dos docentes em colegiado de curso ou equivalente

A IES mantém diversas instâncias para decisões e participação dos seus membros.

O Coordenador e representantes docentes, além de representantes discentes, formam o Conselho do Curso de Direito, e se reúnem regular e sistematicamente para deliberar sobre assuntos pertinentes ao Curso.

A previsão, a composição e a competência do Conselho do Curso de Direito estão disciplinadas pelos Estatutos do UNIVEM, sendo que o Coordenador do Curso ocupa sempre a Presidência do referido Conselho.

A realização periódica das reuniões do Conselho do Curso é registrada em atas elaboradas em cada reunião e assinadas por todos os membros Conselheiros.

Membro do Conselho do Programa de Mestrado do UNIVEM

3.8.1.9 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante, NDE, constitui-se num grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. É composto por professores pós-graduados que exercem liderança acadêmica no curso de Direito e atuam sobre o desenvolvimento do curso.

O NDE realiza pelo menos três reuniões ordinárias ao ano e extraordinariamente quando convocado pelo Coordenador do Curso, sendo formado segundo as diretrizes MEC e do CONSU, quais sejam:

- Ser constituído de no mínimo 5 (cinco) professores do corpo docente do Curso;
- Ter, pelo menos, 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- Ter todos os membros em regime de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;
- Assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.
- É presidido pelo Coordenador do Curso.
- A aprovação dos representantes docentes é feita pelo CONSU para um mandato de no mínimo um ano, com possibilidade de recondução.

São atribuições do NDE:

- I- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.
- V- Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso.
- VI- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no CONSU, sempre que necessário.
- VII- Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas.

VIII- Analisar a adequação dos Planos de Ensino dos componentes curriculares.

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha é constituído, por nomeação do Magnífico Reitor, pelos seguintes docentes, com suas respectivas titulações e regime de trabalho:

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado	Doutor	(40h)
Prof. Dr. Jairo José Gênova	Doutor	(40h)
Prof. Dr. Lafayette Pozzoli	Doutor	(40h)
Prof. Dr. Mário Furlaneto Neto	Doutor	(40h)
Prof. Dr. Teófilo Marcelo de Arêa Leão Junior	Doutor	(40h)
Prof. MSc. Vivianne Rigoldi	Mestre	(40h)
Prof. MSc. Luciano Henrique Diniz Ramires	Mestre	(40h)

3.8.1.10 CONSELHO DE CURSO

O Conselho de Curso é responsável pela execução do projeto pedagógico, por acompanhar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Cabe a ele deliberar sobre planos de ensino, projetos de pesquisa, programas de extensão, indicação, seleção e avaliação de docentes, aproveitamentos de estudo e adaptações de alunos transferidos.

O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por bimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo Coordenador do Curso, com antecedência mínima de 48 horas.

O Conselho de Curso é composto:

- Pelo Coordenador do Curso, que o preside,
- Por quatro representantes do corpo docente, escolhidos por seus pares, com mandato de no mínimo um ano, podendo ser reconduzidos,
- Por um representante do corpo discente, regularmente matriculado no curso, indicado por seus pares, com mandato de um ano, sem direito a recondução.

Compete ao Conselho de Curso:

I - deliberar sobre os conteúdos programáticos das disciplinas que integram o Curso, obedecidas às diretrizes curriculares fixadas pelo MEC, e o currículo pleno, estabelecido pelo CONSU;

II - deliberar sobre os planos de ensino das disciplinas que o integram, zelando por sua execução;

III - emitir parecer sobre: a) projetos de pesquisa e programas de extensão que lhe forem submetidos; b) relatório anual das atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador do mesmo; c) criação ou alteração de disciplinas, em conteúdo ou duração, em sua área de atuação; d) normas ou editais para recrutamento, seleção e admissão docente; e) aproveitamento de estudos e adaptações de alunos transferidos ou diplomados; f) indicação de docentes para contratação ou inclusão em regime de trabalho, nos termos do plano de carreira docente; g) indicação de docentes, para inclusão no plano de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos;

IV - propor medidas para o aperfeiçoamento e melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;

V - deliberar, em primeira instância, sobre os recursos da comunidade acadêmica que integra o Curso;

VI - promover o desenvolvimento de metodologias próprias para o ensino das disciplinas de sua competência, especialmente no que consiste à aplicação de novas tecnologias educacionais;

VII - exercer as demais atribuições previstas no Regimento Geral, na legislação pertinente e nas normas emanadas dos órgãos colegiados e executivos superiores. Art. 25.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE CURSO

Por designação do Magnífico Reitor os seguintes docentes, escolhido por seus pares. Compõem o Conselho de Curso de Direito, sob a presidência do primeiro:

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado	Doutor (40h)
Prof. Dr. Teófilo Marcelo de Arêa Leão Junior	Doutor (40h)
Prof. MSc. Vivianne Rigoldi	Mestre (40h)
Prof. MSc. Luis Vieira Carlos Junior	Mestre (40h)
Prof. Msc. José Ribeiro Leite	Mestre (40h)
Renato Gomieiro Muta	Representante discente

3.8.2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A estrutura acadêmico-administrativa do Centro Universitário é composta por órgãos colegiados, diretivos e executivos, em dois níveis hierárquicos.

A administração superior é composta pelo

- CONSU – Conselho Universitário;
- Reitoria, da qual integram:
 - a Vice-Reitoria,
 - a Pró-Reitoria de Graduação, com a Coordenadoria Pedagógica,
 - a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão,
 - a Pró-Reitoria Administrativa.

Como Órgãos Assessores e Suplementares tem-se:

Assessorias:

- Assessoria de Comunicação e Marketing;
- Assessoria Jurídica;
- Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Controladoria;
- Ouvidoria;

Órgãos Suplementares:

- Biblioteca;
- Coordenação Geral e Pedagógica;
- Departamento de Tecnologia e Informação;
- Secretaria Geral; e
- Setor de Registro de Diplomas.

Os órgãos colegiados da Administração Superior têm suas atribuições e competências definidas no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os órgãos da gestão básica do Curso são:

- Núcleo Docente Estruturante;
- Conselho de Curso, para as suas funções deliberativas e normativas;
- Coordenadoria de Curso, para as suas atribuições executivas.

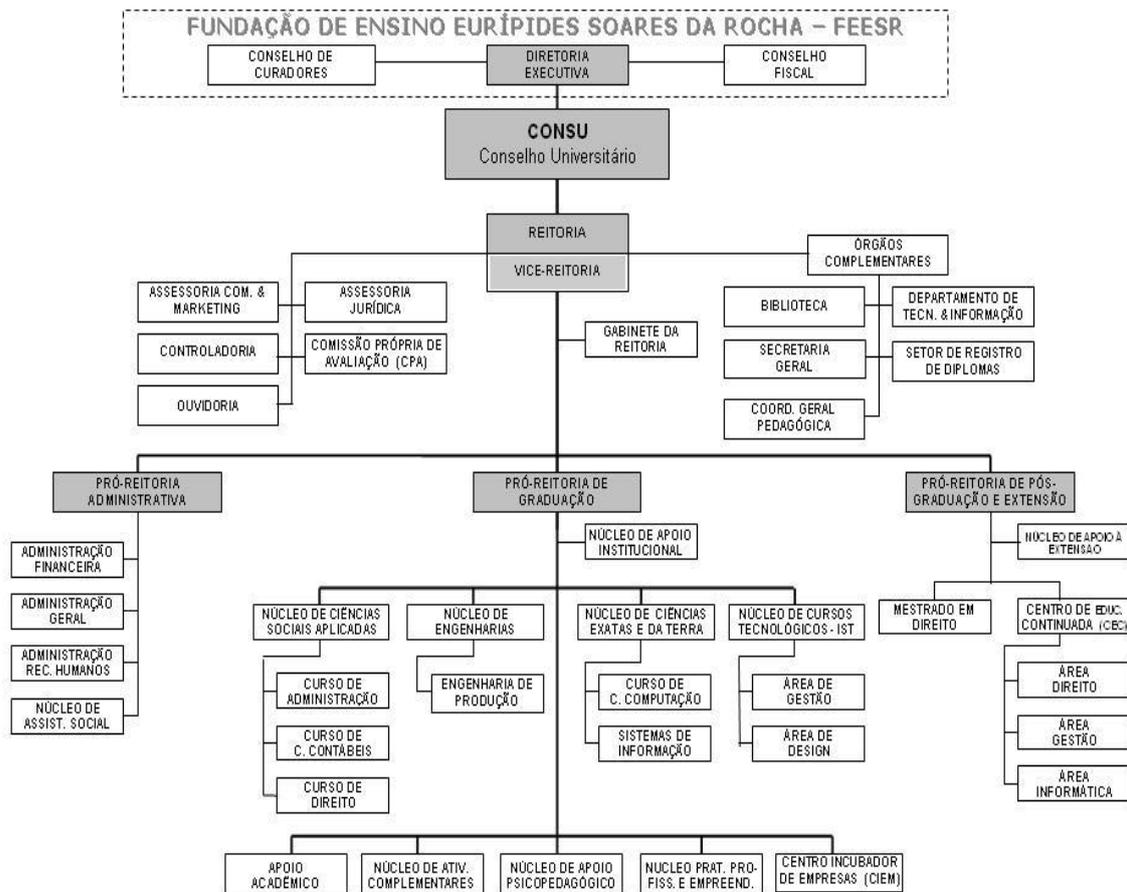


Figura: Organograma do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM

3.8.2.1 APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO AOS DOCENTES

O corpo técnico e administrativo da Instituição é organizado em setores funcionais como segue:

- Apoio Acadêmico;
- Biblioteca;
- Reprografia;
- Núcleo de Apoio Institucional;
- Pró Reitoria;
- Avaliação Institucional;
- Reitoria;

- Secretaria Geral – Registro Acadêmico;
- Núcleo de Assistência Social;
- Assistência Comunitária;
- Suporte Técnico / Operações;
- Desenvolvimento de Sistemas;
- Tesouraria.

O UNIVEM dispõe de unidades suplementares destinadas a apoiarem as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas.

Todas as informações são registradas por meio de um sistema de informação eficiente implementado no UNIVEM. As notas são digitadas no final de cada bimestre pelos docentes, de forma on-line. A frequência é controlada por meio do preenchimento de lista de chamada. As informações disponibilizadas aos discentes via sistema acadêmico e Internet, sendo dado ao discente o prazo de cinco dias letivos para solicitação de revisão e verificação dos registros (Notas e frequências). Após este período, a Secretaria Geral efetua a atualização no Histórico Escolar do discente.

Essa atualização é feita periodicamente a cada bimestre. A partir da atualização no Histórico escolar, qualquer revisão/alteração só poderá ser feita mediante processo interpondo recurso à Coordenação, à Pró-Reitoria Acadêmica ou em última instância ao CEPE. O acesso ao histórico escolar pode ser realizado pelo discente por meio da Internet, mediante senha, ou por meio de solicitação de emissão na Secretaria Geral.

Além das notas e frequências, o sistema acadêmico disponibiliza (via Internet ou sistema acadêmico funcionando em rede local) para docentes, discentes, coordenadores e demais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem todas as informações referentes à vida acadêmica: planos de ensino, diários de classe, acervo bibliográfico, trancamentos, bolsas, atividade complementares etc.

3.8.3 ATENÇÃO AOS DISCENTES

Os discentes têm amplo acesso às informações do registro acadêmico, junto à Secretaria Geral, no que diz respeito às informações curriculares, sobre notas, frequência, aprovação ou reprovação nas disciplinas cursadas. As informações da vida acadêmica também podem ser acessadas pelo aluno, por meio de seu RA (registro acadêmico) e senha pessoal, pelo site da instituição <http://www.univem.edu.br>

3.8.3.1 Apoio à participação em eventos

Tendo o UNIVEM, como um de seus objetivos, promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação, o incentivo à participação em eventos é percebido em diferentes instâncias institucionais, como na Resolução sobre Iniciação Científica, que prevê, por exemplo, em seu Art. 4º: *As Atividades acadêmicas de desenvolvimento de iniciação científica caracterizam-se por:*

I - pesquisa bibliográfica, fichamento de leitura, resenhas a serem publicadas, artigos para periódicos, implementação de software, participação em grupos de pesquisa, frequência em eventos científicos internos ou externos à Instituição, confecção obrigatória de relatórios parciais e conclusivos a respeito de projetos desenvolvidos etc.

Também em outros artigos da referida Resolução, fica clara a importância que a instituição atribui a participação dos alunos em diferentes eventos que possam contribuir para sua formação.

O Curso de Direito possui uma política regular de apoio à participação dos alunos em eventos científicos e culturais, divulgando amplamente os eventos realizados em Marília e região, intermediando a inscrição do aluno, quando necessário. Além disso, trabalha o estímulo e a conscientização do aluno sobre a importância desses encontros e a realização de atividades que complementem a formação pessoal e profissional do aluno, por meio de palestras, debates e exibição de documentários, oferecendo semanalmente, dentro da própria instituição e em horário compatível com a disponibilidade discente atividades complementares.

Quanto às atividades de pesquisa, cumpre consignar que o Curso de Direito disponibiliza grande parte de seus docentes para orientação em Iniciação Científica, participando do Seminário de Iniciação Científica realizado anualmente pelo UNIVEM.

3.8.3.2 Apoio pedagógico

O **Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM** partindo do princípio de que cada aluno deve ser orientado de forma a superar suas limitações de aprendizagem, entende que é necessária a formação de um Núcleo de Apoio Pedagógico Permanente, tendo profissionais qualificados para a coordenação das atividades.

O apoio discente, via acompanhamento pedagógico é uma atividade importante, pois oportuniza a avaliação do resultado da formação desenvolvida, por meio da dinâmica de sala de aula.

As atividades de Acompanhamento Pedagógico têm como objetivo colaborar para o desenvolvimento de habilidades necessárias para que o aluno alcance sucesso nos seus estudos e no seu processo de formação. Além disso, a

Instituição oferece infra-estrutura (salas de aula, biblioteca, laboratórios, auditórios para a realização de seminários e videoconferências) que são utilizados para implementação de diferentes metodologias de ensino-aprendizagem.

O acompanhamento discente prevê ainda, a possibilidade de se criar mecanismos alternativos que favoreçam aprendizagem complementar às atividades curriculares. Para tanto a Instituição tem definidas as seguintes diretrizes políticas:

- promover encaminhamento profissional, preparando os alunos para atuar no mercado de trabalho;
- assessorar e orientar alunos para participarem de concursos públicos, desde a inscrição até o acompanhamento dos resultados, divulgando internamente as oportunidades profissionais;
- acompanhar os acadêmicos em suas necessidades, seja por meio de orientação na elaboração de trabalhos, na realização de pesquisas bibliográficas, no processo de aprendizagem, no relacionamento com professores, colegas e com a Instituição;
- desenvolver um programa para sistematizar dados e informações sobre os acadêmicos para, a seguir, traçar seu perfil, possibilitando o conhecimento dos alunos em diferentes aspectos;
- diagnosticar as necessidades dos alunos, por intermédio do atendimento individual;
- promover cursos que visem o aprimoramento de aprendizagem do aluno;
- desenvolver e acompanhar grupos de alunos que possam ser orientados de acordo com suas necessidades;
- orientar, via monitoria de alunos, atividades que possibilitem o desenvolvimento de seus pares;
- oferecer serviços de orientação em projetos no qual os alunos desenvolvam projetos de vida e de carreira profissional, superem barreiras, enfrentem desafios escolares, sejam orientados na elaboração de projetos pessoais relacionados com a construção da cidadania, incentivando, inclusive a motivação e superação das dificuldades escolares.

As políticas institucionais para o acompanhamento discente no Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM visam:

- implementar o serviço de atendimento aos alunos com a criação de um Núcleo de Apoio ao Estudante;
- formalizar as ações de apoio discente em um Núcleo de Apoio ao Estudante, pois o sucesso escolar depende, entre outros fatores, da qualidade do ensino e dos estudantes, bem como do ambiente envolvente em que se integram;
- desenvolver acompanhamento psicopedagógico ao alunado, com o intuito de auxiliar o estudante nas dificuldades naturais encontradas no processo de aprendizagem e de sua adaptação às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;

- consolidar o serviço de Informação Institucional, esclarecendo dúvidas e fornecendo informações aos alunos sobre assuntos pertinentes ao Ensino Superior, ao Mercado de Trabalho, à Instituição, e ao processo de ensino-aprendizagem, disponibilizando atendimento técnico educacional;
- ampliar e atualizar os laboratórios de Informática, promovendo aos acadêmicos a facilidade tecnológica da informação;
- instituir um núcleo de Pesquisa e Extensão, viabilizando a realização de trabalhos interdisciplinares nas linhas de pesquisas estabelecidas pelos cursos e permitindo a atuação conjunta de docentes, discentes e sociedade civil nos projetos de extensão;
- ampliar a integração entre a graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, promovendo a iniciação científica e integrando os programas de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*;
- modernizar o núcleo de prática jurídica, integrando teoria e prática via atividades simuladas e reais do Estágio de Prática Jurídica;
- apoiar a Empresa Júnior, visando contribuir para a formação profissional e o aprimoramento dos conhecimentos técnicos, o espírito empreendedor e o trabalho em equipe;
- proporcionar oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da sociedade e no processo geral do desenvolvimento;
- firmar, sempre que possível, convênios com entidades públicas e privadas para obtenção de estágios e bolsas de estudo, com vistas ao treinamento e à melhor formação de seus alunos, objetivando o seu preparo para ingresso no mercado de trabalho;
- assegurar a representação na composição dos órgãos colegiados acadêmicos, com direito a voz e voto, conforme o disposto no Estatuto e no Regimento Geral;
- garantir à representação estudantil, de natureza essencialmente acadêmica e política, representando os interesses dos estudantes de acordo com a forma de organização do movimento estudantil, visando a melhoria da Instituição e sua integração com a sociedade;
- apoiar a participação discente em eventos científicos e culturais.

3.8.3.3 Acompanhamento psicopedagógico

Deve-se considerar como apoio pedagógico aos discentes a existência de atividades de orientação acadêmica aos discentes no que diz respeito à sua vida escolar e à sua aprendizagem, inclusive as atividades dos docentes junto aos alunos, em horários alternativos, para orientar trabalhos individuais ou de grupo em sua disciplina.

Além disso, o Campus do Centro Universitário Eurípides de Marília oferece aos seus alunos uma infraestrutura de salas de aula, salas de estudo, bibliotecas, laboratórios, salas para a realização de seminários e videoconferências que

podem ser utilizados para implementação de diferentes metodologias de ensino-aprendizagem, objetivando maior compreensão dos alunos.

Ademais, é orientado e solicitado aos professores que façam constante acompanhamento e encaminhamento dos alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem para que sejam atendidos em encontros individuais e extraclasse.

Para efetivo apoio psicopedagógico dos alunos serão propostas as estratégias descritas abaixo:

- Atualizar e adequar as condições de ensino por meio de recuperação de conteúdos;
- Promover programas relacionados a recuperação e aprimoramento da cidadania e da ética;
- Desenvolver um programa de acompanhamento de egressos estreitando o relacionamento do Centro Universitário com ex-alunos;
- Ampliar as oportunidades de formação profissional firmando convênios para a oferta de estágios.

Metas:

- Promoção de Cursos e Palestras;
- Oferta de Cursos de Extensão
- Implantação de programa de acompanhamento de egressos;
- Realização de convênios para fins de estágios.

3.8.3.4 Mecanismos de nivelamento

O Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM destaca que o cada ano aumenta o número de alunos que ingressam no Ensino Superior trazendo consigo problemas que deixaram de ser resolvidos no Ensino Fundamental e Médio, ou seja, em geral, esses alunos apresentam deficiências de aprendizagens que dificultam acompanhar o nível superior e acabam por desistir do curso ou, pior ainda, levam esses problemas para a vida profissional.

Nesta ótica, a Instituição preocupada com essa realidade da Educação Superior no país, propõe o desenvolvimento de um projeto com o objetivo de oferecer uma revisão dos conteúdos correspondentes ao Ensino Médio, que sejam pré-requisitos para os cursos escolhidos.

A Instituição observa que foi divulgada pelo INEP, pesquisa sobre as condições da educação básica no país revelando que 33% das crianças não vão além dos primeiros anos do ciclo básico e há municípios que ultrapassam a 50% de pessoas analfabetas, e que os maiores graus de analfabetismo ocorrem nas grandes metrópoles.

Também o Ministério da Educação divulgou o diagnóstico da educação brasileira com base nos dados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico. Os resultados mostraram uma realidade que espelha a degradação do nível do Ensino Básico, principalmente nos estabelecimentos públicos. Essa degradação já se manifesta desde as primeiras séries, pois ao concluírem a quarta série do Ensino Fundamental, 59% dos estudantes não conseguem ler mais do que frases curtas e simples e 52% dos concluintes não conseguem efetuar operações de adição ou de subtração, sendo restrito a apenas 4,4% os que estão no nível de aprendizado considerado adequado. Esse cenário de qualidade deficiente não se altera muito ao longo das restantes quatro séries do Ensino Fundamental.

Na conclusão do terceiro ano do Ensino Médio, época de prestar processos seletivos para o Ensino Superior, mais de 40% dos estudantes apresentam resultados insatisfatórios em língua portuguesa e quase 70% em matemática. Nessa fase 76% dos estudantes considerados com Educação correta provêm da rede privada enquanto que 96% dos considerados muito críticos provêm da rede pública.

Estes dados têm sido confirmado no cotidiano das aulas ministradas no Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM que preocupado com a formação de seus estudantes, está implementando um Programa de Nivelamento com o objetivo de minimizar as dificuldades dos alunos, na medida em que lhe são proporcionadas atividades de revisão, aprofundamento e atualização dos conhecimentos básicos nas áreas de necessidade, desenvolvendo técnicas que visem a melhoria do raciocínio lógico, analítico, crítico e reflexivo, promovendo atualização de conhecimentos das diversas disciplinas.

O próprio PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, estabelece, em relação à política de nivelamento:

Objetivo: aprimorar o apoio ao discente;

Meta: Oferecer mecanismos de nivelamento aos alunos;

Ação desencadeadora: Formação de grupos de nivelamento, tendo em vista as prioridades de cada curso, objetivando responder às dificuldades de aprendizagem.

Essas ações deverão ser programadas tendo em vista as pesquisas e processos de avaliação e acompanhamento, realizadas com os discentes, por meio dos quais são detectadas as dificuldades. Assim, estabeleceu, em relação à política de nivelamento, os principais norteadores:

- qualificar as estratégias e mecanismos de nivelamento por meio de um processo contínuo de avaliação do discente dos Cursos oferecidos pela Instituição;
- oferecer oportunidade ao estudante de exercer a autoaprendizagem, organizando-se e disciplinando-se para o desenvolvimento de competências que permitam o exercício da cidadania e da educação continuada;
- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, aumentando os conhecimentos cognitivos dos estudantes;

- provocar uma modificação da atitude do aluno em relação ao processo de ensino-aprendizagem, isto é, a autoaprendizagem;
- consolidar o uso adequado da palavra oral e escrita, possibilitando melhor expressão na produção de textos escritos e orais pelos estudantes;
- proporcionar a interatividade entre docente e alunos neste processo de ensino-aprendizagem;
- aprimorar o apoio ao discente, oferecendo mecanismos de nivelamento aos alunos, tendo em vista as prioridades de cada curso e dificuldades de aprendizagem;
- contribuir para que os estudantes possam reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, desenvolver a expressão, a comunicação, os processos de negociação nas comunicações interpessoais ou intergrupais, operando com valores e formulações matemáticas;
- contribuir para que os estudantes possam realizar leituras, compreender e elaborar textos, atos e documentos, respectivos à área de seu curso, utilizando normas técnicas e a correta terminologia, desenvolvendo raciocínio, argumentação, persuasão e reflexão crítica, emitindo julgamentos no processo de tomada de decisão;
- contribuir para que os estudantes compreendam os princípios básicos da área de tecnologia da informação, bem como noções de matemática e formação humanística;
- contribuir para que os estudantes possam dominar o uso correto da Língua Portuguesa/estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos, bem como entender a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico e utilizar de forma produtiva os recursos de informática e dominar os conteúdos básicos e os métodos e técnicas pedagógicas do processo de ensino e aprendizagem;
- atualizar os conhecimentos necessários para o adequado acompanhamento dos cursos;
- recuperar as deficiências de formação dos alunos, por meio de métodos pedagógicos apropriados a cada conteúdo em foco;
- provocar mudanças e modificações em métodos de estudos e aprendizagens;
- proporcionar salto qualitativo aos alunos em relação aos conteúdos trabalhados nos diferentes projetos de nivelamento de acordo com a área de necessidade.

No curso de Direito os programas de nivelamento deverão contribuir para que os alunos egressos possam realizar leituras, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, utilizar normas técnico-jurídicas e a correta terminologia jurídica, desenvolver raciocínio jurídico, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica, emitindo julgamentos no processo de tomada de decisão.

3.8.3.5 Acompanhamento de egressos

O Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM tem como meta manter-se suficientemente qualificado para não frustrar os seus discentes, oferecendo formação adequada e condizente com as diretrizes pedagógicas.

Neste sentido, visando apoio aos egressos, o Núcleo de Orientação e Acompanhamento ao Egresso, tem como objetivo auxiliá-lo na busca de oportunidades junto ao mercado de trabalho, além da oferta de programas de educação continuada para aprofundamento de estudos, aperfeiçoamento, atualização e treinamento profissional.

Este núcleo está organizando o banco de dados para acompanhar a situação/colocação do egresso no mercado de trabalho, podendo assim analisar com mais propriedade a formação oferecida e o resultado alcançado.

As políticas que nortearão esta prática estão descritas conforme segue:

- colaborar para que os egressos sejam solucionadores de problemas na sua área de formação, propondo alternativas para os desafios que lhes forem apresentados;
- cuidar para que os egressos tenham condições de adaptar-se cotidianamente às mudanças globais, sobretudo, tecnológicas e relativas à atuação específica, demonstrando, também adaptabilidade;
- desenvolver o espírito empreendedor e a capacidade de colaborar para dinamização do setor econômico no qual estará inserido;
- exercer atividades e funções com ética e profissionalismo, respeitando as leis e as normas de conduta relativas a sua profissão;
- possibilitar a formação para que os egressos apresentem-se com clareza e sejam capazes de organizar idéias, estabelecer relações, interpretar dados e fatos e elaborar hipóteses;
- promover encontros e eventos de egressos, mantendo contato com o mercado de trabalho a fim de promover a aproximação do egresso.

3.8.3.6 Meios de divulgação de trabalhos e produções de alunos

O Centro Universitário Eurípides de Marília, tem clareza da importância da pesquisa como diferencial de qualidade de ensino. Assim, no mês de outubro de 1999, foi realizado o primeiro Seminário de Iniciação Científica (I-SIC). Desde então, todo ano, se realiza este evento com a participação direta de todos os cursos, além de palestras e minicursos, vários deles oferecidos alunos dos Cursos. Portanto, no SIC haverá oportunidade de divulgar os trabalhos e produções dos alunos. Soma-se a isso o incentivo da IES e do corpo docente para que os alunos divulguem os seus trabalhos em eventos da cidade e região, inclusive em outras cidades do Estado de São Paulo e outros estados.

Os alunos dispõem, além dos serviços eletrônicos (Internet/intranet) para divulgar seus trabalhos, de um jornal de notícias da Instituição, com edição mensal, no qual há oportunidades de divulgação dos trabalhos e logros realizados pelos alunos. Destaca-se também a existência de páginas na internet, onde há informações da produção científica, em especial, dos trabalhos de estágio, de conclusão de curso e daqueles relacionados com projetos de pesquisa. Conta ainda com espaço em jornais de circulação regional (Jornal da manhã e o Diário) nos quais podem apresentar suas ideias e desenvolvimentos.

3.8.3.7 Bolsas

Bolsas de estudo

O Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM destaca que o Plano Nacional de Ensino - PNE prevê como meta, em sua política de inclusão social, que 30% dos jovens, com idades entre 18 e 24 anos, deveriam estar matriculados no Ensino Superior, até o ano de 2011.

Observa-se que no Brasil esta meta ficou distante de ser atingida. No entanto, a Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, entidade Mantenedora, com a titulação de “Entidade Beneficente de Assistência Social” vem garantindo sua parcela de participação no alcance de um percentual, ainda que pequeno, de inclusão destes jovens, auxiliando assim no cumprimento da meta do Plano Nacional de Ensino.

Neste sentido, oferece Bolsas de Estudo para alunos com dificuldades financeiras, acreditando que a formação profissional por meio de cursos superiores é agente de transformação individual e coletivo. Com estas e outras iniciativas tem caminhado na direção de tornar-se reconhecida como importante social na Comunidade, permitindo assim potencializar o desempenho das políticas públicas, assegurando a intervenção agregadora e includente.

Para implementação do programa de bolsa, em março de 2003, a Instituição criou o Núcleo de Assistência Social – NAS com o objetivo de coordenar, planejar e executar a Política de Assistência Social da Entidade. Neste sentido, oferece condições de investir em Bolsas de Estudo para alunos com limitações financeiras, acreditando que a formação profissional por meio de cursos superiores são agentes de transformação individual e coletivo. Com este propósito a Instituição tem se caracterizado pela sua função social na comunidade, permitindo assim potencializar o desempenho de políticas, assegurando ações agregadora, totalizante e includente.

Na Instituição as Bolsas de Estudos não são cumulativas, devendo o aluno manter a pontualidade, obedecer aos critérios de renovação. Para tanto estes devem:

- protocolar o Requerimento de Bolsa de Estudos no NAS – Núcleo de Assistência Social ou no local competente de conformidade com a modalidade da bolsa requerida;
- comprovar estar apto a obter a Bolsa de Estudos em conformidade com a política institucional de bolsas de estudos;

- não apresentar dependência em qualquer disciplina;
- não estar inadimplente em mensalidades vencidas, acordos para pagamento de mensalidades atrasadas, ou débitos;
- apresentar boa conduta disciplinar na Instituição;
- observar os prazos específicos para cada modalidade considerando anuidade ou semestralidade do curso;
- apresentar a documentação solicitada, pois documentos incompletos implicam no indeferimento da solicitação.

O requerimento de Bolsa de Estudos é deferido ou não após a análise da documentação apresentada pelo aluno, verificação de sua vida acadêmica e de acordo com a disponibilidade financeira da Instituição. Assim, A Bolsa de Estudos é válida para um período letivo, se houver interesse na renovação da Bolsa, o aluno deverá efetuar novo requerimento a cada período letivo (semestre ou ano), conforme o curso.

São oferecidas as seguintes modalidades: Bolsa Filantropia, Bolsa ProUni – Universidade para Todos, Bolsa ProUni – FIES/Financiamento Estudantil, Desconto Incondicional ou Desconto Negociação, Bolsa Universidade ou Bolsa Escola da Família, Bolsa AVIN – Avaliação Integradora, Bolsa Funcionário, Bolsa Dependente de Funcionário/Instituidor, Bolsa Monitoria, Bolsa Capacidade Acadêmica, Bolsa CAPES/PROSUP, Bolsa Convênio, Desconto Pontualidade, Bolsa Parentesco ou Auxílio à Grupo Familiar, Desconto Disciplina, Desconto CREDUF, Desconto Pagamento Antecipado.

Todas estas iniciativas constituem o Programa de Bolsa de Estudos, promovendo o acesso e a permanência na perspectiva da inclusão social e democratização do Ensino, assegurando aos estudantes a igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas.

Neste sentido, contribui para a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, familiares, culturais, físicas e psicológicas dos estudantes e para a melhoria do desempenho acadêmico, buscando prevenir e minimizar a retenção, a reprovação e a evasão escolar.

A política de Bolsas de estudos da Instituição abrange todos os cursos oferecidos e obedece as seguintes diretrizes:

- estabelecer a igualdade de condições para acesso e permanência no programa de bolsas de estudos oferecidos pela Instituição;
- divulgar de forma direcionada o desenvolvimento integral dos estudantes;
- garantir a democratização e a qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- orientar de forma humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
- promover a defesa da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos;

- ampliar o pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central;
- integrar com as atividades fins da Instituição: Ensino, Pesquisa e Extensão, a política de inclusão social.

Bolsas de trabalho ou de administração

A instituição auxilia os alunos na obtenção de bolsa de trabalho em instituições e/ou empresas, públicas e privadas, em oportunidades em que os discentes realizam atividades relacionadas, direta ou indiretamente, com o curso.

O Curso mantém convênio para viabilizar o acesso dos alunos às bolsas trabalho, com a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), o Centro Integração Empresa-Escola (CIEE), o Ministério Público Estadual e Federal, Procuradoria da República SP, EMDURB, INSS, Banco do Brasil, CDHU, a empresa Dori Indústria e Comércio de produtos Alimentícios Ltda., a empresa distribuidora Castelo Enrijo Ltda., a Prefeitura Municipal de Marília.

A IES mantém, ainda, um programa de bolsas acadêmicas a qual auxilia o acadêmico nas suas pesquisas e no seu próprio curso, quando em monitoria ou atividades do Escritório de Assistência Jurídica.

3.9 ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

3.9.1 Participação efetiva dos alunos em programa/projetos de Iniciação Científica ou em práticas de investigação

As Coordenadorias de Trabalho de Curso e Iniciação Científica do Curso de Direito buscam garantir que os estudantes de graduação, potencialmente mais promissores, encontrem na pesquisa científica um instrumento de apoio teórico e metodológico adequado de auxílio para formação de uma nova mentalidade, possibilitando colocá-lo desde cedo em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa.

Os objetivos essenciais dessas específicas Coordenadorias são: despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante participação em projetos de pesquisa orientados por pesquisadores qualificados e/ou grupos de pesquisa experientes; possibilitar ao iniciante a aprendizagem de técnicas e métodos e o desenvolvimento do pensar e do criar, científicos; dar suporte ao aprimoramento do espírito crítico dos discentes.

Compete ainda às referidas Coordenadorias formar grupos integrados de pesquisa e grupos de estudos que reúnam professores e alunos na atividade de produção do conhecimento mediante o exercício da atividade científica

interdisciplinar e ainda, constituir grupos de pesquisadores, que envolvam alunos e, professores da instituição, capazes de produzir conhecimentos de maneira a torná-los instrumentos de transformação do cotidiano, vinculando o processo de pesquisa às atividades de extensão.

A divulgação das pesquisas realizadas pelos alunos tem sido feita, sempre que possível, por meio de anais.

3.9.2 Participação efetiva dos alunos em atividades de Extensão

Em linhas gerais, a Coordenadoria de Extensão do Curso de Direito do UNIVEM tem por objetivo desenvolver programas de auxílio à comunidade carente de Marília e região.

Estes programas abrem as portas de nossa IES com a finalidade de amparar grupos menos favorecidos e conscientizar nossos alunos da importância do envolvimento com as questões sociais.

Acreditamos que a preocupação com a comunidade, por meio de ações sociais relevantes, faz parte do processo de educação dos nossos alunos. Os programas de extensão contribuem muito para a formação dos alunos, futuros profissionais.

Os programas de extensão universitária são instrumentos de ensino que aprofundam o conhecimento jurídico e contribuem para a formação humanística do corpo discente.

São programas permanentes de extensão universitária desenvolvidos pelo Curso de Direito do UNIVEM:

1.Trote Solidário - Inserção dos discentes em atividades assistenciais para prestação de serviço voluntário de natureza assistencial - Sempre na primeira semana de cada ano letivo, com a finalidade de inserir o corpo discente em atividades voluntárias de natureza assistencial, cerca de 100 calouros do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides de Marília participam do trote solidário, promovido e organizado pela Coordenação do Núcleo de Extensão Universitária do Curso de Direito. Os alunos divididos em grupos visitam instituições da cidade. São entidades beneficiadas: Restaurante Infantil, Mansão Ismael, Casa do Caminho, Associação Filantrópica, dentre outras. No local os alunos colocam-se à disposição da direção destas casas para serviços que geralmente exigem a contratação de profissionais no mercado, gerando custos para a instituição assistencial.

2.Universidade na Terceira Idade – O curso de Direito todos os anos abre inscrições para participação no Projeto "Faculdade na Melhor Idade" integrante do Programa de Extensão Universitária "Universidade na Terceira Idade", pelo qual possibilita-se que pessoas acima de 50 anos de idade inscrevam-se para cursar qualquer uma das disciplinas da matriz curricular do Curso de Direito do UNIVEM. O estudante da Melhor Idade é acompanhado, durante o ano letivo, por um outro aluno regular da própria série em que está matriculado, que atua como uma espécie de monitor e facilitador do processo de aprendizagem.

3.PROATO – Em consonância com os objetivos do curso, o “Projeto Cidadania Proativa e Direito – PROATO, busca realçar a formação humanista do aluno e a sua percepção quanto à função transformadora do Direito, com a construção de canais formais e permanentes de interação entre o curso de Direito e a comunidade, dando ao Univem o espaço de relevância na cidade de Marília e região, ao mesmo tempo em que promove a integração acadêmica dos alunos, notadamente dos primeiros e segundos anos do curso. Implementa iniciativas que possibilitam os canais de interlocução entre a instancia acadêmica e a comunidade, promovendo a articulação com as organizações comunitárias e bem assim com instituições públicas e privadas.

4.Semana de Estudos Jurídicos do Curso de Direito – É promovida pelo Curso de Direito com a finalidade de oferecer aos alunos do curso a oportunidade de contato com juristas e pesquisadores, ressaltar a importância política e social das normas jurídicas, as exigências e os valores fundamentais da pessoa humana, conscientizando-o das prerrogativas e dos deveres dos servidores do Direito e enriquecer o currículo dos alunos do Curso de Direito. Há mais de trinta anos faz parte da tradição do Curso de Direito.

3.9.3 Participação efetiva dos alunos em Atividades Complementares

As Atividades Complementares têm por finalidade propiciar ao aluno a oportunidade de cumprir, na efetivação do currículo fixo previsto para o curso, atividades com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o seu conhecimento geral e jurídico, mediante práticas realizadas na própria Instituição ou externamente a ela. São traduzidas em mecanismos de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo aluno em atividades de monitoria, iniciação científica, estágios, extensão, participação em eventos científicos ou culturais, enfim, atividades que, realizadas dentro ou fora da Instituição, sejam comprovadas, posteriormente analisadas e validadas. Devem ser desenvolvidas em harmonia com as atividades oferecidas em sala de aula, integrando a proposta pedagógica do curso e significando mais aprendizado e maiores possibilidades de exercitar o conhecimento teórico desenvolvido.

3.9.4 Participação efetiva dos alunos em atividades articuladas com o setor produtivo e/ou com o setor de serviços

As atividades que permitem o Curso de Direito interagir externamente dizem respeito aos estágios. Um convênio firmado com a OAB Marília visa incentivar os escritórios de advocacia a adotarem um estagiário. Uma parceria com o CIEM – Centro de Incubadora de Empresas de Marília, do UNIVEM e o SEBRAE Marília visa equacionar com o Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito uma maneira de ampliar o quadro de estagiários trabalhando diretamente com as empresas incubadas, seja na área de serviços, indústria ou agrícola.

3.10 NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

O Núcleo de Prática Jurídica é responsável pelas atividades de prática processual jurídica e do estágio curricular supervisionado e profissional relacionadas às disciplinas de Estágio e Prática Processual que contemplam o eixo de formação prática e integram a carga horária de 320 horas.

Tais atividades buscam promover a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos de formação do aluno e consistem na participação do aluno em atividades de estágio profissional e estágio curricular supervisionado.

O Núcleo de Prática Jurídica tem sua estrutura formada pelo escritório de assistência judiciária, pelo núcleo de prática profissional e estágio, bem como pelas suas próprias instalações de coordenação, secretaria, cartório modelo, laboratório de aplicação prática, bem como os docentes vinculados às atividades de Estágio e Prática Processual.

Por meio do cartório modelo, os alunos realizam atividades práticas simuladas, tais como, a participação em processos simulados, em júri simulados, em laboratórios e oficinas. A realização de tais atividades favorecendo contato do aluno com os integrantes do processo e com os atos e procedimentos processuais realizados na esfera profissional das diversas carreiras jurídicas dos profissionais do Direito.

Ainda como componente curricular, o Núcleo de Prática Jurídica prevê a participação do aluno em audiências reais e em práticas simuladas voltadas à mediação, conciliação e arbitragem com o objetivo de ampliar o conhecimento dos alunos acerca das formas de resolução dos conflitos e favorecer a compreensão acerca das disposições sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, constantes da Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça.

As atividades buscam colocar o aluno em contato prático com as técnicas e ferramentas previstas como meios alternativos de solução de conflitos, contribuindo para que construam e exerçam habilidades mediadoras e conciliadoras.

O Núcleo de Prática Jurídica promove, também, a participação dos alunos em visitas orientadas para que percorram as instalações dos órgãos públicos, assistam julgamentos e tomem conhecimento da estrutura e das atividades judicantes dos órgãos jurisdicionais, bem como a participação em oficinas e laboratórios práticos voltados a desenvolver dinâmicas e práticas simuladas entre os alunos para a construção de técnicas e habilidades que envolvam o exercício das atividades profissionais nas diversas carreiras jurídicas, tais como, advogados, técnicos e analistas de tribunais, magistrados, delegados, defensores públicos, entre outras.

3.10.1. Do Escritório de Assistência Jurídica

Escritório de Assistência Jurídica é o responsável pelo atendimento jurídico à população carente de Marília, com a atuação de 02 (dois) advogados, secretária, e 15 (quinze) estagiários bolsistas. Conta com uma estrutura física formada pela área de mais de 200 (duzentos) metros quadrados, com sistema de ar condicionado, computadores conectados à internet e 4(quatro) salas para atendimento privativo.

Os trabalhos do Escritório de Assistência Jurídica são coordenados por um docente em regime integral de trabalho e um docente que atua como advogado no acompanhamento dos processos em andamento.

São realizados atendimentos, nas áreas Trabalhista, Previdenciária e Cível. O atendimento do Escritório de Assistência Jurídica ocorre de segunda à sexta-feira, das 13 às 17 horas.

3.10.2. Do Laboratório de Aplicação Prática – LAP

O Laboratório de Aplicação Prática LAP , inaugurado em 2012, é uma ferramenta de apoio acadêmico ao Núcleo de Prática Jurídica, que tem por objetivo realizar atividades de aprimoramento da atuação prática das atividades profissionais nas diversas carreiras jurídicas, proporcionando aos alunos o acesso e o debate de questões relacionadas às atualizações legislativas e jurisprudenciais, disponibilizando informativos organizados com as mais importantes decisões dos principais tribunais superiores.

Em atenção às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, a ferramenta promove atividades de Mediação, Conciliação e Arbitragem, com o objetivo de colocar o estudante em contato com os meios alternativos de solução de conflitos, em razão da importância que esses institutos vêm alcançando no Poder Judiciário, bem como às questões relacionadas ao Processo Judicial Eletrônico para que os estagiários possam aprender a trabalhar no ambiente virtual, além de disponibilizar provas de concursos públicos para as diversas carreiras jurídicas, bem como para Exame de Ordem, além da realização semestral de provas simuladas on-line.

O aluno tem acesso ao LAP por meio dos laboratórios de informática do Univem ou de qualquer outro local, por meio da internet, utilizando computadores, notebooks, tablets e celulares. Por meio da tecnologia e da plataforma moodle, o laboratório proporciona a interação e a troca de informações entre alunos, professores e tutores.

3.10.3 Do Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Supervisionado é um componente curricular que integra um conjunto de atividades que o estudante desenvolve em situações reais de vida e de trabalho, sob a supervisão de um docente. Esta prática propicia a aproximação com a realidade em que o egresso irá atuar, permitindo-lhe aplicar, ampliar e fazer revisões nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante sua vida acadêmica, contribuindo para sua aprendizagem profissional, social e cultural.

A realização efetiva do estágio como requisito curricular, permite aos alunos do Curso de Direito a integração com a realidade. Um convênio firmado com a OAB Marília visa incentivar os escritórios de advocacia a receberem estagiários.

Uma parceria com o Centro Incubador de Empresas de Marília e com o SEBRAE Marília, visa equacionar uma maneira de ampliar o quadro de estagiários trabalhando diretamente com as empresas incubadas. Com a mesma finalidade de encaminhamento de estagiários, o Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito tem firmado diversos convênios com os mais importantes órgãos públicos do Poder Judiciário de Marília e região, dentre eles os Fóruns Estaduais e Federais, a Procuradoria da República, Procuradoria Seccional da União e Procuradoria Seccional da Fazenda.

Além disso, o Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM oferece instrumental necessário para gerir e regulamentar todo o processo referente à atividade de Estágio de modo a constituir autonomia para utilizar, ou não, as chamadas agências de integração: suporte administrativo, centralização das informações, administração, organização e controle dos relatórios e avaliações sobre estágio, viabilização do relacionamento com as empresas, mediante negociação de convênio, contrato e outras parcerias.

A Instituição investe em um relacionamento produtivo com o mercado, permitindo aos estudantes o engajamento em posições nas organizações, de modo a potencializar o seu aprendizado. Para tanto, a regularização do Estágio Curricular é realizada por meio de acordo de cooperação assinado entre a Instituição e a Unidade Concedente de Estágio.

A avaliação do estudante realizada pelo professor tem como indicadores a efetiva dedicação de horas ao projeto, conforme definido na Proposta de Parceria para Estágio Curricular Obrigatório e a qualidade do produto final entregue à Unidade Concedente.

As atividades desenvolvidas são reconhecidas como Estágio Curricular, desde que se refiram a projetos efetivamente realizados e condizentes com a proposta pedagógica e o currículo do curso.

Considerando estas premissas, a Instituição definiu algumas diretrizes básicas da política de estágio, a saber:

- promover a integração entre teoria e prática, ou seja, a interação do estudante com a realidade da profissão e a complementação prática do aprendizado acadêmico;
- consolidar a formação profissional, pois a atividade de estágio contribui de forma prática e efetiva para a unidade concedente de estágio, e para a Instituição de Ensino, por colaborar com a efetividade da formação que ela oferece e, principalmente para o estudante, pela experiência adquirida;
- desenvolver o contínuo aperfeiçoamento, criando condições para o efetivo aprimoramento dos alunos nos Estágios, como parte da sua formação profissional considerando que todo e qualquer estágio é uma atividade curricular, com caráter pedagógico, pressupondo, portanto, sua integração ao processo curricular.

Nesta ótica, o Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM considera que o Estágio Curricular é um espaço privilegiado para a integração das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Além disso, a experiência vivenciada pelo estagiário se constitui objeto de estudo, análise e reflexão, transformando-se em temas ou problemas a serem trabalhados em outras atividades acadêmicas, como por exemplo, a Iniciação Científica e o Trabalho de Conclusão do Curso.

3.10.4 Do Estágio Profissional

O Estágio profissional integra o rol de atividades complementares e é desenvolvido em órgãos públicos ou privados conveniados, supervisionados pela Instituição de Ensino, mediante: a) termo de compromisso de estágio; b) fiscalização das partes concedentes, quanto às instalações físicas e outros exigências previstas na legislação de estágio, tais como pagamento de bolsa, auxílio transporte e de seguro obrigatório; c) relatórios periódicos; d) reconhecimento das horas desenvolvidas como atividades complementares.

Neste sentido o Estágio Profissional integra o conjunto de atividades do Núcleo de Prática Jurídica que o estudante pode desenvolver em situações reais de vida e de trabalho. Esta prática propicia a aproximação com a realidade em que o egresso irá atuar, permitindo-lhe aplicar, ampliar e fazer revisões nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante sua vida acadêmica, contribuindo para sua aprendizagem profissional, social e cultural.

Nesta ótica, o Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM considera que o Estágio constitui-se num espaço privilegiado para a integração das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Além disso, a experiência vivenciada pelo estagiário se constitui objeto de estudo, análise e reflexão, transformando-se em temas ou problemas a serem trabalhados em outras atividades acadêmicas, como por exemplo, o Trabalho de Conclusão do Curso.

O Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM oferece instrumental necessário para incentivar a atividade de Estágio de modo a constituir autonomia para utilizar, ou não, as chamadas agências de integração: suporte administrativo, centralização das informações, administração, organização e controle dos relatórios. A Instituição investe em um relacionamento produtivo com o mercado, permitindo aos estudantes o engajamento em posições nas organizações, de modo a potencializar o seu aprendizado.

3.10.5 Mecanismos de acompanhamento

O acompanhamento das atividades é feito por meio da orientação docente e por meio de sistema informatizado, desenvolvido pelo Departamento de Processamento de dados da própria IES, bem como pela compilação das atividades desenvolvidas pelos alunos, em pastas individuais mantidas pelo Núcleo de Prática Jurídica. O aluno deve apresentar relatórios das atividades

desenvolvidas, os quais, devem ser analisados pelo docente responsável e, ao final de cada semestre, são avaliados pelo Núcleo de Prática Jurídica, que atribuirá a carga horária adequada à respectiva atividade.

3.10.6 Relação aluno/professor

A Coordenação do Curso, juntamente com a coordenação do Núcleo de Prática Jurídica, tem se preocupado no sentido de que possa ter uma boa proporção na relação entre professor orientador e aluno, proporcionando uma aprendizagem adequada, em especial pela oferta de vagas de estágio no Escritório de Assistência Judiciária mantido pelo próprio Curso de Direito em espaço próprio dentro da IES.

3.10.7 Participação em atividades reais conveniadas

Vale consignar que a participação dos alunos em atividades jurídicas reais dá-se, além da já mencionada concessão de estágios em escritórios de advocacia, também nas diversas procuradorias municipal, estadual e federal. Somam-se ainda, convênios com os diferentes órgãos da administração pública, tais como delegacias de polícia, órgãos do Ministério Público Estadual e Federal, com o Judiciário Estadual e Federal, Instituto Nacional de Seguro Social e congêneres.

3.11 TRABALHO DE CURSO (TC)

O Curso de Direito, em consonância com os seus objetivos, o perfil do egresso e as Diretrizes Curriculares, parte do princípio de que a atividade de pesquisa é imprescindível à formação de seus bacharéis, pelas diferentes habilidades e competências que ajuda a desenvolver, entendendo que, pela pesquisa (atividade racional, metódica e sistemática, que busca respostas para certos problemas), o egresso terá uma visão mais sólida e mais abrangente da realidade em que se encontra inserido e dos conhecimentos das diferentes áreas que compõem o Curso.

Sendo assim, o TCC em Direito é uma atividade acadêmica obrigatória oferecida pelo UNIVEM, em consonância com a resolução nº 9 de Setembro de 2004, emitida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Câmara de Educação Superior (CES), Art. 10, que assim se manifesta: “O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório, desenvolvido individualmente, com conteúdo a ser fixado pelas instituições de Educação Superior em função de seus Projetos Pedagógicos”.

De acordo com a legislação mencionada, o desenvolvimento do TCC fica amparado por regulamento próprio, contendo seus desdobramentos operacionais, aprovado por conselho competente. Ainda conforme as Diretrizes Curriculares do

Curso de Direito e o Parecer 211/2004, esse Trabalho pode ser feito nas seguintes modalidades: monografia; projeto de atividades centradas em determinadas áreas teóricas/práticas ou de formação profissional do curso (estágios, programa Escola da Família); apresentação de trabalhos sobre desempenho do aluno no curso, que reúna e consolide as experiências em atividades acadêmico-científica-culturais (ou atividades complementares), teóricas ou práticas.

Vale ressaltar que independentemente da modalidade escolhida, por decisão do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Conselho de Curso, o TCC também pode ser apresentado em forma de artigo científico.

Destaca-se, ainda, que esta modalidade só será aceita mediante publicação em revistas indexadas e com classificação Qualis (A e B), como consta de regulamentação aprovado pelo Conselho de Curso.

Quanto aos objetivos, além do estímulo à pesquisa e à construção do saber científico, o TCC pretende oportunizar a ampliação, interpretação, problematização, sistematização e divulgação do saber jurídico, relativos a temas e hipóteses percebidas e elaboradas a partir de experiências realizadas em sala de aula, na vida social e profissional.

Para isso, o TCC, além de acontecer com o acompanhamento de um professor orientador pertencente à Instituição, tem o apoio da Biblioteca da IES, que propicia condições adequadas de pesquisa, apoiando, para além do acervo, com serviços que facilitam o acesso dos alunos a informações de outras bibliotecas, inclusive com pesquisas via Internet.

Ademais, para a execução do seu Trabalho, o discente é amparado com toda a estrutura e logística da Coordenação de TCC, que, por sua vez, é auxiliada pelo pessoal do Apoio Acadêmico e do Núcleo de Trabalho de Curso (NTC), que acompanham e encaminham as tarefas necessárias à execução do trabalho, sobretudo a manutenção do arquivo individual dos alunos, com informações a respeito do andamento das suas atividades, desde a apresentação do projeto até a conclusão da pesquisa.

Em síntese, o TCC do Curso de Direito do UNIVEM e seus desdobramentos operacionais encontram-se delineados em regulamento próprio que prevê, dentre outros aspectos, os critérios para escolha de tema e de orientador, para acompanhamento de frequência e produção; critérios para composição das bancas examinadoras, avaliação e aprovação; enfim, todas as obrigações daqueles que se encontram diretamente envolvidos.

3.11.1 Relação aluno/professor na orientação de trabalho de conclusão de curso

A orientação expressa regulamentada pelo Regimento de Trabalho de Curso, no tocante à relação aluno/professor em orientação de TC, prevê o máximo de orientação por professor de 11 alunos. Considerando que os professores do Mestrado em Direito também orientam alunos da graduação, a

relação efetiva aluno/professor tem se mantido dentro do limite máximo estipulado.

3.11.2 Relação de área de especialização docente para orientação de trabalho de curso

Na tabela a seguir estão apresentados os diferentes professores orientadores de Trabalho de Conclusão de Curso (mestres e doutores) e suas respectivas áreas de orientação. Estas podem ser desdobradas em diversas temáticas de pesquisa, que devem ser escolhidas em função da afinidade, interesse e relevância, fatores favoráveis ao êxito dos trabalhos desenvolvidos.

ORIENTADORES (AS)	ÁREAS DE ORIENTAÇÃO
Adriano de Oliveira Martins	Contratos Mercantis - Direito Empresarial - Direito do Consumidor.
Alexandre Sormani	Direito Processual Civil – Direito Constitucional - Direito Administrativo.
Aline Storer	Direito Civil - Processual Civil.
Álvaro Telles Junior	Direito Processual do Trabalho – Direito do Trabalho - Direito Civil.
Andreia Antico Soares	Direito Previdenciário - Direito Processual do Trabalho.
Carlos Ricardo Fracasso	Ciências Políticas - Teoria do Estado - Direito Penal - Direito Processual Penal.
César Augusto	Direito Civil - Direito Processual Civil - Direito Processual Penal - Direitos Humanos.
Clarissa Chagas Monassa	Direito Internacional - Direitos Humanos - Sociologia Jurídica - Antropologia e Sociologia - Direitos Fundamentais.
Daniela Ramos Marinho Gomes	Economia Política - Direito Econômico - Contratos Mercantis - Direito Tributário - Direito Societário.
Edinilson Donisete Machado	Direito Constitucional
Gilson Cesar Augusto da Silva	Direito penal - Direito Processual Penal -Direito do Consumidor - Direito Ambiental - Direitos Difusos e Coletivos.

Iara Rodrigues de Toledo	Direito de família
Jairo José Gênova	Direito Penal - Direito Processual Penal - Direitos Fundamentais.
José Eduardo L. dos Santos	Hermenêutica Jurídica – Criminologia - Biodireito - Direito Penal e Processual Penal - Direitos Humanos e Fundamentais - Internet e Informática Jurídica.
Lafayette Pozzoli	Filosofia Jurídica – Direitos Humanos – Ensino Jurídico – Direito Constitucional.
Luis Fernando Quinteiro de Souza	Direito Administrativo.
Luciano Henrique Diniz Ramires	Direito Civil - Direito Processual Civil.
Luiz Henrique Barbante Franze	Direito Constitucional – Direito Processual Civil.
Luis Vieira Carlo Junior	Direito Civil - Processo Civil - Direito do Consumidor.
Marcelo Rodrigues da Silva	Direito Administrativo - Direito Previdenciário - Contrato Administrativo - Direito Constitucional.
Marco Antonio Alves Miguel	Direito Penal Militar - Direito Processual Penal Militar - Direito Administrativo - Legislação Penal Especial - Direitos Humanos.
Marco Antonio de Macedo Marçal	Direito do Trabalho
Mário Furlaneto Neto	Direito Penal - Direito Processual Penal - Internet e Informática Jurídica.
Nelson Finotti Silva	Direito Processual Civil
Otávio Augusto Custódio de Lima	Direito do Trabalho - Direito Processual do Trabalho - Direito Previdenciário.
Raquel Cristina Ferraroni Sanches	Educação Jurídica – Práticas pedagógicas
Ricardo Pinha Alonso	Processo Civil - Direito Processual Constitucional - Direito Ambiental - Direito Tributário - Contratos Administrativos - Direitos Fundamentais e Sociais.
Roberto da Freiria Estevão	Filosofia Jurídica – Direito Penal - Direito Processual Penal - Direitos Humanos - História do Direito – Introdução ao Estudo do Direito – Educação Jurídica.
Tayon Soffener Barlanga	Ética Geral e Profissional - Direito Civil - Direito do Consumidor - Direito Processual Penal - Contratos Mercantis - Direito Processual Civil.

Teófilo Marcelo Arêa Leão	Direito Civil – Biodireito - Direito Constitucional - Direito Processual Civil - Direito do Consumidor - Direitos Humanos - ECA.
Vivianne Rigoldi	Direito Constitucional - Direitos Humanos – Sociologia Jurídica.

4.1.FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL**4.1.1.RELAÇÃO NOMINAL DO CORPO DOCENTE**

Docente	Regime de Trabalho	Grau de titulação
1-Adriano de Oliveira Martins	Horista Direito de Empresa	Mestrado
2-Alexandre Sormani	Horista Direito Processual Civil	Mestrado
3-Aline Storer	Horista Direito Civil	Mestrado
4-Alvaro Telles Junior	Parcial Estágio e Prática de Proc. Civil	Mestrado
5-Andrea Antico Soares	Parcial Direito Proc do Trabalho e Estágio e Prática Trabalhista	Mestrado
6-Bassam Saad Abou Mourad	Horista Psicologia Forense	Especialização
7-Bianca Pereira Rodrigues Yonemotu	Horista Libras	Especialização
8-Carlos Ricardo Fracasso	Parcial Ciência Política, Teorias do Estado e Estagio e Prática Processo Penal	Mestrado
9-César Augusto Leonardo	Horista Direito Civil	Mestrado
10-Clarissa Chagas Sanches Monassa	Horista Sociologia Jurídica Direito Internacional	Mestrado

D. Internacional dos Direitos Humanos
Antropologia e Sociologia Geral

11- Daniela Ferrreira Dias Batista	Horista Direitos Difusos e Coletivos	Mestrado
12-Daniela Ramos Marinho Gomes	Parcial Direito Econômico Economia Política	Mestrado
13-Edinilson Donisete Machado	Integral Direito Constitucional	Doutorado
14-Gilson Cesar Augusto da Silva	Horista Direito Penal Direito do Consumidor	Mestrado
15-Iara Rodrigues de Toledo	Integral Orientação em IC, TC Atividades Complementares	Doutorado
16-Jairo José Gênova	Integral Direito Processual Penal	Doutorado
17-Jose Eduardo Lourenço dos Santos	Integral Biodireito Teoria do Crime Teoria da Pena e Criminologia	Doutorado
18-José Ribeiro Leite	Integral Metodologia Científica	Mestrado
19-Lafayette Pozzoli	Integral Orientação em IC e TC Atividades Complementares	Pós-doutorado
20-Luciano Henrique Diniz Ramires	Integral Direito Processual Civil Conciliação, Mediação e Arbitragem	Mestrado
21-Luis Fernando Quinteiro	Horista Direito Administrativo	Mestrado
22-Luis Henrique Barbante Franzé	Integral	Doutorado

	Orientação em IC, TC	
	Atividades Complementares€	
23-Luis Vieira Carlos Junior	Integral	Mestrado
	Direito Civil	
	Estágio e Prática Processo Civil	
24-Marcelo Rodrigues da Silva	Horista	Mestrado
	Direito Previdenciário	
25-Marco Antonio Alves Miguel	Horista	Mestrado
	Legislação Penal	
	Processual Penal Especial	
26-Marco Antonio de Macedo Marçal	Parcial	Mestrado
	Direito do Trabalho	
27-Mario Coraini Junior	Horista	Especialização
	Direito Tributário	
	Ciência das Finanças e Direito Financeiro	
28-Mario Furlaneto Neto	Integral	Doutorado
	Direito Processual Penal	
29-Melissa Cabrine Morgato	Horista	mestre
	Biodireito e Bioética	
30-Nelson Finotti Silva	Integral	Doutorado
	Orientação em IC, TC	
	Atividades Complementares	
31-Otavio A Custódio de Lima	Horista	Mestrado
	Atividades Complementares	
	Direito do Trabalho	
32-Raquel Cristina Ferraroni Sanches	Integral	Doutorado
	Orientação em IC, TC	
	Atividades Complementares	
33-Ricardo Pinha Alonso	Integral	Doutorado
	Estágio e Prática Proc. Civil	
	D. Processual Constitucional	
	Direito Ambiental	
34-Roberto da Freiria Estevao	Horista	Mestrado
	Introdução ao Estudo do Direito	

35- Sandra Regina V. dos Santos	Filosofia Jurídica Horista Português Instrumental	Mestre
36-Tayon Soffener Berlanga	Horista Ética Geral e Profissional	Mestrado
37-Teófilo Marcelo de Arêa Leão Junior	Integral Direito Civil	Doutorado
38-Vivianne Rigoldi	Integral Direito Constitucional	Mestrado

4.1.2 TITULAÇÃO

TITULAÇÃO	POR TITULAÇÃO		SEGUNDO A ÁREA			
	Nº.	(%)	(na matéria das disciplinas que ministra)			
			NA ÁREA		EM OUTRAS ÁREAS	
			Nº.	(%)	Nº.	(%)
DOUTOR	11	30,0	11	30,0		0,0
MESTRE	24	61,0	24	61,0		0,0
ESPECIALISTA	3	9,0	3	9,0		0,0
GRADUADO	0	0,0	0	0,0		0,0
TOTAL	38	100,0	38	100,0		0,0

4.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO

4.2.1 REGIME DE TRABALHO

REGIME DE TRABALHO		
TIPO	Nº.	(%)
TEMPO INTEGRAL	14	38,9
TEMPO PARCIAL	5	13,2
HORISTA	19	50,0
TOTAL	38	100,0

4.2.2 POLÍTICA E PLANO DE CARREIRA

4.2.2.1 Critérios de admissão e de progressão na carreira

Numa perspectiva sociológica, o corpo docente de uma Instituição constitui-se num grupo de profissionais que desenvolve o saber especializado, aliado a práticas específicas que o estudante necessita dominar. Este é adquirido por meio de uma formação profissional estruturada, ou seja, o curso. Desta forma, o corpo docente promove orientação, testemunho, práticas e responsabilidades que surgem no exercício da profissão.

Como todos os grupos profissionais, o corpo docente de uma Instituição possui duas especificidades principais: **acadêmicas**, ou seja, os saberes e o saber-fazer que são objeto de uma transmissão ou transferência de conhecimento e **pedagógicas**, traduzidas pelas metodologias e técnicas que utiliza para o exercício da sua atividade profissional.

Destaca-se que no panorama complexo atual emerge um modelo de professores como práticos e reflexivos, os quais envolvidos num processo de construção e desconstrução de saberes vão elaborando a sua própria concepção de profissão e das boas práticas.

Neste sentido, o Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM acredita que o professor de hoje é, natural e assumidamente, um aprendiz, pois vive num tempo e num espaço social de permanente reconfiguração de suas concepções de ensino, de aprendizagem e de cúmplice socialização, respondendo com a experiência necessária para que a sua atuação seja condignamente repensada.

O Estatuto da Instituição estabelece que o corpo docente é constituído por todos os professores dos diversos cursos oferecidos, contratados pela Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, na forma do respectivo documento e do Plano de Carreira Docente, no qual contempla a frequência, os critérios de promoção, o regime disciplinar, a forma de contratação e os regimes de trabalho e demais atribuições e competências dos professores.

O Plano de Carreira Docente da Instituição regula as condições de trabalho, direitos, vantagens, bem como os deveres e responsabilidades dos membros integrantes do quadro de pessoal docente. As relações de trabalho são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, pelas demais legislações pertinentes, sobretudo, pelos acordos ou convenções coletivas de trabalho da classe relativas à base territorial.

A seleção de candidatos é feita com observância dos critérios estabelecidos no Estatuto e Plano de Carreira do Centro Universitário, mediante aceitação pelo contratado, dos termos da Política de Recursos Humanos da Instituição. O professor contratado é enquadrado de acordo com a nomenclatura e salário da vaga disponível, determinados pelo Plano de Carreira Docente.

Os professores do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM têm as seguintes atribuições:

- participar da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso;
- elaborar e entregar, anualmente ou semestralmente, seu Programa Individual de Trabalho, onde indicará as atividades a serem desenvolvidas no ano ou semestre seguinte e o respectivo horário colocado à disposição da Instituição;
- elaborar, rever e reformular o Plano de Ensino, de Pesquisa e de Extensão das disciplinas ou atividades pelas quais é responsável;
- supervisionar e coordenar a execução das atividades sob sua responsabilidade;

- adotar medidas que signifiquem aprimoramento e melhoria das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- ministrar aulas, considerando a necessária articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- elaborar e apresentar projetos de Pesquisa e Extensão integrados aos programas de ensino na graduação ou pós-graduação;
- exercer outras atribuições, inerentes a suas competências ou determinadas pelos órgãos colegiados ou superiores, no âmbito de sua atuação;
- zelar pelo desempenho discente, contribuindo para o constante aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem;
- manter e zelar pela disciplina do corpo discente, no exercício de suas funções.

4.2.2.2 Sistema permanente de avaliação dos docentes

Para o Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM, o processo de avaliação aponta para um balanço que possibilita identificar os rumos e os valores a serem perseguidos, além de estimular o aprimoramento das atividades e evitar a descaracterização dos objetivos e das finalidades a que se propõe.

Desta forma, a busca de qualidade é um processo contínuo e aberto, diante do qual todos os setores e as pessoas que os compõem participam do repensar dos objetivos, dos modos de atuação e dos resultados de sua atividade em busca da melhoria da Instituição.

No âmbito dos cursos é imperativo que a Avaliação Institucional tenha como referência de qualidade, a articulação com o projeto político pedagógico da Instituição que, por sua vez, seja relevante para a sociedade, e que tenha sentido ético, político, científico e técnico para os alunos, professores, funcionários e dirigentes. Dadas essas características, a avaliação é um processo indispensável do projeto pedagógico, pois coloca em evidência o compromisso do ensino com a construção da cidadania.

E, nessa perspectiva, se a avaliação permite verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos, ela permite também, indiretamente, determinar a qualidade do processo de implementação e articulação com o projeto político-pedagógico, pois, envolve diretamente a relação do docente e suas práticas pedagógicas.

Tendo como premissa que a avaliação docente é voltada para a qualidade, estabelece completo sigilo de dados individuais e deve gerar respostas à comunidade acadêmica, em termos de melhoria do desempenho docente, têm sido aplicadas avaliações no sentido de buscar subsídios para uma análise crítica e à busca de soluções para os problemas detectados.

Os resultados individuais são de conhecimento do professor, da reitoria e das coordenações de cursos e precisam ser analisados com vistas à busca de

soluções para os fatores críticos, sejam elas de iniciativa do próprio docente ou da instituição.

A avaliação dos docentes é realizada periodicamente por diferentes métodos e instrumentos, entre os quais:

- a) Acompanhamento da execução do Plano de Ensino;
- b) Coleta de opinião de alunos e dirigentes, por meio de aplicação periódica de questionários;
- c) Autoavaliação, momento em que o próprio professor realiza reflexões sobre sua atuação docente, mediante instrumento especificamente direcionado à mensuração do seu desempenho.

A avaliação docente, contextualizada, entendida como exigência para a renovação constante do fazer universitário, no sentido de garantir padrões de qualidade, constitui-se, desde 1999, em uma prática permanente na Instituição, condição imprescindível, para a manutenção do seu nível de qualificação, e alcance de um grau de transparência que lhe assegure a credibilidade da sociedade.

4.2.2.3 Ações de Capacitação

A Instituição possibilita aos seus docentes, oportunidades de aperfeiçoamento contínuo, nos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e, com a finalidade de promover a atualização tecnológica e aperfeiçoamento constante para o corpo docente, foram definidas as seguintes diretrizes:

- estabelecer parcerias e integração com outras instituições, públicas ou privadas, incentivando os professores a fazerem parte de comissões, grupos de trabalho ou qualquer outra forma de vida associativo-científica promovida por essas instituições;
- possibilitar a participação dos docentes em congressos, simpósios, conferências e seminários organizados pelas associações de classe, bem como, outros congressos de grande importância regional e/ou nacional, possibilitando com isto: uma atualização tecnológica, uma divulgação dos trabalhos realizados neste curso e o conhecimento de outras pesquisas que estão sendo desenvolvidas nas diversas áreas da educação;
- incentivar o intercâmbio de experiências e pesquisas entre os docentes desta instituição com docentes de outras instituições nacionais e estrangeiras;
- promover a pontuação para efeitos de ascensão de nível no Plano de Carreira a autoria de livros, trabalhos publicados em anais de congresso ou periódico credenciado, relatórios de pesquisas publicados por instituições conceituadas e trabalhos de natureza técnica ou profissional, sem caráter rotineiro;

- possibilitar aos docentes a continuidade de seus estudos, em nível de mestrado ou doutorado, mediante contrato específico que beneficie ambas as partes.

4.2.2.4 Plano de Cargos e Salários

Para fins de ascensão a uma categoria mais elevada, o critério é a titulação do professor, e o enquadramento é promovido na existência de vaga, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e com a aprovação da Reitoria, considerando o contido no Plano de Carreira Docente. Já o acesso de um nível para outro se dá por titulação, mérito, produtividade, produção científica do docente, conforme regulamentação do Plano de Carreira Docente.

O Plano de Carreira destaca que a idoneidade profissional, a capacidade didática, a integridade moral e a boa conduta são condições fundamentais para o ingresso e a permanência do corpo docente da Instituição e que a admissão como professor, cumpridas as normas regimentais, faz-se mediante contrato de trabalho celebrado entre o professor e a Mantenedora, sendo que a proposta de contratação de professor é do Pró-Reitor Acadêmico, por indicação do Conselho de Curso, devendo ser aprovada pelo Reitor, após parecer do Pró-Reitor Administrativo. Na Instituição a carreira do pessoal docente é constituída por **quatro categorias**, com **três níveis cada uma delas**, sendo:

- Professor Doutor – Níveis A, B e C;
- Professor Mestre – Níveis A, B e C;
- Professor Especialista – Níveis A, B e C;
- Professor Graduado – Níveis A, B e C.
- Constituem-se como requisitos mínimos para ingresso no quadro de pessoal docente, o que segue:
- **Professor Doutor:** ser portador do título de Doutor na área ou em área relacionada àquela em que irá atuar;
- **Professor Mestre:** ser portador do título de Mestre na área ou em área relacionada àquela que irá atuar;
- **Professor Especialista:** ser portador do título de pós-graduação, em nível de especialização, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas, na área ou em área relacionada àquela em que irá atuar;
- **Professor Graduado:** ser portador do título de Graduação, com experiência profissional, produção científica ou trabalhos publicados. A admissão de Professor Graduado, sempre em caráter excepcional, só será permitida quando não for possível selecionar docente com titulação em cursos e programas de pós-graduação.

O corpo docente da Instituição está sujeito à prestação de serviços semanais, obedecidas as normas estabelecidas, dentro dos seguintes regimes:

- tempo integral, com jornada de trabalho de quarenta horas semanais, devendo o professor assumir tarefas em sala de aula, que requeiram, no máximo, cinqüenta por cento do tempo contratual;
- tempo parcial, de doze, dezoito, vinte e quatro e de trintas horas semanais de trabalho, devendo o professor assumir tarefas que requeiram, no máximo, setenta e cinco por cento do tempo contratual em sala de aula;
- regime especial, para contratação de professor por hora-aula ou hora-atividade semanal.

As horas de trabalho não utilizadas como atividade didática são distribuídas entre: preparo de aulas, assistência aos alunos, preparação e correção de provas e exames, pesquisa, orientação ou supervisão de atividades de Iniciação Científica, de estágios, de Trabalhos de Conclusão de Curso, de monitoria ou extensão, orientação de monografias na pós-graduação *lato sensu*, orientação de dissertações, funções administrativas, reuniões em órgãos colegiados ou trabalhos práticos.

4.2.3 ESTÍMULOS PROFISSIONAIS

4.2.3.1 Apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural

O apoio à produção científica, técnica, pedagógica ou cultural estão alicerçados na Política Institucional de Pesquisa, Extensão e Iniciação Científica. Consta do Projeto Político-pedagógico institucional do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, acredita que o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica é um valioso instrumento pedagógico e social para a consecução dos objetivos educacionais da Instituição. Assim, a investigação do desconhecido ajuda a formar uma mente organizada no método científico, na análise crítica frente a novos desafios e na proposição e verificação experimental de hipóteses de trabalho a serem testadas de forma sistemática.

Dessa forma, para incentivar ainda mais o espírito analítico-crítico, a inovação de soluções, a engenhosidade e o empreendedorismo, entre outras, a instituição procura estimular a produção científica, técnica, pedagógica e cultural. O estímulo geralmente dá-se em termos de liberação do docente sem prejuízos de vencimentos, disponibilização de equipamentos, laboratórios e, se possível, funcionários para auxílio em atividades desta natureza. Quando possível, auxílios financeiros são disponibilizados para participação nessas atividades.

Por outro lado, o participar em Pesquisas que representam avanços significativos do conhecimento humano ou melhorias tecnológicas importantes para a qualidade de vida do cidadão, contribui para o desenvolvimento de um sentimento participativo do estudante para com sua comunidade.

A Instituição define, portanto, políticas que priorizam o desenvolvimento da Pesquisa, Iniciação Científica e outros estudos nas áreas de conhecimento dos cursos que oferece, e conseqüentemente, de produção científica, técnica, pedagógica e cultural flui com mais propriedade e adequação, pois tais produções objetivam:

- promover o avanço do conhecimento científico;
- promover a inovação tecnológica;
- disseminar intercâmbio e divulgação científica e tecnológica;
- contribuir para formação de recursos humanos para atuarem na região;
- produzir conhecimento e ampliação de fronteiras científicas e tecnológicas;
- incrementar a produção científica nos cursos da Instituição e a participação de docentes nas diferentes áreas de produção.

4.2.3.2 Apoio à participação em eventos.

O Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, enfatizando o Ensino de qualidade, valoriza a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, via intercâmbios com outras instituições e indivíduos envolvidos em diversas atividades acadêmicas. Desta forma, tem organizado diversos eventos, como simpósios e seminários, no qual os professores participam, bem como viabiliza apoio institucional para os docentes participarem de eventos externos.

A Instituição tem, como prioridade, o incentivo à participação de docentes em congressos, com apresentação de trabalhos nas áreas do conhecimento em que tem graduação ou pós-graduação. Entre os resultados esperados estão: incentivo à Pesquisa de boa qualidade; incremento da produção científica; premiação dos melhores trabalhos, aumentando sua competitividade interna e externa; reconhecimento nacional e internacional da qualidade da Pesquisa realizada.

Para tanto foram estabelecidas as seguintes diretrizes políticas:

- concessão de auxílio para que os professores participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou área afim;
- ausência, sem perda do vínculo empregatício, para participação em programas, externos ou internos, de pós-graduação e de treinamento profissional;
- estímulo e apoio à produção científica por meio de publicações dos trabalhos em revistas ou livros editados pela própria Instituição, mediante aprovação prévia pelo Conselho Universitário, na formas regimentais;
- financiamento de programas de pós-graduação, graduação e treinamento profissional com recursos próprios da Instituição e por recursos alocados por terceiros;

- destinação de recursos suficientes para a execução dos planos de capacitação nos orçamentos da Instituição.

Participação em eventos técnico-científicos

Está diretamente relacionada ao desenvolvimento da pesquisa realizada no âmbito da Instituição. A participação em eventos técnico-científicos se dar sob a forma de auxílio financeiro e/ou suporte institucional, fomentando e apoiando a participação dos docentes em eventos científicos, principalmente para apresentação de trabalhos. Este conhecimento é socializado e discutido promovendo reflexos positivos e necessários nas práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da Instituição.

4.2.3.3 Incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes

O corpo docente do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM apresenta formação em diferentes áreas de conhecimento, entretanto, alguns não trazem em seu currículo a formação pedagógica, uma vez que derivam, em especial, das áreas do Direito, da Administração e da Ciência da Computação, evidenciando necessidade de formação no campo pedagógico relevante para a prática docente.

Somado a esse fator, a realidade educacional aponta para a necessidade de formação continuada em serviço, que contribua para a formação do professor reflexivo, pesquisador e sensível à construção de uma nova cultura profissional, ou seja, uma formação que possibilite ao professor o crescimento tanto pessoal quanto intelectual e a melhoria do trabalho, a ponto de torná-lo mais competente na ação.

O desenvolvimento tecnológico que vive a sociedade brasileira afeta diretamente a produção e divulgação do conhecimento e a revisão das carreiras profissionais. Nesse cenário, o professor tem sido um dos atores principais das decisões universitárias e, desse modo, é transformado em objeto de estudos e pesquisas que ultrapassem a descrição de suas qualidades desejáveis. Tem se revelado de fundamental importância entendê-lo enquanto sujeito histórico, revelador de um contexto e engajado, ou não, com o projeto político da instituição em que está inserido.

A Instituição ao implantar o Núcleo de Assessoria Didático-pedagógico aos docentes, definiu um importante instrumento, pois ao aprimorar o sujeito da ação docente, ou seja, o professor, possibilita que aqueles que são a finalidade principal do ensino, os alunos, e por extensão o próprio sistema de ensino, sejam beneficiados com uma educação de qualidade.

Nesta ótica, o papel do professor não pode ser reduzido ao de reprodutor de informações, uma vez que as novas informações surpreendem a vida dos alunos constantemente. O conhecimento, na figura de seu interlocutor, o professor, necessita abrir diálogo com outras fontes de produção de

conhecimento e pesquisa. Alunos e docentes devem ser parceiros e compartilhar os conhecimentos.

Assim a formação docente é entendida como um processo abrangente que se efetiva desde a formação inicial e se estende por todo o exercício da profissão. É por meio da ousadia de experimentar o novo e da disposição em enfrentar o desconhecido que o profissional estará construindo a sua competência pedagógica.

Por outro lado, a responsabilidade da formação docente em serviço não pode ser atribuída somente às instituições, devendo o mesmo buscar o aprimoramento por meio de cursos de formação, manifestando interesse em adquirir conhecimentos e propondo-se a vivenciá-los, de modo que estes passem a integrar sua história de profissional atuante que não somente recebe passivamente informações, mas que, após sobre elas refletir, acrescenta-lhes sua contribuição. Para isso, discute que os docentes de nível superior necessitam de domínio na área pedagógica, principalmente de quatro grandes eixos:

- o processo ensino-aprendizagem;
- o professor como conceptor e gestor do currículo;
- a relação professor-aluno e aluno-aluno no processo de aprendizagem;
- o domínio da tecnologia educacional.

A Instituição ao fomentar um Programa de Capacitação Docente, tem como objetivo maior proporcionar a seus professores oportunidades de adquirir conhecimentos e informações e, como consequência dessa postura, edificar os pilares da qualidade de ensino superior. Decorrentes desse, outros objetivos são apontados na busca constante da qualificação do quadro docente:

- pesquisar as principais necessidades pedagógicas do corpo docente;
- propor reflexão sobre a prática pedagógica da comunidade educativa;
- desenvolver um programa de formação continuada, buscando a qualidade dos processos educativos;
- motivar ações pedagógicas interdisciplinares;
- incentivar e assessorar o corpo docente para o desenvolvimento de produtos tecnológicos que incrementem a prática pedagógica;
- contribuir com a construção do perfil do docente que atua na Instituição;
- auxiliar no processo de desenvolvimento de pesquisas;
- criar estratégias para busca de novos saberes da área da Educação que possam contribuir para melhoria da prática pedagógica.

Para fomentar o Programa de Capacitação Docente fez-se necessário lançar o olhar sobre a sala de aula, partindo de reflexões sobre necessidades identificadas a partir das Avaliações de Desempenho Docente, instrumento que aborda os pontos positivos e negativos do desempenho didático em sala de aula, sob a visão do aluno. Os resultados receberam tratamentos estatísticos, que proporcionaram análises quantitativas e qualitativas, merecendo um trabalho do coordenador junto aos docentes avaliados.

O processo de avaliação do desempenho docente envolve, então, mecanismos de reconhecimento e constante estímulo à valorização da atuação do professor pelo seu papel essencial e fecundo na geração de novas ideias e na formação de recursos humanos.

Por meio da avaliação do desempenho docente institucionalizou-se a busca exigente e constante de padrões de excelência a serem alcançados e, conseqüentemente, a serem aplicados nas avaliações críticas tanto de propostas quanto de desempenho. Periodicamente são aplicados instrumentos de avaliação do desempenho docente que proporcionam subsídios para análise e reorientação das práticas em trabalho conjunto com coordenadores. Desta forma, a avaliação é respaldada na avaliação individual do desempenho de seus docentes e o processo de avaliação do docente é considerado primordial como estímulo a uma instituição melhor qualificada para o exercício de suas funções. Assim, tem-se observado:

alunos reivindicando aulas mais prazerosas e significativas;

professores insatisfeitos com os resultados da aprendizagem discente;

coordenadores de curso reivindicando melhores resultados de desempenho e uma urgência atual muito grande em compreender e inserir as mudanças curriculares nas práticas docentes.

Desse modo, preocupada com a formação de seu quadro de educadores, a Instituição partindo da experiência docente do professor, de sua metodologia, de seus conhecimentos, de toda a riqueza que ele já traz, estimula a reflexão sobre a sua prática para inovar as ações educativas.

Um programa contínuo de formação docente visa propiciar melhores condições de trabalho docente, oferecendo suporte de natureza científica e técnica, valorizando a pesquisa e envolvendo os professores na análise das atividades de ensino com vistas a aprendizagens significativas.

Assim sendo, a formação contínua consiste em propostas que visem a qualificação, a capacitação, do docente para uma melhoria de sua prática, por meio do domínio de conhecimentos e métodos do campo de trabalho em que atua. Os conteúdos a serem desenvolvidos por meio da educação contínua podem ter como objetivos superar problemas ou lacunas na prática docente ou atualizar o professor, por meio de conhecimentos decorrentes de novos saberes das diferentes áreas de conhecimento.

Há diferentes processos de formação continuada, com objetivos, conteúdos e formas distintos, de acordo com a origem da iniciativa para a realização desse tipo de formação.

Em síntese, o Programa de Capacitação Docente propõe desenvolver diferentes modalidades de qualificação profissional, tais como:

pós-graduação (stricto e lato sensu);

atualização e orientação didático-pedagógica;

participação em eventos técnico-científicos.

Desse modo, as principais ações em cada uma das referidas dimensões são:

Pós-graduação (stricto e lato sensu)

Por meio de apoio financeiro para participação em Programas de Pós-graduação externos, sob a forma de afastamento de parte de suas atividades acadêmicas. Quando a participação em Programas de Pós-graduação é interna, o auxílio se dá sob a forma de bolsas institucionais. A efetividade dessas ações estão diretamente ligadas às propostas do Plano de Carreira.

Atualização e orientação didático pedagógica

Para embasar ações que as relações professor-educador-profissional, são imprescindíveis a análise de concepções de educação que direcionem a prática pedagógica: isto é, o estímulo a um trabalho que contemple ações coletivas, solidárias e interdisciplinares e o uso de novas tecnologias. Assim, estudos com os temas abaixo relacionados tem proporcionado reflexões necessárias para o repensar da prática pedagógica:

- formação de professores para o ensino superior;
- definição de objetivos e planejamento de atividades de ensino;
- seleção de conteúdos e adequação de procedimentos de ensino;
- adoção de critérios e utilização de instrumentos de avaliação.

Para realização do Programa de Capacitação utiliza-se períodos de planejamento inicial de cada período letivo e ainda, a participação de palestrantes convidados ou identificados entre o corpo docente, durante o período letivo. Tais atividades são certificadas, conferindo ao participante a oportunidade de agregar valores ao seu currículo profissional, além dos ganhos pedagógicos.

Outra abordagem refere-se à orientação individual dos professores, proporcionando uma interação reflexiva com o docente. A forma interativo-reflexiva inclui as propostas cujos modelos organizam-se em torno da resolução de problemas reais, do cotidiano do professor. Assim, parte-se de uma situação real vivida em sala de aula e trazida pelos professores para ser analisada e discutida com a orientação de um coordenador, pessoa do campo da educação.

Nesse processo de reflexão, o professor torna-se consciente de sua prática, relacionando o domínio do conteúdo e o método de ensino, como também a presença de estereótipos e preconceitos em relação aos alunos.

Também são proporcionados momentos de troca de experiência entre os docentes, valorizando experiências de cada um para abordagem das dificuldades identificadas e busca de soluções.

4.2. 4 RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE

4.2.4.1 Número médio de alunos por docente em disciplinas do curso

RELAÇÃO ALUNO/DOCENTE	QUANTIDADE
Alunos Matriculados	1.100
Docentes do Curso	38

4.2.5 RELAÇÃO DISCIPLINAS/DOCENTE

4.2.5.1 Número médio de disciplinas por docente

RELAÇÃO DISCIPLINAS/DOCENTES	QUANTIDADE
Quantidade Total de Disciplinas	80
Quantidade Total de Docentes	37
Relação Disciplinas/Docentes	2,162162162

INSTALAÇÕES PARA O CURSO

5.1 ESPAÇO FÍSICO DO CURSO

A Instituição encontra-se em um único campus, de propriedade da Mantenedora. Esse campus foi construído na forma de um hexágono e apresenta dependências adequadas para cada uma das unidades funcionais que o compõem. No ano de 2000, foram construídos dois novos prédios, com novas salas de aula e novas salas para professores. E, ano de 2001, iniciou-se a construção de mais um prédio que foi designado para as atividades do CIEM (Centro Incubador de Empresas de Marília) e para os Mestrados *Stricto Sensu*, na área do Direito, e do Curso de Tradutor. Esse prédio está em pleno funcionamento desde janeiro de 2002. Sempre buscando melhores instalações para seus alunos, mais recentemente ainda, foi construído um novo prédio, ao lado daquele dos Mestrados, para atividades de pós-graduação *Lato-sensu*. Esse prédio foi inaugurado no final de outubro de 2003. As instalações, portanto, são bastante adequadas. Elas oferecem, além de espaço, ventilação, limpeza, conservação e manutenção adequadas. As unidades que constituem a Instituição são: salas mantenedoras, salas administrativas, salas de aula, laboratórios de ensino, laboratórios especializados, biblioteca, salas para os professores, sala geral dos professores, salas para empresas do CIEM, administração acadêmica, centro de convivência acadêmica, anfiteatro, salão nobre, espaço cultural, etc.

O espaço físico da Instituição também conta com espaços de apoio ou de uso recreativo, como: refeitório, oficinas, quadras poliesportivas e elementos paisagístico-decorativos, entre eles jardins, bosque, represa, quiosques, etc.

5.1.1 SALAS DE AULA

A IES possui um total de 94 salas. As salas estão disponíveis para três turnos, apesar de atualmente a IES suportar dois turnos. O horário de funcionamento é de 12 horas diárias, nos seguintes intervalos: das 08:00 às 12:00 horas, das 13:30 às 17:30 horas e das 19:00 às 23:00 horas.

As salas possuem tamanhos variados e capacidades diferentes (com área média de 85 metros quadrados e capacidade média para 75 pessoas). As salas são adequadas para turmas de 75 e 40 pessoas.

Salas de Aula do Curso de Direito	Área Total: 3411,50		
	Área	Localização	
Sala 01	141,00	Bloco I	Térreo
Sala 02	105,00	Bloco I	Térreo
Sala 03	106,00	Bloco I	Térreo
Sala 04	105,00	Bloco I	Térreo
Sala 05	105,00	Bloco II	Térreo
Sala 06	105,00	Bloco II	Térreo
Sala 07	106,00	Bloco II	Térreo
Sala 08	106,00	Bloco II	Térreo
Sala 09	106,00	Bloco II	Térreo
Sala 11	70,00	Bloco II	Térreo
Sala 12	70,00	Bloco III	Térreo
Sala 14	106,00	Bloco V	Térreo
Sala 15	106,00	Bloco V	Térreo
Sala 16	106,00	Bloco V	Térreo
Sala 17	107,00	Bloco V	Térreo
Sala 18	70,00	Bloco V	Térreo
Sala 19	140,00	Bloco VI	Térreo
Sala 20	104,00	Bloco VI	Térreo
Sala 21	105,00	Bloco VI	Térreo
Sala 22	105,00	Bloco VI	Térreo
Sala 23	69,00	Bloco V	Inferior
Sala 24	69,00	Bloco V	Inferior

Sala 25	105,00	V	Bloco	Inferior
Sala 26	69,00	V	Bloco	Inferior
Sala 27	70,00	V	Bloco	Inferior
Sala 28/29	106,00	V	Bloco	Inferior
Sala 30	140,00	IV	Bloco	Inferior
Sala 31	106,00	IV	Bloco	Inferior
Sala 32	106,00	IV	Bloco	Inferior
Sala 33	106,00	III	Bloco	Inferior
Sala 33-A	106,00	III	Bloco	Inferior
Sala 34	106,00	III	Bloco	Inferior
Sala 34-A	106,00	III	Bloco	Inferior
Sala 35	73,50	VII	Bloco	1º Andar

5.1.2 SALAS ESPECIAIS

Diante da própria natureza do Curso de Direito, o mesmo não conta com salas especiais, sendo que sempre havendo necessidades especiais, serão os recursos instalados nas próprias salas de aula pelo pessoal técnico, sendo certo que todas as salas possuem equipamento áudio visual instalados.

5.1.3 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

A Instituição possui espaços adequados para cada unidade funcional. Por exemplo, para Secretaria Geral, Tesouraria, Núcleo de Assistência Social, CPD, Desenvolvimento de Sistemas, Marketing e Comunicação, Recursos Humanos, salas de Xerox, salas para o pessoal administrativo (Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, secretarias), Avaliação Institucional, sala para atendimento aos alunos (chamada de redondo), centro de convivência, auditórios, espaço cultural, salas

para o setor de compras e almoxarifado, zeladoria, segurança e patrimônio. Além disso, há a sala da coordenação geral que inclui um espaço compartilhado composto de 12 salas, sendo 4 delas para cada coordenação de curso e outras salas para atividades relacionadas à coordenação (por exemplo, sala para os representantes da Avaliação Institucional, sala de reuniões, sala de atendimento, etc.). Há também salas individuais para professores em tempo integral, parcial, salas compartilhadas para professores horistas e em tempo parcial, salas para professores visitantes e sala geral dos professores. Detalhes podem ser observados e verificados na visita *in loco*.

DESCRIÇÃO	ÁREA (m ²)
Presidência	60,39
Reuniões Mantenedora	71,78
Assessoria Presidência	27,19
Secretaria Presidência	24,50
Copa Presidência	27,60
Pró Reitoria Acadêmica	26,00
Pró Reitoria Administrativa	18,33
Assessoria Jurídica	19,35
Pró Reitoria de Desenvolvimento	19,35
Avaliação Institucional	16,00
Secretaria das Pró-Reitorias	28,00
Secretaria Geral	100,00
Arquivo Secretaria Geral	24,85
Tesouraria/Caixa	49,10
Tesoureiro	7,50
NAS Atendimento	33,60
NAS Assist. Social	18,00
NAS Arquivo	8,60
RH – Atendimento	37,30
RH - chefia	12,20
Núcleo de Apoio Institucional	24,60
Desenvolvimento de Sistemas	33,00
CPD – Gerência de TI	24,60
CPD – Sala Provedor	38,50
CPD – Suporte Técnico	38,00

CPD	24,50
Sala de Entrevistas - Stúdio	29,00
Marketing	24,60
Zeladoria	20,44
Reprografia	27,00
Depósito Manutenção	12,25
Copa Geral	19,60
Telefonistas	11,20
Ambulatório	5,60
Protocolo	120,00
Arquivo Contabilidade	28,00
Coordenação Acadêmica	211,38
Depósito Apoio Acadêmico	28,00
Espaço Cultural	200,00
Sala de som	15,00
Manutenção elétrica	33,20
Depósito de Manutenção Elétrica	30,00
Chefia Jardinagem	19,20
Depósito Serviços Gerais	28,00
Manutenção pintura	12,00
Agência bancária	58,00
Assistência Judiciária Comunitária	213,80
Compras	22,50
Almoxarifado	81,25
Transportes	11,25
Coordenação "Lato Sensu"	89,40
Coordenação Mestrado em Direito, "Stricto Sensu"	42,00
Secretaria Mestrado em Direito, "Stricto Sensu"	42,00
Secretaria e Coordenação do IST	175,00
CIEM, Secretaria, Gerência e Incubadas	315,16
Refeitório	125,00
Vestiários	95,00
Depósito Refeitório	20,00

Quadras	1.200,00
Educação física	10,00
Marcenaria	160,00
Depósito	250,00
Serralharia	140,00
Tear	300,00

5.1.4 INSTALAÇÕES PARA DOCENTES

O Centro Universitário possui uma sala geral para todos os professores, com uma área de 250 m², onde eles podem comunicar-se e se integrar antes do horário de aula.

O curso possui instalações adequadas para os docentes, conforme descrição abaixo:

- Gabinetes individuais de trabalho para professores contratados no regime integral, com 14,50 m², contendo 1 PC conectado à rede Internet/Intranet, mesa, cadeira, estante, armário e ramal telefônico.
- Salas para professores contratados no regime parcial, com 18 m², sendo compartilhada por até 3 professores, para cada professor é disponibilizado 1 PC conectado à rede Internet/Intranet, mesa, cadeira, estante, armário e ramal telefônico.
- Sala de Reuniões dos Professores, com 13,20 m², espaço suficiente para 12 professores/sala.

Além desta sala que fica na Coordenação dos Cursos, também está disponível para reuniões didáticas o espaço dos auditórios e as próprias salas de aula da instituição.

SALAS E GABINETES PARA PROFESSORES					
CARACTERÍSTICAS					
Sala	Período	Área (m²)	Capacidade (professores/sala)	Recursos	Horário de Funcionamento
Salas Professores 40 Horas	Manhã/ Tarde/ Noite	14,50	Uma sala para cada professor	Um PC em rede para cada sala, mesa, cadeira, estante, armário, telefone	08h – 23h

Sala de Reuniões Professores	Manhã/ Tarde/ Noite	18	Suficiente para 30 professores/sala	Mesa e cadeiras	08h – 23h
Sala para Professores Visitantes	Manhã/ Tarde/ Noite	18	Suficiente para 02 professores/sala	01 PC, mesa, cadeira, telefone	08h – 23h

5.1.5 INSTALAÇÕES PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO

A Instituição possui um espaço compartilhado por todos os coordenadores dos cursos existentes. Nesse espaço maior, cada coordenador do curso possui a sua respectiva sala, de um tamanho aproximado de 16,50 m² (3,5 x 5). Nessa sala, há uma mesa e 4 cadeiras para realizar reuniões, há também duas cadeiras pequenas e uma grande, de maior conforto, para reuniões maiores e espera.

Além disso, há uma mesa adequada para manter objetos e documentos próprios da coordenação e equipamentos de informática. Cada coordenador possui um microcomputador com acesso à Internet. Há também uma impressora jato de tinta e uma linha telefônica. Além da impressora individual, a sala da coordenação geral, possui 4 PCs e uma impressora à laser, que também pode ser usada pelos coordenadores, via rede.

5.1.6 AUDITÓRIOS E SALAS DE CONFERÊNCIA

A Instituição possui dois auditórios. O primeiro deles, o mais antigo e usado, denominado de anfiteatro Aniz Badra, tem uma capacidade aproximada para 300 pessoas. O tamanho é de 216 m². O segundo auditório, denominado Shunji Nishimura, localizado no novo prédio, cuja construção foi finalizada em junho de 2003, possui capacidade para 180 pessoas (tem cerca de 250 m²). Esses auditórios estão devidamente equipados para conferências e reuniões, uma vez que possuem cadeiras adequadas, som adequado, ótima iluminação e equipamentos de multimídia.

IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (M ²)	CAPACIDADE
Auditório Aniz Badra	Prédio Principal do Campus	216 m ²	300 pessoas
Auditório Shunji Nishimura	Prédio do II	250 m ²	180 pessoas

5.1.7 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

A Instituição conta com instalações sanitárias adequadas. As instalações sanitárias são adequadas ao público e algumas são adaptadas para o uso de deficientes físicos.

Aos alunos do curso estão destinadas, prioritariamente, as seguintes instalações:

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS			
Bloco I	Área total 37,80		
Sanitário Masculino (contendo 5 urinol, 3 lavatórios e 3 box c/ vaso sanitário)	18,90	Bloco I	Térreo
Sanitário Feminino (4 Box c/ vaso sanitário e 4 lavatórios)	18,90	Bloco I	Térreo
Bloco III			
	37,80		
Sanitário Masculino (contendo 5 urinol, 3 lavatórios e 3 box c/ vaso sanitário)	18,90	Bloco III	Térreo
Sanitário Feminino (5 Box c/ vaso sanitário e 4 lavatórios)	18,90	-	-
Bloco V			
	37,80		
Sanitário Masculino (contendo 5 urinol, 3 lavatórios e 3 box c/ vaso sanitário)	18,90	Bloco V	Térreo
Sanitário Feminino (5 Box c/ vaso sanitário e 4 lavatórios)	18,90	Bloco V	Térreo -
Bloco IV			
	37,80		
Sanitário Masculino (contendo 5 urinol, 3 lavatórios e 3 box) 01 Box Deficiente	18,90	Bloco IV	Inferior
Sanitário Feminino (5 Box c/ vaso sanitário e 4 lavatórios) 01 Box Deficiente	18,90	Bloco IV	Inferior
Bloco X			
	76,70		
Sanitário Masculino (contendo 7 urinol, 4 lavatórios e 5 box c/ vaso sanitário) 01 Defic.	38,35	Bloco X	Térreo

Sanitário Feminino (7 Box c/ vaso sanitário e 4 lavatórios) 01 box Deficiente	38,35	Bloco X	Térreo
Bloco X 1º andar			
76,00			
Sanitário Masculino (contendo 7 urinol, 4 lavatórios e 5 box c/ vaso sanitário) 01 Defic.	38,00	Bloco X	1º Andar
Sanitário Feminino (7 Box c/ vaso sanitário e 4 lavatórios) 01 box Deficiente	38,00	Bloco X	1º Andar
Marcenaria			
25,30			
Vestiário Masculino (03 box c/ chuveiro e 02 box c/ vaso saniário)	25,30	-	-
Bloco Administrativo/Laboratório			
18,00			
Sanitário Masculino (contendo 1 urinol, 3 lavatórios e 2 box c/ vaso sanitário)	9,00	Bloco III	1º Andar
Sanitário Feminino (2 Box c/ vaso sanitário e 3 lavatórios)	9,00	Bloco II	1º Andar
Bloco Administrativo/Presidência			
113,00			
Sanitário Masculino (contendo 01 urinol 03 lavatório e 02 box c/ vaso sanitário)	11,00	Bloco I	1º Andar
Sanitário Feminino (Contendo 03 lavatório 02 box c/ vaso sanitário)	11,00	Bloco I	1º Andar
Sanitário Feminino (contendo 03 lavatórios 02 box c/ vaso sanitário)	11,00	Bloco I	Térreo
Sanitário Feminino (contendo 03 lavatórios 02 box c/ vaso sanitário)	9,00	Bloco II	Térreo
Sanitário Masculino (contendo 03 lavatórios 01 urinol 02 box c/ vaso sanitário)	9,00	Bloco III	Térreo
Sanitários p/ Professores (contendo 01 lavatório 02 urinol 02 box c/ vaso sanitário)	11,00	Bloco VIII	Térreo
Sanitário p/ Funcionários (contendo 02 box c/ chuveiro 01 box c/ vaso sanitário)	51,00	Bloco IV	Inferior

A limpeza, essencial no desenvolvimento das atividades, é feita regularmente. Há um grupo de pessoas especificamente dedicado a estas atividades.

5.1.8 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

INFRA-ESTRUTURA PLANEJADA PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (Portaria Ministerial). Conforme dispõe a Portaria n.º 3.284, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2003, sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas, gostaríamos de esclarecer que o UNIVEM atende a essas necessidades de locomoção e acesso a todos os ambientes da Instituição, dentre eles: elevadores, estacionamentos, laboratórios, área de convivência, banheiros, bebedouros, rampas, etc. Importante ressaltar que a Instituição já conta com a participação nos diferentes cursos de alunos nessas condições e manterá o compromisso de se adaptar caso venha a ter alunos que possuam deficiências visuais e auditivas.

5.1.9 INFRA-ESTRUTURA DE SEGURANÇA

Em todos os prédios da Instituição são atendidas as normas de segurança no tocante a pessoal e equipamentos. Os prédios foram vistoriados pelo Corpo de Bombeiros, de modo que as suas condições gerais de funcionamento foram todas aprovadas. Os prédios são equipados com extintores e possuem amplas áreas de circulação. Existe controle de acesso aos prédios, além de funcionários que exercem vigilância nas áreas de circulação interna. Para as questões ligadas a acidente de trabalho, encontra-se instalada a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

A IES possui segurança patrimonial 24 horas por dia realizada por pessoal treinado e reciclado anualmente, atuando no controle de portarias e acesso interno, estacionamento, centro de convivência, áreas acadêmicas, etc.

Quanto à prevenção de incêndios, há extintores em número, tipo, quantidade e localização compatíveis. É realizado, periodicamente, treinamento de atualização para a Brigada de Incêndio e de procedimentos de emergência. Em relação à segurança do trabalho, os novos funcionários são integrados imediatamente na prevenção de acidentes e controle de EPI (Equipamento de Proteção Individual), além disso, temos o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), NR-9 e o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), NR-7.

5.1.10 CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE DAS INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

Em todas as instalações acadêmicas são consideradas, em análises constantes, as condições destinadas a proporcionar o conforto necessário, a saber: dimensão adequada dos ambientes para o número de usuários; acústica, visando boa audição interna; luminosidade natural e artificial; salas com ventiladores e aparelhos para climatização, quando necessário; mobiliário e equipamentos em quantidades suficientes e adequados ao uso.

5.2 EQUIPAMENTOS

5.2.1 ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DOCENTES

O acesso a equipamentos de informática pelos docentes é total. Podem ser utilizados os computadores de qualquer um dos 6 laboratórios de ensino de informática, além dos computadores disponíveis na sala de coordenação e na sala dos professores. A Instituição possui sistema de e-mail, onde todos os docentes são cadastrados no momento da sua contratação, de modo a agilizar a interação e a informação. Os seis laboratórios possuem equipamentos de multimídia devidamente instalados, o que facilita aulas mais adequadas do ponto de vista do material didático. Além desses laboratórios bem equipados, os docentes têm a opção de reservar equipamentos de multimídia para ministrar aulas nas respectivas salas de aula. Esses equipamentos poderão ser observados na visita de verificação in loco. As máquinas e equipamentos dos laboratórios de ensino e de pesquisa da Instituição também estão em rede e com acesso à Internet, podendo ser usados também pelos docentes sempre que estes desejarem.

5.2.2 ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS ALUNOS

O acesso a equipamentos de informática pelos alunos se dá por meio dos Laboratórios Didáticos. Alguns destes laboratórios têm atividade mista, servindo tanto para o ensino, caso as disciplinas prevejam a utilização de recursos especiais, quanto a pesquisas de aspecto geral, como pesquisas em Internet ou elaboração de relatórios ou artigos.

São estabelecidos como Laboratórios Didáticos de Informática e são de uso comum de alunos de todos os cursos do UNIVEM, os laboratórios, a saber:

- Laboratório de informática 01 (36 máquinas)
- Laboratório de informática 02 (36 máquinas)
- Laboratório de informática 03 (21 máquinas)
- Laboratório de informática 04 (21 máquinas)
- Laboratório de informática 06 (27 máquinas)
- Laboratório de informática 07 (27 máquinas)

Para o uso dos Laboratórios Didáticos de Informática, o horário de funcionamento, de segunda à sexta-feira, é das 08:00h às 23:00h e, aos sábados,

das 08:00h às 16:00h. A prioridade de utilização dos laboratórios é para a realização de aulas que utilizam recursos de informática, havendo prévia reserva pelo professor.

De acordo com a demanda de utilização, serão sempre liberados laboratórios para o uso geral, contanto que nesses laboratórios não haja reservas antecipadas para a realização de aulas.

5.2.3 RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

Destacam-se os equipamentos pertencentes ao Laboratório de Multimídia.

O quadro a seguir mostra a atual infra estrutura de apoio pedagógico, no que se refere a recursos audiovisuais e de multimídia:

TIPO DE EQUIPAMENTO	Atual
Televisor	27
Videocassete	20
DVD	05
Retroprojeter	25
Projeter multimídia	23
Projeter de slides	02
Filmadora	04
Amplificadores	15
Microfones	20
Mesas de som	03

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

TIPO DO EQUIPAMENTO	atual	
	Adminis tração	Acad êmica
Servidor	8	3
Micros	467	290
Sub-Total	475	293
Total	768	

5.2.4 EXISTÊNCIA DA REDE DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A Instituição disponibiliza acesso à rede mundial de computadores – Internet - para professores, alunos e todo seu corpo administrativo. Para os alunos o acesso é disponibilizado por meio laboratórios de informática (360 computadores); portanto, todos os horários de utilização de laboratórios estendem-se à utilização da Internet. Dispõe também de cinco computadores conectados à rede instalados na Biblioteca Central, onde os alunos podem realizar pesquisas orientadas, acompanhadas por funcionários treinados para auxiliar em pesquisas de assuntos específicos a área de cada aluno. Os professores podem acessar a rede internamente utilizando-se dos laboratórios, dos pontos específicos (coordenadorias, salas de professores, etc) ou externamente por meio do serviço de acesso remoto discado, onde o professor, de casa, se conecta ao provedor da Instituição sem qualquer custo e com tempo ilimitado de uso. Esse serviço é estendido também aos alunos que desenvolvem pesquisa orientada.

É importante lembrar que alunos, professores e funcionários possuem uma conta de e-mail fornecida pela Instituição, com a finalidade de agilizar o processo de disponibilidade de informações institucionais, administrativas e acadêmicas.

5.3 SERVIÇOS

5.3.1 MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

Todas as instalações físicas são bem conservadas. A Instituição possui setores destinados à limpeza, conservação e manutenção dos espaços físicos e das instalações diversas. Os espaços externos são limpos e ajardinados.

É realizada, anualmente, manutenção e repintura em toda parte física ou, em outros casos, imediatamente, quando indicada necessidade de manutenção.

A IES mantém equipes de limpeza e manutenção em todos os turnos de funcionamento, proporcionando condições de tranquilidade, de modo a permitir que os alunos encontrem sempre as instalações em perfeitas condições de uso e higiene.

5.3.2. MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Os técnicos dos Laboratórios, em especial do Centro de Processamento (CPD), trabalham com uma programação de rotina de conservação dos equipamentos para melhor aproveitamento dos usuários, não acumulando assim, equipamentos para conserto ou manutenção.

Manutenções, tais como troca de placas, instalação de novos equipamentos, instalação/reinstalação de software, consertos de monitores e

impressoras, são realizados pela equipe de apoio. Projeto e instalação da estrutura de rede e telefonia também são feitos pela equipe de apoio.

Nas manutenções preventivas e corretivas que demandam troca de peças e utilização da garantia do equipamento são utilizados serviços de terceiros que respondem a um contrato de prestação de serviços e ao termo de garantia que deverá ser prestado na própria Instituição. Um exemplo para esse tipo de manutenção prestada por terceiros são contratos com os fabricantes da central telefônica e do servidor central, onde a garantia de peças e a mão-de-obra já estão inclusas nos mesmos.

5.4 BIBLIOTECA

5.4.1. APRESENTAÇÃO

Atuando como Centro de Documentação e Informação do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, a Biblioteca “Dr. Christiano Altenfelder Silva” é utilizada para consulta e empréstimo dos materiais. A consulta é realizada por clientes: discentes, docentes, funcionários, ex-alunos e comunidade em geral. Já o empréstimo é permitido somente para clientes vinculados à nossa Instituição, ex-alunos e clientes vinculados às IES de Marília, por meio do Intercâmbio entre Bibliotecas.

O processo de organização dos materiais desenvolve-se da seguinte maneira:

- Seleção e aquisição;
- Registro do material (tombamento);
- Classificação (utilizam-se as tabelas Cutter e CDD);
- Catalogação e indexação;
- Preparo para circulação (cadastramento, etiquetas de código de barras, magnetização);
- Armazenamento dos materiais.

A Biblioteca “Dr. Christiano Altenfelder Silva” segue os padrões internacionais para classificação do acervo, utilizando-se, para isso, a Tabela de Classificação de Melvin Dewey nas diversas áreas cobertas pela biblioteca. Especificamente na área jurídica, para a classificação do assunto, utiliza-se a Tabela de Classificação de Direito, de Doris de Queiroz Carvalho, desenvolvida com base na Classificação Decimal de Dewey. Para a notação de autor, utiliza-se a Tabela Cutter.

As obras estão organizadas nas estantes, divididas de acordo com o conhecimento humano e sua classificação específica.

As estantes, por sua vez, estão divididas por áreas específicas e possuem indicações numéricas (assunto).

As revistas especializadas estão organizadas de acordo com o assunto e ordenadas alfabeticamente pelo título, com indicações nas estantes.

As consultas sobre as obras constantes no acervo são feitas por meio de terminais individuais, que possibilitam consultas por autor, título e assunto. Pode-se consultar o acervo também por meio da Internet.

O acervo da Biblioteca “Dr. Christiano Altenfelder Silva” é de livre acesso, pois é muito mais útil ao leitor percorrer livremente as estantes e tomar conhecimento do que lhe possa interessar.

5.4.2. ESPAÇO FÍSICO

O local onde está situada a Biblioteca “Dr. Christiano Altenfelder Silva” possui uma área construída de 1.238,30 m², dividida em dois andares.

No primeiro andar estão localizados: acervo de livros; acervo de periódicos; acervo de vídeos e cd-roms; serviço de empréstimo/devolução; guarda-volumes; acervo histórico; serviço de referência (multimídia, Internet); terminais de consulta ao acervo; local para leitura informal de jornais e revistas; mesas para estudo em grupo; salas para estudo em grupo; sala de processamento técnico; sala da chefia; reprografia; sala de vídeo e sanitários para clientes e funcionários.

Entre o térreo e o primeiro andar, há um mezanino com 44,00 m² – local para estudo individual com capacidade para 12 lugares.

O piso superior possui 237,56 m² – local para leitura individual e silenciosa – com capacidade para 108 lugares.

O quadro a seguir apresenta o espaço físico destinado à Biblioteca.

INFRA-ESTRUTURA	°	Área (m ²)	Capacidade	
• Acervo 1 (Direito)		83,20 m ²	1)	
Área com mesas para estudo		45,50 m ²	3)	
Terminais de consulta		10,24 m ²	2)	
Acervo 2 (outros cursos)		120,00 m ²	1)	
Área com mesas para estudo		63,40 m ²	3)	
Leitura informal		20,80 m ²	3)	
Processamento técnico		10,40 m ²		
Sala da Administração		19,24 m ²	3)	

INFRA-ESTRUTURA	°	Área (m ²)	Capacidade	
Acervo 3 (Periódicos)		62,40 m ²	1)	
Área com mesas para estudo		21,60 m ²	3)	
Salas de estudo em grupo	3	12,92 m ²	3)	18
Sala de vídeo		9,12 m ²	3)	
Serviço de Xerox		16,80 m ²		
Mezanino 1 (leitura individual e silenciosa)		44,00 m ²	3)	12
Mezanino superior (leitura individual e silenciosa)		237,56 m ²	3)	108
Recepção e atendimento		47,50 m ²		
Guarda volumes		24,70 m ²		
Acervo Histórico		24,41 m ²	1)	
Acessos		217,00 m ²		
Serviço de Referência		38,44 m ²		
WCs e Copa		17,60 m ²		
WCs Públicos		82,00 m ²		
Projeto Memória		9,47 m ²		
TOTAL		1.238,30 m²		

Legenda:

N° é o número de locais existentes;

Área é a área total em m²;

Capacidade: **(1)** em número de volumes que podem ser disponibilizados; **(2)** em número de assentos; **(3)** em número de pontos de acesso.

5.4.2.1 Instalações para o acervo

O acervo está disponibilizado em uma área de 290,01 m² com acesso livre. A organização do acervo se dá em estantes dupla face, de aço, com sinalização indicando a localização dos livros, segundo a classificação e notação do autor.

Os periódicos estão armazenados em estantes dupla-face, de aço, segundo a classificação de assunto, em ordem alfabética de título e na sequência do ano.

O acervo multimídia está armazenado em armários adequados à guarda desse tipo de material. Na sala de multimídia, os clientes têm a sua disposição televisor e vídeo.

A área destinada ao acervo é sinalizada e disponibilizada de forma adequada ao seu uso.

5.4.2.2 Instalações para estudos individuais

A biblioteca possui uma área de 237,56 m² onde se localizam mesas para estudo individual e silencioso, com capacidade para 108 lugares (mezanino e piso superior).

Possui também uma área de 44,00 m² (Mezanino 1 leitura individual e silenciosa), com capacidade para 12 lugares para leitura informal de jornais e revistas.

5.4.2.3 Instalações para estudos em grupos

As mesas para estudo em grupo ocupam uma área de aproximadamente 63,40 m², sendo localizadas próximo ao acervo. Tais mesas são para 04 e 06 pessoas.

Possuímos também 03 salas para estudos em grupos com aproximadamente 12,92 m², sendo 1 sala com capacidade para 08 lugares e 2 salas cada uma com capacidade para 05 lugares.

5.4.2.4. Instalações para Administração da Biblioteca

No piso inferior encontram-se definidos os ambientes específicos para a Sala de Processamento Técnico e a Sala da Chefia, totalizando 86m². Aí se encontram também as instalações sanitárias para os clientes e para os funcionários.

5.4.3 ACERVO

5.4.3.1 Geral

O acervo da biblioteca é composto por livros, periódicos (jornais, revistas, boletins), fitas de vídeo, fitas cassete, disquetes, cd-roms e outros materiais (teses, dissertações, monografias, anais, etc.).

- Livros: 12.364 títulos, 34.870 exemplares;
- Periódicos: 860 títulos, 13.261 exemplares;
- CD: 09 títulos, 11 exemplares;
- Fitas de vídeo: 296 títulos, 359 exemplares;
- Disquetes: 52 títulos, 82 exemplares;
- Fitas cassete: 22 títulos, 29 exemplares;
- CD-ROMs: 264 títulos, 438 exemplares;
- DVD: 03 títulos, 06 exemplares;
- Outros materiais (Anais, Monografias, Teses, etc.): 1.236 títulos, 1.613 exemplares.

Total Geral do Acervo*: 15.106 títulos e 50.669 exemplares

(* Dados atualizados até 08/03/2006)

Para o Curso de Direito, temos especificamente:

O MATERIA L	TIP DE	TOTAL DE TÍTULOS			TOTAL DE EXEMPLARES		
		NACIONAL	ESTRAN G.	TOTAL	NACIONAL	ESTRANG.	TOTAL
CD-ROM		57	02	59	83	03	86
DISQUET E		02	-	02	03	-	03
DVD		02	-	02	02	-	02
FITA VÍDEO		68	-	68	88	-	88
LIVRO		4397	280	4677	6111	576	6687
OUTROS		687	01	688	775	01	776
PERIÓDIC		293	35	328	7090	661	7751

OS						
TOTAL	5506	318	5824	4152	1241	5393

5.4.3.2 Acervo Específico

Livros

A Instituição tem a preocupação de oferecer aos seus alunos o melhor número possível de exemplares bibliográficos, com o intuito de disponibilizar um acervo suficiente para consultas e utilização durante o ano letivo. O planejamento econômico-financeiro reserva dotação orçamentária para melhoria do acervo, no que diz respeito à ampliação e atualização, correspondendo a 1,5% da receita bruta das mensalidades da Instituição.

O MATERIA L	TIP DE	TOTAL DE TÍTULOS			TOTAL DE EXEMPLARES		
		NACIONAL	ESTRAN G.	TOTAL	NACIONAL	ESTRANG.	TOTAL
LIVRO		4397	280	4677	6111	576	6687

O curso de Direito conta atualmente com 4.677 títulos e aproximadamente 6.687 exemplares, que atendem à bibliografia básica e complementar recomendada para cada disciplina do curso, incluindo obras clássicas de autores nacionais e estrangeiros e obras contemporâneas. Convém ressaltar que, para os títulos constantes na bibliografia básica de cada disciplina do curso, constam exemplares correspondentes ao cálculo recomendado de 01 (um) exemplar para cada 10 (dez) alunos matriculados. Quanto aos demais títulos, foram adquiridos 1 ou 2 exemplares, de forma a oportunizar complementação futura ao longo do curso, com edições atualizadas.

Além do acervo específico priorizado, a Biblioteca tem à disposição livros de referência, acervo abrangente das outras áreas de conhecimento afins, como Filosofia, Ciências Sociais, História, Gramática, entre outras, e biblioteca eletrônica, recursos que são utilizados nos computadores à disposição dos alunos, todos destinados a contribuir para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

O acervo bibliográfico é atualizado constantemente, por indicação de alunos e professores, por solicitação da coordenadoria e da equipe da Biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos,

além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa e extensão. O acervo atende apropriadamente às funções de ensino, pesquisa e extensão da instituição, em livros e em periódicos (assinaturas correntes).

Multimídia

Primando por tornar as informações o mais acessível possível a todos os clientes da Biblioteca “Dr. Christiano Altenfelder Silva”, o Serviço de Referência auxilia no uso e exploração de recursos informacionais, contando com algumas bases de dados em CD-ROM (Tabela 1) e outras disponíveis para acesso via Internet (Tabela).

Tabela 1 – Bases de dados disponíveis em CD-ROM

TÍTULO	CONTEÚDO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
Síntese Trabalhista	Doutrina, Jurisprudência e Legislação	Direito Administrativo e Previdenciário
Direito Processual Civil		Classificações das Ações
Direito Processual Civil	Doutrina	Processo de Execução
JUIS: Jurisprudência Informatizada Saraiva	Jurisprudência	Direito (Geral)
Revista Brasileira de Direito de Família	Doutrina, Jurisprudência	Direito Civil
Direito Civil e Processual Civil	Doutrina e Jurisprudência	Direito Civil
Revista Jurídica Consulex	Doutrina	Direito (Geral)
Revista Jurídica	Doutrina, Jurisprudência e Legislação	Direito (Geral)
Revista de Direito e Econômico Internacional	Doutrina e Jurisprudência	Direito Econômico, Direito das Relações Econômicas Internacionais, Direito Processual Econômico e Internacional
Adcoas	Doutrina, Súmulas, Códigos e Prática Processual	Direito (Geral)

Juris Síntese Millennium	Doutrina, Jurisprudência e Prática Legislação e Processual	Direito Civil, Criminal e Trabalhista
Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal	Doutrina e Jurisprudência	Direito Penal e Processo Penal
Revista Síntese de Direito Penal e Processo Penal	Doutrina e Jurisprudência	Direito Penal e Processo Penal
Revista do Superior Tribunal de Justiça	Doutrinas, Súmulas, Ementários, Regimento do STJ	Direito (Geral)
Sijur	Doutrina, Jurisprudência e Legislação	Direito (Geral)
RT-total Revista dos Tribunais	Doutrina, Jurisprudência e Legislação	Direito Civil e Penal
RT-Índex Revista dos Tribunais	Doutrina, Jurisprudência e Legislação	Direito Civil e Penal
RE-Índex Revista de Processo	Doutrina, Jurisprudência	
RE-Índex Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem	Doutrina, Jurisprudência	Direito Bancário, Arbitragem
RE-Índex Revista de Direito Privado	Doutrina, Jurisprudência	Direito Privado
RE-Índex Revista Tributária e de Finanças Públicas	Doutrina, Jurisprudência	Direito Tributário e Financeiro
RE-Índex Revista de Direito Ambiental	Doutrina, Jurisprudência	Direito Ambiental
RE-Índex Revista Brasileira de Ciências Criminais	Doutrina, Jurisprudência	Direito Penal
RE-Índex	Doutrina, Jurisprudência	Direito do Trabalho

Revista de Direito do Trabalho		
RE-Índex Revista de Direito do Consumidor	Doutrina, Jurisprudência	Direito do Consumidor
RE-Índex Revista de Direito Imobiliário	Doutrina, Jurisprudência	Direito Imobiliário
RE-Índex Instituto dos Advogados de São Paulo	Doutrina e Jurisprudência	Direito (Geral)
RE-Índex Revista de Direito Constitucional e Internacional	Doutrina e Jurisprudência	Direito Constitucional e Internacional
Revista Justilex	Doutrina e Jurisprudência	Direito (Geral)
Revista Nacional de Direito do Trabalho	Doutrina e Jurisprudência	Direito do Trabalho
LIS – Legislação Informatizada Saraiva	Legislação	Direito (Geral)
Acervo Tributário Adcoas	Doutrina, Jurisprudência e Legislação	Direito Tributário
Revista da Ajuris	Doutrina	Direito (Geral)
Acervo Previdenciário e Trabalhista Adcoas	Doutrina, Jurisprudência e Legislação	Direito Previdenciário e Trabalhista
DVD-ROM Jurídico	Vademecum, Jurisprudência, Doutrina	Direito (Geral)
Revistas Publicações Eletrônicas APMP	Revistas: Justitia, Juizados Especiais Criminais, Jurisprudência do Tacrim	Direito (Geral)
Direito Informatizado Brasileiro: Direito Bancário	Legislação e Jurisprudência	Direito Bancário
Prática de Processo Civil	Prática Processual	Processo Civil

Códex Ambiental	Legislação Ambiental, Mineração, Florestal, de Segurança e Saúde no Trabalho	Direito Ambiental
Diritto e Giustizia	Doutrina, Legislação	Direito (Geral)
Enciclopédia e Dicionário Houaiss	Verbetes	Geral
Encyclopedia Britannica	Verbetes	Geral
Enciclopédia Digital	Verbetes	Geografia
Enciclopédia Digital	Verbetes	Física
Enciclopédia Digital	Verbetes	Biologia, Literatura, Química
IOB	Informações Jurídicas, Legislação, Textos	_____
Ministério Público: pessoas portadoras de deficiência e idosos	Informações Gerais	_____
Enciclopédia Isto é Século XX	Verbetes	Geral
Acta Mercosul	Documentos Oficiais, Reuniões, Órgãos, Entidades, Comitês, Países Membros, Bibliografia.	Direito Empresarial
Orientador Adviser	Índice Bibliográfico	Economia, Administração
Legislação de Direito Educacional	Legislação	Direito Educacional

Tabela 2 – Bases de dados com acesso via Internet.

TÍTULO	CONTEÚDO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
Scielo	Artigos Científicos	Geral
Prossiga	Artigos Científicos	Geral

RT online	Artigos, Jurisprudências	Civil e Penal
Revista Conjuntura Econômica	Índices e Estatísticas Econômicas	Economia
Revista Veja, Isto é, Exame, Época, Você SA,	Informações Gerais	----- ----
Jornais: O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Gazeta Mercantil	Informações Gerais	----- ----

Jornais e Revistas

A Biblioteca possui assinatura dos principais jornais do Estado e da região, os quais ficam disponibilizados para consulta. As revistas que constituem o acervo são de grande interesse da comunidade acadêmica.

No quadro a seguir estão apresentados os jornais e as revistas de assuntos gerais assinados pela Biblioteca:

ACERVO BIBLIOGRÁFICO – JORNAIS E REVISTAS		
INFORMAÇÕES DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO CURSO		
Título	Jornal	Revista
1. Revista Agitação		X
2. Revista Cultural		X
3. Revista Veja		X
4. Revista Isto É		X
5. Revista Você S.A.		X
6. Revista Exame		X
7. Revista Época		X
8. Revista Forbes		X
9. Revista Newsweek		X
10. Revista Time		X
11. Jornal Folha de São Paulo	X	
12. Jornal Estado de São Paulo	X	
13. Jornal Gazeta Mercantil	X	
14. Jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo	X	

ACERVO BIBLIOGRÁFICO – JORNAIS E REVISTAS		
INFORMAÇÕES DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO CURSO		
Título	Jornal	Revista
15. Jornal da Manhã	X	
16. Jornal Diário de Marília	X	
17. Jornal Valor Econômico	X	
Total	7	10

5.4.3.3. Base de Dados

Primando por tornar as informações o mais acessível possível a todos os clientes, a Biblioteca “Dr. Christiano Altenfelder Silva” oferece um serviço especializado de atendimento aos clientes, é o Serviço de Referência, uma de suas atividades é oferecer suporte e auxílio no uso e na exploração de recursos informatizados. Conta com bases de dados em CD-ROM e também bases de dados na WEB.

Base de Dados na WEB

CCN/IBICT – Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas

Possibilita o acesso a milhões de fascículos de periódicos localizados nas principais bibliotecas e centros de informação das principais instituições científicas e tecnológicas brasileiras.

ERIC Database

Base de dados com mais de um milhão de abstract de documentos e artigos de periódicos na área de educação. Atualizado mensalmente, disponibiliza informações de citações desde 1966.

SciELO- SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE

SciELO é uma biblioteca virtual que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. É um projeto de pesquisa desenvolvido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) que tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico.

WEB OF SCIENCE CITATION INDEX

Base de dados produzida pelo ISI (Institute of Science Information). Indexa artigos publicados em mais de 8.400 periódicos especializados desde 1945. Abrange todas as áreas do conhecimento (Ciências, Ciências Humanas e Sociais, Artes e Humanidades). De cada artigo, podem ser obtidos o resumo, as referências e as citações. As informações sobre os artigos podem ser procuradas de vários modos: pelo nome do autor, pelo título dos periódicos, das instituições ou por palavras-chave que constem de seus títulos e resumos. O acesso somente é possível no micro da biblioteca.

Acesso: restrito (via FAPESP)

PROSSIGA - PRODUÇÃO CIENTÍFICA CNPq

Base de dados com produção científica do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa Científica), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e da Academia Brasileira de Ciências. O serviço foi planejado para pesquisadores. Assim, atende também às necessidades de docentes, discentes (principalmente de pós-graduação), demais profissionais envolvidos com a atividade de pesquisa, administradores e planejadores de educação, ciência e tecnologia. Disponibiliza cerca de 850.300 referências de 30.822 usuários bolsistas ou ex-bolsistas do CNPq com artigos de periódicos, livros, capítulos de livros e trabalhos apresentados em congressos e publicados a partir de 1930.

Acesso: livre

Multimídia

Além da Sala de Vídeo e do acervo de fitas de vídeo, a Biblioteca possui algumas bases em CD-ROM com multimídia:

ALMANAQUE ABRIL 2000

Assunto: Artes, ciências, história, filosofia, religião, esportes, biografias e outros.

Abrangência temporal: atualizado até 2000.

Frequência de atualização: Não há

Tipo de acesso: CD-ROM

ENCICLOPÉDIA E DICIONÁRIO KOOGAN HOUAISS DIGITAL

Assunto: Conhecimentos gerais

Abrangência temporal: Não especificada

Frequência de atualização: Não há

Tipo de acesso: CD-ROM

ENCICLOPÉDIA DIGITAL (Vol. 1-4)

Assunto: Biografias, história, arte, ciências físicas, geografia, Atlas geográfico mundial, Atlas anatômico, ciências biológicas, tabela periódica, literatura e linguagem.

Abrangência temporal: @ 1996-1998

Frequência de atualização: Não há

Tipo de acesso: CD-ROM

ENCICLOPÉDIA DIGITAL ISTOÉ SÉCULO XX (Vol.1-10)

Assunto: Temas gerais: cultura, política, arte, personalidades, notícias mais relevantes (manchetes) etc.

Abrangência temporal: 1900-1999

Frequência de atualização: Não há

Tipo de acesso: CD-ROM

ENCICLOPÉDIA GeoPÉDIA

Assunto: Informações sobre países, regiões geográficas, unidades político-administrativas, mares, rios, planícies, montanhas etc.

Abrangência temporal: Não especificada

Frequência de atualização: Não há

Tipo de acesso: CD-ROM

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA (Inglês)

Assunto: Conhecimentos gerais

Abrangência temporal: Não especificado (@ 1997)

Frequência de atualização: Não há

Tipo de acesso: CD-ROM

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA CD + SUPLEMENTO ESPECIAL 2002

Assunto: Conhecimentos gerais

Abrangência temporal: Não especificado (@ 1998)

Frequência de atualização: Não há

Tipo de acesso: CD-ROM

O acervo específico do curso está constituído, para dar subsídio às matérias desenvolvidas no curso, compreendendo um conteúdo bem variado e abrangendo, especialmente, as áreas de Ciências Sociais. O acervo é composto por fitas de vídeo e CD-ROMs para consultas. O plano de expansão do acervo

prevê aquisições futuras, de acordo com as necessidades e indicações para cada disciplina.

O acervo de multimídia pode ser consultado na biblioteca que, por sua vez, disponibiliza computadores, TVs, aparelhos de videocassete e DVD. Há, também, sala especial, onde podem ser agendadas sessões de vídeo ou de estudos individuais ou em grupos com a projeção do Acervo da Videoteca.

5.4.3.4. Informatização

Os serviços da Biblioteca “Dr. Christiano Altenfelder Silva” estão automatizados. O Sistema utilizado – SIS_BIB foi desenvolvido na própria Instituição. Tanto o acervo quanto a dinâmica de funcionamento da Biblioteca são gerenciados pelo SIS_BIB, com terminais de consulta e empréstimos. O seu mecanismo de busca oferece ao cliente a possibilidade de construção de estratégias positivas para utilização de quaisquer campos do banco de dados, fragmentos de palavras, etc. A agilidade propiciada pelos procedimentos do SIS_BIB minimiza as filas no balcão de atendimento e possibilita, ainda, o uso de assinatura eletrônica, além de facultar conexão de equipamentos de automação como leitoras de código de barras e impressoras.

Destacamos:

- Automação do serviço de empréstimo, com a implantação de códigos de barras que agiliza o serviço;
- Automação e magnetização de todo o acervo;
- Reserva de livros;
- Emissão de diversos relatórios, cartas de cobrança de material em atraso;
- Implantação de terminais individuais de consulta ao acervo;
- Consulta ao acervo por meio da Internet;
- Indexação de assunto;
- Sistema de controle do acervo;
- Cadastramento de clientes;
- Intercâmbio com redes;
- Controle de movimentação do acervo;
- Relatórios estatísticos;
- Integração com a área acadêmico-administrativa, possibilitando o efetivo controle da cobrança de materiais não devolvidos na data prevista.

5.4.3.5. Política de aquisição, expansão e atualização.

Quanto à política de aquisição, expansão e atualização do acervo, o UNIVEM, consciente da importância que tem uma biblioteca no processo educacional, possui uma política segundo a qual 1,5% da receita bruta das suas mensalidades é destinado à melhoria do acervo.

A realização dessa política de aquisição, expansão e atualização do acervo considera a proposta pedagógica dos cursos e prioriza os títulos constantes nas bibliografias básicas e complementares das diversas disciplinas da matriz curricular. O acervo é, também, continuamente atualizado por meio de consultas periódicas ao corpo docente, à coordenação do curso e ao corpo discente.

Outra prática que vem sendo implementada resulta das indicações formuladas pelas Comissões de Especialistas que atuam na formulação das Diretrizes Curriculares dos cursos e as Comissões de Avaliação das Condições de Oferta.

Para seleção e aquisição dos periódicos especializados, é seguido procedimento semelhante, sendo ainda desenvolvidos contatos frequentes com empresas especializadas em aquisição de periódicos internacionais, bem como a consulta a seus produtos e serviços.

5.4.4. SERVIÇOS

A Biblioteca “Dr. Christiano Altenfelder Silva” atende ao público interno, alunos e professores dos diferentes cursos mantidos pela Instituição e, para consultas nas suas dependências, atende, também, o público externo – comunidade de Marília e Região.

A leitura na Biblioteca é franqueada a todos os clientes. O serviço de empréstimo domiciliar é exclusivo para clientes vinculados à Instituição, ex-alunos e para clientes vinculados às Instituições de Ensino Superior de Marília. O prazo de empréstimo pode ser renovado, desde que o material não esteja reservado.

Internamente várias atividades são realizadas pelos funcionários como forma de otimizar a busca de materiais por meio dos diversos serviços, descritos a seguir.

O *Serviço de Referência* presta auxílio à busca de materiais e orienta em relação ao conteúdo do acervo, atendendo às seguintes tarefas:

- fornecimento de informações sobre a estrutura organizacional e serviços oferecidos;
- auxílio na utilização dos terminais de consulta;
- localização do material nas estantes;
- treinamento de todos os clientes inscritos na biblioteca, para dar maior independência nas pesquisas bibliográficas e no uso de novas tecnologias na busca da informação.

- levantamento bibliográfico, possibilita a recuperação de informações acerca dos materiais disponíveis na biblioteca do UNIVEM e também em bibliotecas de outras instituições.
- normalização bibliográfica, proporciona orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos, em observância às normas da ABNT.

É realizado ainda o serviço de *Acompanhamento e realização de pesquisas*, destinado à comunidade acadêmica que realiza pesquisas de iniciação científica, confecção de monografias e dissertações. O cliente deve dirigir-se ao Serviço de referência e cadastrar sua pesquisa, quando o bibliotecário terá oportunidade de passar as orientações necessárias e comunicar as novas aquisições da biblioteca acerca dos assuntos de interesse.

Como intercâmbio entre bibliotecas é interessante citar o intercâmbio local e o serviço de COMUT. O primeiro permite que o aluno do UNIVEM efetue empréstimos em bibliotecas de instituições superiores de ensino da cidade de Marília, de acordo com o regulamento de cada instituição. Como contrapartida, alunos das instituições locais podem usufruir o mesmo benefício no UNIVEM.

O serviço de COMUT (Comutação Bibliográfica) possibilita a obtenção de materiais bibliográficos que não fazem parte do acervo da biblioteca. É possível solicitar cópias de artigos de periódicos técnico-científicos (revistas, jornais, etc), teses, dissertações, anais de congressos e capítulos de livros existentes em bibliotecas de todo o país. Este serviço não tem fins lucrativos. Os valores cobrados visam apenas a custear as cópias e o envio do material solicitado.

Para realizar os serviços acima citados, a Biblioteca conta com um quadro de 13 funcionários. Conforme dispõe a proposta do texto regimental, as Bibliotecas estão sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitada e inscrita no Conselho Regional de Biblioteconomia, além de auxiliares contratados pela Entidade Mantenedora.

5.4.4.1 Horário de funcionamento

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO									
DIAS SEMANA	DA	MANHÃ			TARDE			NOITE	
		I NÍCIO	M	FI	I NÍCIO	M	FI	I NÍCIO	M FI
Segunda à Sexta-feira		8h00	-	-	-	-	-	22h55m	in
Sábado		8h00	-	-	16h30m	in	-	-	-

5.4.4.2.Serviço de acesso ao acervo

Conforme já mencionado, a biblioteca “Dr. Christiano Altenfelder Silva” atende ao público interno, a alunos e professores dos diferentes cursos mantidos pela Instituição e, para consultas nas suas dependências, também atende ao público externo – comunidade de Marília e da região.

A leitura na Biblioteca é franqueada a todo e qualquer cliente. O serviço de empréstimo domiciliar é exclusivo para clientes vinculados a nossa Instituição, a ex-alunos e para clientes vinculados às Instituições de Ensino Superior de Marília. O prazo de empréstimo pode ser renovado, desde que o material não esteja reservado.

O acesso ao acervo é livre. Os clientes podem circular livremente pelas estantes e consultar as obras que desejarem.

Há acervo especializado nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Letras, Tradutor, entre outros.

Dispomos de vários terminais individuais que possibilitam consultas, por autor, título e assunto, sobre as obras constantes do acervo. A consulta pode ser realizada também por meio da Internet.

O acervo está organizado em estantes, por assunto, todas elas sinalizadas com o número de classificação e o assunto.

Os serviços oferecidos aos clientes quanto à utilização do acervo são:

- Encaminhamento de lista do material novo a pesquisadores e professores;
- Serviço de alerta;
- Preparação de bibliografia e auxílio nas tarefas bibliográficas;
- Divulgação de materiais especiais;
- COMUT - Comutação Bibliográfica;
- Empréstimo domiciliar;
- Sala de vídeo;
- Serviço de xerox;
- Pesquisa e levantamentos bibliográficos no acervo, em base de dados por meio da Internet e CD-ROM, nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Letras, Tradutor, entre outros.

5.4.4.3.Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos

A Biblioteca oferece apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos, através de serviço especializado, o Serviço de Referência, que orienta e treina os clientes na normalização de trabalhos acadêmicos: apresentação, formatação dos textos,

citações, referências bibliográficas etc., conforme as Normas da Instituição e em observância à ABNT.

5.5.LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO

Os Laboratórios de Informática oferecem acesso a equipamentos de informática a todos os alunos do curso. Alguns destes laboratórios têm atividade mista, servindo tanto para o ensino, caso as disciplinas prevejam a utilização de recursos especiais, quanto a pesquisas de aspecto geral, na elaboração de Iniciação Científica, Trabalhos de Conclusão de Curso, projetos de extensão universitária, entre outras.

São estabelecidos como Laboratórios Didáticos de Informática, são em número de 6, totalizando 168 computadores, de uso comum de alunos de todos os cursos do UNIVEM.

- Laboratório de informática 01 (36 máquinas)
- Laboratório de informática 02 (36 máquinas)
- Laboratório de informática 03 (21 máquinas)
- Laboratório de informática 04 (21 máquinas)
- Laboratório de informática 06 (27 máquinas)
- Laboratório de informática 07 (27 máquinas)

Para o uso dos Laboratórios Didáticos de Informática, o horário de funcionamento, de segunda à sexta-feira, é das 08:00h às 23:00h e, aos sábados, das 08:00h às 16:00h. A prioridade de utilização dos laboratórios é para a realização de aulas que utilizam recursos de informática, havendo prévia reserva pelo professor.

De acordo com a demanda de utilização, serão sempre liberados laboratórios para o uso geral, contanto que nesses laboratórios não haja reservas antecipadas para a realização de aulas.

INSTALAÇÕES ESPECÍFICAS:

O Núcleo de Prática Jurídica é instalado em uma sala específica, onde se encontram compartimentos para o exercício da atividade jurídica simulada e atendimento individualizado, sala da coordenação e arquivos.

Há também instalações próprias para o Escritório de Assistência Judiciária e CEJUSC, compartimentado em salas de recepção; secretaria; salas de atendimento, tanto para os orientadores como para os estagiários. No local há

terminais de computador ligados na rede interna, conectados a uma impressora para servi-los.

5.5.1.1.ESPAÇO FÍSICO

Salas dos Laboratórios e Instalações Especiais

Total das instalações específicas: 848 m2, sendo:

Núcleo de Prática Jurídica: duas salas de 264,80 m2 e outra de 167,20m2 de área.

Escritório de Assistência Judiciária: 108 m2

Laboratório de Informática Jurídica (para estagiários do escritório): 108 m2.

A Instituição possui setores destinados a manter os laboratórios de informática em perfeita adequação com as necessidades de cada Curso, desde limpeza, conservação e manutenção dos espaços físicos e das máquinas, até a climatização do ambiente. Os laboratórios estão alocados em salas de fácil acesso, próximas à Biblioteca.

5.5.1.2.Illuminação, ventilação e limpeza

Todos laboratórios são bem iluminados e contam com sistema individual de ventilação. A Instituição possui setores destinados a manter os mesmos em perfeita ordem, primando pela limpeza, conservação e manutenção dos espaços físicos e das máquinas.

A IES mantém equipes de limpeza e manutenção em todos os turnos de funcionamento, proporcionando condições de tranquilidade, de modo a permitir que os alunos encontrem sempre as instalações em perfeitas condições de uso e higiene.

5.5.1.3.Política de conservação do espaço físico

Todos laboratórios são bem conservados. A Instituição prima pela limpeza, conservação e manutenção de todo seu espaço físico e das instalações diversas. Mesmos os espaços externos são limpos e ajardinados.

É realizada, anualmente, manutenção e repintura em toda parte física ou, em outros casos, imediatamente, quando indicada necessidade de manutenção.

Em todos os turnos de funcionamento a IES mantém equipes de limpeza e manutenção, sendo que, especialmente entre o período matutino e o período noturno, todas as instalações que receberam os alunos do diurno e voltarão a funcionar entre os períodos, recebe prioritariamente a equipe de funcionários da limpeza.

5.5.2.1.EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Além da disponibilização das máquinas, cada laboratório conta com um número dobrado de cadeiras, o que possibilita o trabalho em grupo, lousa branca, pincel atômico e uma máquina com sistema de projeção para o docente.

5.5.2.1.Política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos.

A IES recentemente construiu um prédio específico para atividades de pós-graduação 'latu sensu'. Esta infraestrutura está concluída, bem como a aquisição de equipamentos e móveis. Dentro das necessidades da IES, o prédio poderá ser utilizado para todas as atividades desenvolvidas na instituição.

A IES possui equipamentos de reprografia com contratos de manutenção preventiva que cobre também possíveis danos, o mesmo para os equipamentos de ar condicionado de janela e central.

O sistema de elevadores possuem contratos de atendimento de urgência dada a necessidade de socorro em algumas situações.

Com relação aos equipamentos de informática, já salientamos que a manutenção básica é dada pela equipe de apoio da própria instituição, assim como planejamento de instalações da estrutura da rede.

5.5.3.SERVIÇOS

5.5.3.1.Áreas Acadêmicas atendidas

Os laboratórios podem ter atividade mista, servindo tanto para o ensino, caso as disciplinas prevejam a utilização de recursos especiais, quanto a pesquisas de aspecto geral, na elaboração de Iniciação Científica, Trabalhos de Conclusão de Curso, projetos de extensão universitária, entre outras.

Para o uso dos Laboratórios Didáticos de Informática, o horário de funcionamento, de segunda à sexta-feira, é das 08:00h às 23:00h e, aos sábados, das 08:00h às 16:00h. A prioridade de utilização dos laboratórios é para a realização de aulas que utilizam recursos de informática, havendo prévia reserva pelo professor.

Nada obsta no entanto, a utilização dos laboratórios, fora dos horários previstos para aula, em atividades individuais de pesquisa, podendo inclusive o aluno navegar livremente pela internet em sites de pesquisa, digitar trabalhos, etc.

5.5.3.2. Normas de Segurança

A IES mantém um setor responsável pela fiscalização dos laboratórios e seu adequado funcionamento, buscando assim manter os mesmos em perfeito funcionamento evitando com isso eventuais ocorrências danosas.

A manutenção preventiva e corretiva de equipamentos que demandem troca de peças e utilização da garantia de segurança do equipamento é realizado por terceiros que respondem ao contrato de prestação de serviços e ao tempo de garantia que deverá ser prestado *in loco*.